

Célia Gonçalves Gouveia

OUTRA VEZ SEM TERRA:

Uma análise dos egressos da organização do Assentamento Vitória da União

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre. Curso de Pós-Graduação em Sociologia das Organizações, Setor de Ciências Sociais, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Alfio Brandenburg

CURITIBA

2001

Célia Gonçalves Gouveia

OUTRA VEZ SEM TERRA:

Uma análise dos egressos da organização do Assentamento Vitória da União

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre. Curso de Pós-Graduação em Sociologia das Organizações, Setor de Ciências Sociais, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Alfio Brandenburg

CURITIBA

2001

Dedico este trabalho:

Aos agricultores do Sudoeste do Paraná, especialmente aos que foram assentados no Vitória da União, com quem aprendi grande parte do que sou hoje...

A todos aqueles que dedicaram parcelas significativas de suas vidas para que o Assentamento Vitória da União se tornasse uma oportunidade eficaz de reconstrução da ruralidade para todas as famílias que nele depositaram suas esperanças.

Agradeço

*Ao **Paulo**, à **Sheila**, ao **Pedro** e à **Ana Luíza**, meus filhos, por terem representado o sentido máximo que deu impulso ao esforço exigido por este trabalho;*

*Ao meu orientador, Professor Doutor **Alfio Brandenburg**, mais que um mestre, um amigo;*

*Ao Professor **Augustinho Wibbelt**, MsC, e ao Dr. **Cláudio Luiz Gastal**, amigos que emprestaram seus conhecimentos para que eu pudesse manifestar adequadamente o que aprendi;*

*A **José Rogério da Costa Lopes** e **Lady Trembulak Nascimento**, que cederam seus esforços no fornecimento de dados sobre maneira importantes para a clareza deste estudo;*

Aos muitos companheiros de jornada, cujos nomes seria impossível aqui relacionar, sem cujo estímulo eu não teria, sem a menor sombra de dúvida, chegado onde cheguei;

*Ao nosso **Pai de Infinita Bondade**, por cujo acréscimo de misericórdia, tive a oportunidade de esforço e trabalho como prêmio pela ânsia de saber, e que também foi um dom de Deus. Pude ver assim que ainda me restam chances de dar minha contribuição pessoal na construção de um mundo mais solidário.*

*"Hay hombres que luchan un día
y son buenos,
hay otros que luchan un año
y son mejores,
hay quienes luchan muchos años
y son muy buenos,
pero hay los que luchan toda la vida,
esos son los imprescindibles"*

Bertolt Brecht.

SONHO DE ROCEIRO

(Composto por Jango e Pastor, da comunidade de Planalto. O Jango abandonou a família, o assentamento, a luta, e caiu no mundo. O Pastor morreu em 1985, em acidente de moto, quando voltava de Coronel Vivida para o assentamento).

*Lá onde nós morava
Um dia teve fartura
Lá de tudo nós plantava
O milho era da minha artura
As nossas coisas era pobre
Mas onde a gente morava
Havia felicidade
E a alegria sobrava*

*Veio então as doença
E ligeiro a mãe se foi
Veio a morte e a desavença
Por onde saíram os boi
O pai, cheio de conta
Achou no banco a esperança
Pensou que o financiamento
Lhe devolvia a decência*

*Cheios de força plantamo
Tudo que se pode plantar
Dia e noite trabalhamo
Pro compromisso honrá
Veio a colheita, então vimo
Porque pobre não deve espera
A roça vendemo barato
Por não ter onde guardá*

*O lucro? Foi pro banco
Que é só quem pode lucrá
Se a honra é tudo que sobra
Prum roceiro de valor
Vendemo as nossas terra
Que do banco era penhor
Pra cidade eu não vou
Não vou virar mendigante
Não fico pior do que 'tô
Mió virar ocupante*

*Tem gente aí cochichando
Que tem jeito pro meu caso
É que andam organizando
Como plantá em otro vaso
Eu já estou me preparando
Com enxada, foice e facão
E se Deus quisé noite dessa
Me vou pra ocupação
Virá proprietário de novo*

SUMÁRIO

RESUMO	12
INTRODUÇÃO	14
1. Como foi feita esta pesquisa	20
2. As hipóteses desta pesquisa.....	24
Capítulo I - O MST ENQUANTO MOVIMENTO SOCIAL E A ORGANIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO: QUESTÕES CONCEITUAIS	27
1.1 O enfoque teórico.....	27
1.2 O assentamento: uma organização resultante do MST.....	32
1.3 O novo retrato da reforma agrária.....	36
1.4 A agricultura familiar no centro da cena	38
Capítulo 2 - A LUTA PELA TERRA NO BRASIL	45
2.1 Reforma agrária: o período anterior ao golpe militar.....	46
2.2 O período pós-64: nova lei, novas alianças.....	53
2.3 Os aliados na luta pela terra.....	60
2.4 O Movimento dos Trabalhadores Rurais sem-terra - MST.....	67
2.5 O MST e suas racionalidades.....	72
Capítulo 3 - O PROJETO DE ASSENTAMENTO RURAL VITÓRIA DA UNIÃO	77
3.1 A ocupação.....	78
3.2 Procedência e condições de vida anteriores à ocupação.....	78
3.3 A desapropriação do Imóvel Fazenda IMARIBO e a estruturação do P. A. R. Vitória da União.....	80

3.4 Aspectos naturais do assentamento.....	80
3.5 A estruturação das propriedades.....	83
3.6 Tecnologias utilizadas.....	86
3.7 Problemas encontrados e soluções encaminhadas.....	87
3.8 O assentamento e o seu entorno.....	89
3.9 Os embriões da experiência coletivista.....	91
3.10 Os financiamentos.....	93
3.11 A dinâmica do assentamento.....	94
3.12 Os reflexos ambientais / territoriais.....	96
Capítulo 4 - DE SEM-TERRA A SEM-TERRA.....	97
4.1 Da condição camponesa para a agricultura familiar.....	99
4.2 A organização do assentamento.....	103
4.2.1 <i>Dados do Ambiente</i>	106
4.2.2 <i>Fatores Exógenos e Endógenos na Dinâmica do Assentamento</i>	112
4.3 Conflitos na dinâmica da organização e abandono do assentamento.....	122
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	129
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	135
ANEXOS	147

LISTA DE TABELAS

Tabela I - DISTRIBUIÇÃO DAS ÁREAS DO ASSENTAMENTO, COM ESPECIFICAÇÃO, NÚMERO DE LOTES, ÁREA MÉDIA E ÁREA TOTAL.....	79
Tabela 2 - CONDIÇÃO ANTERIOR DE RELAÇÃO COM A TERRA.....	98
Tabela 3 - CULTURAS PRATICADAS PELOS EGRESSOS ANTES DO ASSENTAMENTO.....	99
Tabela 4 - MOTIVOS ALEGADOS PARA A SAÍDA DO ASSENTAMENTO.....	110
Tabela 5 - PRODUTIVIDADE MÉDIA E ÁREA PLANTADA MÉDIA DAS PRINCIPAIS CULTURAS ANUAIS NA ÁREA DO ASSENTAMENTO E NO MUNICÍPIO.....	111

Tabela 6 - DISTRIBUIÇÃO DOS ASSENTADOS POR SEXO E POR FAIXA ETÁRIA.....	117
Tabela 7 - FAMÍLIAS QUE SAÍRAM AO FIM DE DOIS ANOS DE ASSENTAMENTO (1985 -1987)	125

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - HIERARQUIA UTILIZADA PELOS AGRICULTORES AO TEMPO DO ACAMPAMENTO DENTRO DO IMÓVEL (1384)	115
Figura 2 - HIERARQUIA UTILIZADA PELOS ASSENTADOS NOS PRIMEIROS ANOS.....	116

RESUMO

O estudo proposto pretende acompanhar a trajetória dos agricultores que um dia entraram na posse de um lote no Projeto de Assentamento Rural Vitória da União, Mangueirinha, PR, e que dele se afastaram posteriormente. Este estudo contempla um recorte que abrange o período entre 1983 e 1988, isto é, desde a preparação para a ocupação até os três primeiros anos agrícolas nas novas propriedades. A pesquisa em questão parte do fato de que a luta pela terra no Brasil está presente em quase todos os momentos da história do país, tendo atingido ultimamente, um grau de intensidade sem precedentes. Neste contexto o Movimento dos Agricultores Sem-terra - MST, surge com o claro objetivo de operar no país uma Reforma Agrária sob o controle dos trabalhadores, em contraposição ao discurso oficial endossado por uma prática que misturava reforma agrária com regularização fundiária e expansão de fronteiras agrícolas. Contrariando o chamamento feito pelo governo, os agricultores se organizaram optando pela ocupação de terras ociosas, com a meta de estabelecerem o conflito tido pelo então vigente Estatuto da Terra como justificativa defensável para a desapropriação. Pretende-se aqui estudar os motivos que levaram as famílias a deixar os assentamentos, orientado pelas seguintes hipóteses: (A) Um importante fator de fracasso dos agricultores assentados é a inadequação dos solos existentes nos projetos de assentamento rural em relação à capacidade econômica dos assentados; (B) Há um descompasso importante entre os objetivos que movem os agricultores que participam das ocupações em busca de terra para produzir e as metas que orientam o Movimento dos Sem-terra, voltadas para a Reforma Agrária de um modo geral; e (C) Os financiamentos destinados aos assentamentos da reforma agrária, em seus primeiros anos não fluíram no ritmo adequado às necessidades reais dos assentados, não levando em conta que um lote de assentamento é uma propriedade em fase de estruturação, em geral, terrenos de mata a serem abertas para a agricultura. Significa que não foram consideradas todas as dificuldades que seriam enfrentadas pelos assentados quando se planejou os financiamentos, tendo estes muitas vezes se transformado em empecilhos em vez de facilitadores. Os dados têm como fonte de informação as fichas de produtores e ex-assentados que serão entrevistados mediante um roteiro de pesquisa.

INTRODUÇÃO

A luta pela terra no Brasil aparece em quase todos os momentos da história do país, tendo atingido nos últimos anos, um grau de intensidade sem precedentes. O aparecimento do Movimento dos Agricultores Sem-terra - MST, surge como um dos seus momentos mais expressivos, com o claro objetivo de lutar pelo poder, no sentido de operar no país uma Reforma Agrária sob o controle dos trabalhadores, em contraposição ao discurso oficial reformista, endossado pela prática que misturou reforma agrária com regularização fundiária e com expansão de fronteiras agrícolas nas Regiões Norte e Centro-Oeste do país. Contrariando o chamamento feito pelo governo para que se inscrevessem nas listas do INCRA para serem enviados para as novas terras, os agricultores organizaram-se e optaram por uma outra prática: a ocupação de terras ociosas, com a meta de obter sua desapropriação. Estava em vigor o Estatuto da Terra, de acordo com o qual (Art. 15) "a implantação da Reforma Agrária em terras particulares será feita em caráter prioritário, quando se tratar de zonas críticas ou de tensão social". Por outro lado o Governo Sarney havia publicado o I Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República, segundo o qual uma das prioridades era a solução de conflitos sociais (INCRA, 1985, p. 47), admitindo a possibilidade de intervenção por meio da desapropriação. Com base nestes dois textos, ocupar passou a ser uma estratégia operacional, ao mesmo tempo em que cumpria a tarefa de tornar visível o conflito anterior e maior, que era a existência de imensos latifúndios ao lado de enormes contingentes de agricultores desprovidos de seu meio de produção, problema agravado pelo contínuo processo de concentração da terra no Brasil.

O Censo Agropecuário do IBGE informa, com dados precisos, que, apesar de tudo que se disse, a concentração da propriedade da terra, no Brasil, continuou aumentando, entre 1985 e 1995. Falou-se muito em reforma agrária, foram anunciadas medidas "ousadas" e, no entanto, os estabelecimentos com mais de mil hectares passaram, no âmbito nacional, nesse período, de 44,1% para 45,1% do total das áreas rurais, sendo

que o número de propriedades caiu de 5.801 milhões para 4.859 milhões. De onde viria a força dessa tendência à concentração da propriedade da terra? Num país tão vasto e complexo como o nosso, deve-se desconfiar das explicações demasiado simplistas. As coisas se passam de maneiras diversas em lugares e tempos distintos. E às vezes os acontecimentos situados num mesmo momento e local apresentam um quadro mais contraditório do que se poderia supor.

Márcia Maria Menendes Motta (MOTTA, 1998), historiadora e professora da Universidade Federal Fluminense, mergulhou no estudo da história econômica da sociedade brasileira do século XIX, concentrando sua atenção na história de como as terras foram sendo apropriadas.

Com o fim do sistema das sesmarias, em 1822, deixou de existir uma legislação especificamente agrária na ex-colônia portuguesa, recém-chegada à independência política. No dia-a-dia, as querelas eram judicialmente resolvidas, em geral, à luz das velhas Ordenações Filipinas. José Bonifácio de Andrada e Silva e Diogo Antônio Feijó tentaram evitar, cada um a seu modo, que a política de doação de terras por parte da Coroa continuasse a beneficiar, quase que com absoluta exclusividade, um único grupo social.

O estudo de Márcia Motta demonstra que, desde então, prevaleciam, em última análise, os interesses dos agricultores, "senhores e possuidores". Os mecanismos e procedimentos do poder judicial proporcionavam grandes vantagens à classe dominante no meio rural. As "terras devolutas", que em princípio poderiam vir a ser ocupadas por pequenos lavradores, eram frequentemente declaradas — com o apoio de testemunhas e funcionários de cartórios — parte de "domínios" já definidos, prolongamentos de terrenos pertencentes aos agricultores ricos e poderosos.

Entretanto, examinando os conflitos sintomáticos expressos através de vários processos judiciais, Márcia Motta comprova que, desde estes primeiros tempos, o universo rural não se reduzia à certeza do poder incontestável dos grandes agricultores. As contradições apareciam nas lides e às vezes chegavam a sacudir (ou pareciam poder

abalar) o frágil equilíbrio entre o agricultor e seus pares, ou mesmo entre o agricultor e seus subordinados, dentro e fora da família.

Assim, no início da história brasileira, tanto quanto hoje, o conflito existente no bojo da questão agrária e a emergência de grupos de agricultores sem-terra, em número aceleradamente crescente, deve-se tanto a questões conjunturais quanto estruturais. Uma visada, mesmo preliminar, revela uma estrutura fundiária portadora de contundentes contradições. Não só posse e propriedade estão, muitas vezes, distanciadas entre si e desarticuladas da função social da terra (FACHIN, 1988) como as políticas agrícola e agrária não emergem dos textos oficiais comprometidas com as questões internas de abastecimento, emprego, etc. (BRANDÃO, 1992, cap. I e II). No panorama social as políticas de saúde e previdência não prevêm as realidades das populações rurais, acrescentando fatores de endividamento e aumentando a pressão para o êxodo rural. Os currículos escolares são desvinculados das realidades locais, oferecendo imagens equivocadas e desvirtuadas da vida nas cidades do interior e do litoral, médias e grandes, criando para os estudantes das áreas rurais motivos de atração para longe da realidade rural (SPEYEEL, 1983). Os meios de comunicação social carregam mensagens virtualmente mistificadoras, penetrando no meio rural e disseminando valores para os quais este não está preparado. Subjacentes a estas questões despontam ainda aspectos da nossa cultura que se traduzem em impedimentos para a realização de uma reformulação mais ampla da estrutura fundiária. A tradição brasileira colonialista, a economia dependente, a mentalidade atrasada das oligarquias latifundiárias, os preconceitos ideológicos da elite dominante e a resistência do médio e grande capital rural constituem empecilhos para a reforma agrária, mesmo em sua fisionomia mais capitalista, como é o caso da maioria dos projetos de assentamento rural no Brasil (GUIMARÃES, 1989).

O quadro acima descrito constitui o corpo da problemática que compõe o cerne do presente recorte.

O processo de expulsão do homem do campo é muito acelerado, muito maior que as tímidas iniciativas de reforma agrária que acontecem em nosso país, daí porque se

multiplicam os grupos de sem-terra. Estes grupos se aglutinam com base em interesses comuns, formando um movimento composto, em geral, de mini-proprietários, cujas propriedades não fornecem produção suficiente para o sustento da família, os quais são acrescidos de arrendatários, parceiros e meeiros que nunca foram proprietários, mas sempre trabalharam com a terra; filhos de agricultores pequenos proprietários, em cuja propriedade paterna não existe espaço para as novas famílias; bóias-frias, que já perderam parte do seu laço com a terra; jovens egressos do meio rural que, tendo vivido na cidade, querem retornar às suas origens; e, ainda, todo tipo de aventureiros, desde empreiteiros de mão-de-obra temporária - conhecidos como "gato de bóia-fria" até marginais de pequena expressão.

Organizados em torno do MST os agricultores conquistaram o espaço que depois foi chamado Projeto de Assentamento Rural Vitória da União, e levavam em sua bagagem, além das foices e enxadas com que se armaram para proceder à ocupação do latifúndio por extensão e por ocupação denominado Imóvel IMARIBO, um capital cultural em que se acumulavam muitos fatores de exclusão e uma grande expectativa para o futuro. O período de preparação da entrada no imóvel —denominado pelos agricultores de ocupação, com o objetivo de diferenciar a luta por terra em nome da reforma agrária da invasão que é sinónimo de puro vandalismo —, o ato em si mesmo de ir para o imóvel e o enfrentamento com jagunços e policiais foi um período de tempo que ficou no imaginário do primeiro grupo nele envolvido em um ambiente aventura e magia, tendo-se prolongado por todo o ano de acampamentos às margens de estrada ou nas ruas de Curitiba e prosseguindo por um período mais ou menos longo, até a efetiva implantação do assentamento. Esta aura se extingue quando a diferença havida entre as decisões do período da conquista, tomadas em conjunto para estratégias grupais, e as decisões de proprietário, de âmbito individual, ao nível da unidade de produção, são colocadas em confronto.

À maioria dos assentados, em seus municípios de procedência, morava e trabalhava em terras de várzeas, o que significa que estavam aclimatados em terrenos

acidentados mas de alta fertilidade natural. Os solos que encontraram no assentamento, embora de relevo pouco ondulado, eram extremamente ácidos, conforme o Estudo de Viabilidade para o Assentamento de Agricultores no Município de Mangueirinha, em áreas desapropriadas pertencentes à firma IMARIBO S/A (EMATER/Paraná, 1985).

Uma vez instalados tem início um processo de reabsorção do assentado pelo sistema, no interior do qual muitos são novamente expulsos da terra. Neste sentido, pode-se observar as mais diferentes gradações de inserção dos agricultores assentados em suas novas realidades. Há uma enorme variedade de situações entre o extremo ótimo e o extremo péssimo. O extremo ótimo é representado por aqueles que, no prazo mínimo de uma safra conseguiram viabilizar-se economicamente. O extremo péssimo manifesta-se naqueles que não conseguiram passar de uma lógica de subalternidade para uma lógica produtivista, como proprietários que se tornaram. Estes não puderam sustentar-se na terra e acabaram voltando à condição de trabalhador assalariado, sazonal ou não. Um ex-assentado que foi localizado morando em favela de Pato Branco, PR, sobrevivia como catador de lixo. A média dos egressos, entretanto, permaneceu situada num patamar de propriedades muito pobres, nas quais parte da família acabou sendo reconduzida para o trabalho assalariado fora da propriedade, com o objetivo de complementar a renda familiar.

O esforço despendido na conquista da condição de assentados é tão grande quanto o volume de recursos canalizados para a viabilização dos projetos de assentamento, considerados desde os recursos oficiais, tanto em termos financeiros quanto humanos, até os recursos trazidos por grupos não oficiais, organizações não governamentais, voluntários e simpatizantes da causa dos sem-terra.

É necessário portanto, analisar as razões pelas quais os assentados voltam à antiga condição de expropriados. Pretende-se, com este estudo, não só contribuir para a compreensão deste gesto extremo do cidadão que abandona seu lote como também projetar alguma luz sobre a pedagogia utilizada pelas assessorias técnicas que trabalham

tanto nos assentamentos quanto na preparação dos agricultores que serão futuramente assentados em projetos controlados pelos movimentos populares.

Várias perguntas pairaram sobre a questão central deste projeto de pesquisa. Por exemplo, por quê alguns assentados não permanecem nos assentamentos? Há uma divergência entre os projetos individuais e o projeto coletivo do MST e este fato, quando próximo de seu extremo, torna insustentável a permanência do assentado na nova comunidade? A transição da lógica de subalternidade para a lógica de domínio sobre a terra é muito difícil para alguns, e isto inviabiliza o lote no assentamento como unidade de produção? O projeto de assentamento rural é uma iniciativa social absolutamente nova na região, e o embate com seu entorno traz enfrentamentos que, pelo menos para alguns, são insuportáveis? Os que não resistem aos enfrentamentos encontrados são também aqueles que, em sua comunidade de origem, tinham pouca participação nas atividades coletivas? Ou ainda, a distância entre o imaginário e o real, ou seja, entre a terra dos sonhos, fértil e plana, e o solo do assentamento, algumas vezes extremamente ácido e bravio, trouxe a muitos frustração e desesperança? Infinitas outras questões surgiram, mas tomando estas como básicas iniciamos um processo de desconstrução do que foi a nossa experiência do assentamento, no sentido de determinar primeiramente o que foi iniciativa das lideranças dos assentados e o que foi sugestão das assessorias. Preocupou-nos muito saber até onde os assentados participavam das atividades coletivas, tanto nas comunidades de origem quanto nas novas comunidades, dentro do assentamento. Determinar o grau de inquietude quanto à permanência na vida rural também ocupou um bom espaço em nossas preocupações. Dois aspectos que, para nós, eram proeminentes, tratavam da condição anterior em relação à posse da terra, e ao modo, mais artesanal ou menos artesanal, como o agricultor analisado trabalhava anteriormente. Coroando tudo isto perguntávamo-nos como o assentado via questões como trabalho coletivo, MST, assessorias e justiça no campo. Uma vez definidos estes parâmetros, montamos a estrutura da ficha que desejávamos compor sobre o nosso público e passamos ao trabalho de avaliação. Para cada veio encontrado partíamos para um trabalho de investigação, a partir do qual

montamos o nosso referencial teórico, nem marxista nem antimarxista, apenas comprometido com o que vivenciamos junto aos agricultores que um dia foram alocados no Projeto de Assentamento Rural Vitória da União.

1. COMO FOI FEITA ESTA PESQUISA

O material desta pesquisa foi reunido de modo *sui generis*. No início esta pesquisadora, quando ainda prestava serviços na qualidade de Técnica em Apoio a Conflitos de Terra no então ITCF¹, funcionava apenas como alguém a quem os agricultores entregavam, na qualidade de depositária, suas anotações, suas confidências, suas músicas, poesias e suas angústias. À medida que este material foi se avolumando foi preciso organizá-lo, e começou-se então um trabalho de catalogação.

Entrementes, formava-se o MASTES - Movimento dos Agricultores Sem-terra do Sudoeste do Paraná, sob a égide dos agricultores que haviam participado da greve contra a Bi-Nacional Itaipu por melhor indenização na expropriação de suas terras, e que haviam adquirido propriedades no Sudoeste do Estado. Mas o grupo que finalmente participou da ocupação do Imóvel Imaribo compôs apenas uma parte do grande grupo que formou o MASTES.

No princípio do ano de 1983 a pesquisadora desta enquête foi admitida aos quadros da ASSESOAR - Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural, com sede em Francisco Beltrão, com a função de prestar assessoria aos sindicatos de trabalhadores rurais nas questões relacionadas às políticas agrícola e agrária. Com este propósito percorreu-se, junto de outros companheiros, durante quase dois anos, todas as comunidades dos trinta municípios que compõem as regiões de Francisco Beltrão e Pato Branco. A pauta das reuniões era, invariavelmente, custo de produção, embora se admitisse a discussão de problemas do momento relacionados com a roça ou com o sindicato. De um modo geral se encerravam as reuniões com uma breve explanação sobre

1 Instituto de Terras, Cartografia e Florestas, hoje IAP - Instituto Ambiental do Paraná.

as conjunturas agrícola e política do Estado e do País. Com isso objetivava-se proporcionar que aqueles agricultores se apropriassem do conhecimento que lhes possibilitasse compreender a sua real situação dentro do processo de êxodo rural em andamento. Desde este período a pesquisadora também passou a anotar os depoimentos mais expressivos, ou a gravá-los em fita magnética quando possível, tomando a iniciativa de recolher as poesias e as músicas feitas pelos agricultores. Não era raro que eles viessem trazer, espontaneamente, seus escritos, confiantes de que suas obras de arte seriam guardadas com cuidado. A pesquisadora não tomou parte da decisão da ocupação propriamente dita, mas tem dela inúmeros registros que lhe foram repassados depois.

Na noite de Corpus Christi, no dia 22 de junho de 1984, enquanto conduzia uma reunião, em uma das comunidades de Dois Vizinhos a pesquisadora foi surpreendida pelo início da ação de ocupação. Mais da metade dos que estavam no local foram para os caminhões, onde estavam arrumados alguns de seus pertences, e ordeiramente começaram a viajar rumo a Mangueirinha. Mas nem tudo foi tão organizado. Muitos donos de caminhão falharam na última hora, com medo da represália.

A informação havia vazado e quando os agricultores chegaram à entrada da Fazenda um batalhão de jagunços estava à espera. As mulheres e as crianças se puseram elas mesmas como anteparo e assim o grupo conseguiu furar o cerco e entrar no imóvel onde permaneceram cercados, sem água e sem o mínimo simulacro de instalações sanitárias. A Polícia chegou em meados da tarde do dia 23, e com ela um grande número de sindicalistas, lideranças de movimentos sociais regionais e estaduais assim como líderes da UDR - União Democrática Ruralista, e opositores do movimento. O local todo se transformou num cenário de luta. Neste clima é que foi negociada a transferência dos sem-terra para o terreno da Igreja Católica mais próximo, onde depois ficaram acampados durante cerca de um ano.

Em 1985, quando foi feita finalmente a desapropriação do imóvel e foram iniciadas as ações que colocariam os agricultores afinal em suas respectivas e ainda futuras propriedades, estava-se muito longe do final da luta e da conquista definitiva do

lote. Tendo havido um grande atraso na medição dos lotes os agricultores foram instalados em acampamentos provisórios, já por comunidades. Os enfrentamentos ainda estavam só começando. Na noite do dia em que foram transferidos para os acampamentos provisórios mais de 50 pessoas de Mangueirinha, entre jagunços e ex-empregados de serrarias, capitaneados por políticos e empresários locais, invadiram a área desapropriada, pelo flanco da comunidade de Ampere, uma das mais desguarnecidas e isoladas. Chegou a haver tiroteio mas não houve feridos. Um dos técnicos do governo designados para trabalhar no local, o Engenheiro Agrônomo José Rogério da Costa Lopes, assumiu a liderança da defesa dos assentados, evitando que o acontecido se transformasse numa carnificina.

Assim que o então ITCF - Instituto de Terras, Cartografia e Florestas demarcou os lotes cada assentado assumiu a sua propriedade. Entretanto, muitos problemas estavam ainda por resolver, nas questões de infra-estrutura. Era preciso ajudar os mais fracos —já havia viúvas —a abrir as propriedades ², o que foi feito em mutirão, via de regra, para que todos tivessem seus lotes abertos no prazo estipulado pelo INCRA -Instituto Nacional de Reforma Agrária. Todos estes momentos, carregados de particularidades, nuanças, fatos pitorescos, foram sendo registrados e guardados. Muitos documentos da época, dos órgãos oficiais, passaram a fazer parte deste acervo.

Deste modo, os dados necessários para esta pesquisa foram selecionados a partir do material reunido durante o tempo em que a pesquisadora prestou serviços na assessoria aos sindicatos de trabalhadores dos municípios de onde vieram os agricultores assentados no P.A.R. Vitória da União. Este tempo engloba a experiência da ocupação, os enfrentamentos que culminaram no despejo, o acampamento à margem da rodovia de acesso ao Município de Mangueirinha e, depois, o período em que os técnicos e a

² Na linguagem do agricultor 'abrir uma propriedade' significa derrubar o mato, fazer a desloca, arar, enfim, fazer todo o trabalho necessário para poder produzir. Em uma propriedade já aberta não é preciso derrubar mato e, geralmente, não é preciso destacar, salvo pequenos trechos do lote.

pesquisadora morou, parte dentro do assentamento, parte no município onde este estava instalado.

Este material consta de:

- Depoimentos dos agricultores, antes e depois da implantação do assentamento;
- Músicas e poesias compostas por eles;
- Atas de reuniões e assembléias;
- Discursos de lideranças;
- Documentos de órgãos oficiais;
- Reportagens na imprensa local;
- Entrevistas com pessoas que atuaram no assentamento.

Do ponto de vista científico este trabalho diferencia-se do itinerário de uma pesquisa tradicional, porque primeiro reuniram-se os dados depois elaboraram-se as hipóteses e só posteriormente encetou-se o trabalho de buscar o arcabouço teórico através do qual se pudesse compreender aquela realidade. Foi como colocar um emaranhado de fragmentos da realidade ao acaso dentro das premissas teóricas que pudessem fornecer-lhe os contornos de um objeto definido. Havia um sem número de razões intuídas para o evento aqui estudado, que foi a saída de 23,46% dos assentados de seus respectivos lotes, já nos dois primeiros anos de assentamento. A cifra não é expressiva em dados absolutos. Entretanto, em se considerando a rispidez da luta que foi desencadeada para que cada um deles conseguisse a posse de um lote de 10 alqueires (240.000 m²) de terra agricultável, o abandono deste lote era algo impossível de ser explicado na época. O distanciamento em termos de tempo, de espaço, e de horizonte teórico permitiu fazer uma releitura.

Uma vez isolada a questão principal: a saída dos lotes foi iniciado um trabalho muito semelhante a um garimpo. A entrevista que faz parte do Anexo H1 é um exemplo de como foram extraídas de dentro do material coletado, através da análise de conteúdo, as opiniões, respostas e questionamentos acerca do assunto que aqui se estuda. No que toca ao referencial teórico, e a partir da ótica da Teoria das Organizações, na medida em

que foram se delineando as categorias de análise foi se buscando nos clássicos assim como nos pensadores mais recentes o referencial necessário e suficiente para o estudo destas categorias.

2. AS HIPÓTESES DESTA PESQUISA

Para além de todos os discursos ideológicos que se pronunciaram acerca da Reforma Agrária até hoje, uma preocupação comparece na reflexão de quantos se aproximem com suficiente seriedade da questão. Trata-se dos elementos que determinam o retorno de agricultores já assentados à condição de expropriados.

A ausência de estudos sistemáticos que avaliem e procurem estabelecer certas tipologias sobre o alcance e os limites da atuação das organizações de desenvolvimento rural é um sério obstáculo para o avanço da reflexão a respeito. Ainda assim, convém «vançar algumas hipóteses sobre como superar as principais dificuldades.

Três grandes questões parecem condicionar a incapacidade de algumas famílias em assentamentos da reforma agrária, de neles permanecerem. Uma é de teor técnico, e diz respeito à aptidão agrícola dos solos nos assentamentos. Outra é do âmbito social, e diz respeito à não interação entre os projetos individuais dos que vão para os assentamentos e o projeto coletivo das lideranças que conduzem a ocupação e a implantação do assentamento. A terceira é de caráter financeiro e está ligada à forma como foram organizados os primeiros financiamentos para assentamentos.

A partir disto pode-se inferir como hipóteses que:

(A) Um importante fator de fracasso dos agricultores assentados é a inadequação dos solos existentes nos projetos de assentamento rural em relação à capacidade econômica dos assentados;

(B) Há um descompasso importante entre os objetivos que movem os agricultores que participam das ocupações em busca de terra para produzir e as metas que orientam o Movimento dos Sem-terra, voltadas para a Reforma Agrária de um modo geral; e que

(C) Os financiamentos destinados aos assentamentos da reforma agrária, em seus primeiros anos não fluíram em ritmo adequado às necessidades reais dos assentados, ou seja, não levavam em conta que um lote de assentamento é uma propriedade em fase de estruturação, em geral, terrenos de mata que estão sendo abertas para a agricultura. Significa que não foram levadas em conta todas as dificuldades que seriam enfrentadas pelos assentados quando se planejaram os financiamentos, tendo estes muitas vezes se transformado em empecilhos em vez de facilitadores.

O trabalho de organização, sistematização e interpretação dos dados, traduzido na dissertação que ora apresentamos está organizada em sete itens. Além desta breve introdução, da conclusão e das referências bibliográficas, há quatro capítulos, que foram elaborados seguindo a direção indicada pela linha de raciocínio que a seguir é explicitada. No primeiro capítulo é feita uma clivagem com base nas questões conceituais relacionadas com as hipóteses do estudo em tela. Tomando como ponto de partida alguns trabalhos desenvolvidos com o fito de definir movimentos populares, movimentos sociais e, dentre estes, os chamados novos movimentos sociais, faz-se uma breve avaliação do Projeto de Assentamento Rural Vitória da União, em Mangueirinha, Paraná, em seus aspectos organizacionais, tanto no plano geral quanto no que tange à ação do MST como elemento gerador, ou seja, o assentamento como uma organização resultante do MST, tendo a agricultura familiar no centro desta cena.

A análise, mesmo superficial, do assentamento, dá conta do importante papel exercido pelo agricultor familiar não só na composição do MST como em toda a história da luta pela terra no Brasil. Por isto mesmo, este estudo coloca a agricultura familiar no centro da cena, trazendo para junto dos conceitos gerais de organização, movimentos e reforma agrária, a análise da agricultura familiar e sua dinâmica.

A luta pela terra no Brasil é a temática do segundo capítulo, abordando a questão da reforma agrária em três fases diferentes:

- (a) o período anterior ao golpe militar;
- (b) o período pós-64, com suas novas leis e suas novas alianças e,

(c) o período relativo ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra — MST, propriamente dito.

O terceiro capítulo aborda a composição do Projeto de Assentamento Rural Vitória da União, que constitui o cenário de nosso estudo. Faz-se aí uma apresentação das condições objetivas que constituíram o assentamento nos primeiros anos, dentro do recorte proposto. Leva-se em conta desde os aspectos técnicos de solo e relevo até as questões de organização do trabalho individual e coletivo, da infra-estrutura e da hierarquia.

O quarto capítulo vai estudar por fim, os fatores que fazem do agricultor assentado novamente um sem-terra. Procura-se averiguar, por exemplo, que condições anteriores poderiam estar na raiz da não permanência do egresso, assim como que influência pode ter tido a estrutura organizacional do assentamento na decisão que motivou a saída, dentro do fio condutor oferecido pelas hipóteses deste trabalho.

Capítulo I

O MST ENQUANTO MOVIMENTO SOCIAL E A ORGANIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO: QUESTÕES CONCEITUAIS

Neste capítulo faz-se uma retrospectiva histórica da luta pela posse da terra agricultável no Brasil, desde uma rápida avaliação do primeiro século após a descoberta do Brasil pelos portugueses até os movimentos sociais dos dias de hoje, voltados para o assunto desta dissertação. Complementarmente faz-se uma exposição das questões conceituais pertinentes ao assunto.

1.1 O ENFOQUE TEÓRICO

O presente estudo pretende focalizar a população egressa de um determinado assentamento rural, posto no tempo e no espaço. No entendimento de que a compreensão deste fato à luz das ciências sociais passa pela explicitação dos conceitos que o permeiam, parte-se do princípio de que o assentamento como um todo é uma organização resultante de uma estratégia coletiva a qual, por sua vez, fez parte de um planejamento mais amplo, possível de ser caracterizado como movimento social.

Em se tratando de Brasil, a questão dos movimentos populares no campo é um segmento apenas recentemente explorado dentro da sociologia dos movimentos sociais. Entre os vários balanços que existem em nossa literatura relacionados aos movimentos sociais rurais podem-se citar os trabalhos realizados BONIN et alí (1987), BERGAMASCO (1994), BRUNO (1993), ESTERCI (1991), FERNANDES (1998), FERREIRA (1988), GOHN (1997), PANTOJA FRANCO (1992), MEDEIROS (1983, 1989, 1993 e 1994), TAPIA (1986) e WANDERLEY (1989, 1990 e 1996), entre outros. Após a década de 80 é possível identificar um declínio no interesse dos pesquisadores, dificuldade que se acrescenta à

[...] falta de referenciais teóricos e [a]o volume de descrições sem análises; à necessidade de construção de esquemas explicativos que abordassem as especificidades do processo histórico brasileiro e o conseqüente uso abusivo de esquemas teóricos pertencentes a outras realidades socioeconômicas e político-culturais; à valorização de paradigmas que exaltavam o espontaneísmo e voluntarismo das massas sem considerar a importância do papel do Estado na questão; à ênfase do caráter novo dos movimentos, sem demonstrá-lo bem, e à desconsideração pelas experiências históricas já existentes; [a]o isolamento dos movimentos urbanos em relação aos movimentos rurais e também a outros movimentos sociais, como os sindicais; à confusão em torno do próprio conceito de movimentos sociais [urbanos], utilizando-o de maneira indiscriminada para lutas de naturezas diversas e, conseqüentemente, problemáticas distintas. (GOHN, 1997, p. 274).

Contudo, é impossível compreender a lógica que orienta os atores do processo que é objeto desta pesquisa sem estabelecer o que é aqui compreendido como movimento social.

Tomando como ponto de partida o levantamento feito por GOHN, a qual, citando Scherer-Warren, sinaliza para o fato de que

[...] na sociologia acadêmica o termo ' movimento social' surgiu com Lorens Von Stein, por volta de 1840, quando este defende a necessidade de uma ciência da sociedade que se dedicasse ao estudo dos movimentos sociais, tais como o movimento proletário francês e o do comunismo e socialismo emergentes (GOHN, 1997, p. 328).

Em nosso século os movimentos sociais passam a ser vistos a partir de diversos prismas. As teorias clássicas desenvolvidas nos Estados Unidos, de um modo geral, colocavam os movimentos sociais sob a ótica da teoria da ação social, buscando compreender principalmente os comportamentos coletivos compreendidos como fruto das tensões sociais.

As teorias contemporâneas norte-americanas encontraram sua melhor expressão na chamada teoria da Mobilização de Recursos, assim explicitada por Margit Mayer, citada por GOHN (1997, p. 50).

[a teoria MR] surgiu numa certa conjuntura histórica e representa a racionalização teórica de contradições historicamente determinadas e sua práxis correspondente. Em outras palavras, a MR emergiu de um esforço para analisar os movimentos sociais dos

anos 60 e, como consequência, reflete suas condições de emergência, dinâmica, desenvolvimento, estrutura de organização etc.

Na MR os movimentos não são vistos de forma distinta dos partidos, lobbies e grupos de interesses.

O neoliberalismo e a globalização trazem, nos anos 70 e também na América do Norte, uma reformulação da teoria da Mobilização de Recursos, abandonando o utilitarismo e o individualismo metodológico e dando destaque ao desenvolvimento do processo político, resgatando a questão cultural e interpretando a ação coletiva como processo. A este grupo chamou-se a Teoria da Mobilização Política. Ao mesmo tempo, na Europa, nasciam as teorias que podem ser agrupadas em duas grandes linhas: a neomarxista e a culturalista-acionalista, que se consagrou com o nome de Novos Movimentos Sociais. Os teóricos deste grupo partiram da crítica ao paradigma tradicional marxista, criando "esquemas interpretativos que enfatizavam a cultura, a ideologia, as lutas sociais cotidianas, a solidariedade entre as pessoas de um grupo ou movimento social e o processo de identidade criado" (GOHN, 1997, p. 121). Já a linha neomarxista está ligada à produção intelectual do 'jovem' Marx sobre consciência, ideologia, alienação, etc. Aplicadas à análise dos movimentos sociais as teorias marxistas não abandonam a problemática das classes sociais. "Ela é utilizada para refletir sobre a origem dos participantes, os interesses do movimento, assim como o programa ideológico que fundamenta suas ações" (GOHN, 1997, p. 173), Quanto aos estudos realizados sobre os movimentos sociais existentes na América Latina um levantamento bibliográfico (GOHN, 1997, p. 211) realizado por BURGWAL (1990) dava conta de que não existe um paradigma teórico latino-americano. Todos os estudos realizados no Cone Sul partem dos paradigmas norte-americanos ou europeus. Para CHAZEL (1995, p. 291).

[...] movimento social é um empreendimento coletivo de protesto e de contestação que visa impor mudanças, de importância variável, na estrutura social e/ou política através do recurso frequente, mas não necessariamente exclusivo, a meios não-institucionalizados.

Por outro lado, levando em conta as reflexões de FRIEDBERG (1995) acerca do significado do verbete "organização", pode-se partir do pressuposto de que os assentamentos rurais são, eretivamente o resultado visível, factual, de um movimento social, no caso, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST), estando nele explícitas conceitualmente essas características, de conformidade com os clássicos.

A demanda pela reforma agrária no Brasil envolve claramente um conflito de classe, havido entre os proprietários da terra e os que nela trabalham mas que se acham desprovidos de seu pleno domínio legal. O movimento que resultou deste conflito vai além do comportamento coletivo. Trata-se de um paradigma que, pelo menos neste caso e não obstante CHAZEL (BOUDON, 1993, p. 373), tem que ser recuperado.

A definição de MCCARTHY e ZALD (citados por BOUDON, 1995, p. 284) dá conta de que

Um movimento social é um conjunto de opiniões e de crenças comuns a uma população que manifesta preferências pela mudança de alguns elementos da estrutura social e/ou da distribuição de recompensas numa sociedade.

E ainda, que estes não são "... mais do que estruturas de preferência" na condição de que estas sejam "orientadas pela preferência social". Mas estas afirmativas não põem luz suficiente sobre a complexidade dos movimentos sociais. O jogo de alianças que é celebrado dentro do movimento, principalmente nos momentos de formação do que se poderia chamar de epicentro do evento, configura uma dinâmica própria e original, o que nos reporta à concepção de Touraine, conforme é citado em BOUDON (1995, p. 285).

Para alguns autores, no entanto, isto é questionável. Em se tratando do Movimento dos Agricultores Sem Terra - MST, pergunta-se de que modo este se insere nas categorias de movimento social ou de uma organização popular formal, isto é, significativa da representação de efetivos interesses. Para Zander Navarro (NAVARRO, 2000), por exemplo, o MST não se enquadra na definição de movimento social, mesmo podendo ser traduzido em termos de "um coletivo social" com objetivos e interesses

comuns, fazendo uso preferencialmente de canais não-institucionais, apresentando um sentido de identidade social e uma estrutura organizacional em alguns aspectos flexível e, ainda, com um grupo dirigente organizado, embora nem sempre possa apresentar uma liderança formalmente estabelecida.

O mesmo autor coloca o MST com um aparato organizacional desenvolvido nos anos 90 com todas as *performances* das organizações formais. O MST apresenta aspectos como suporte financeiro através de financiamentos; formas e critérios próprios de recrutamento do seu pessoal, possibilidade de Ocenso com carreiras internas, setores diferenciados e objetivos específicos; metas estratégicas e todos os requerimentos burocráticos de uma organização como tal, inclusive com necessidade de retroalimentação permanente para continuar funcionando. O MST como ícone "representativo dos interesses dos mais pobres entre os mais pobres", sustentado pelo apoio social e popular, formado de voluntários a serviço de uma causa nobre é um mito.

Parte desta formulação tem na sua raiz a origem das fontes de sustentação financeira do MST. A primeira e principal delas é constituída pelas agências religiosas internacionais, notadamente as européias (que estão na base de grande parte dos movimentos sociais e organizações não governamentais do país, desde a abertura política da década de 80). Curiosamente cresce a proporcionalidade da sustentação financeira baseada em próprios fundos públicos, obtidos a partir da "disponibilidade de funcionários e agências governamentais simpáticas ao Movimento" facilitando do acesso a espaços institucionais, e à capacidade de pressão do próprio MST (veja-se, neste sentido, os programas de crédito da Reforma Agrária - PROCERA, hoje PRONERA, projetos de universidades, ações específicas de alguns ministérios, créditos especiais). As outras fontes, de menor importância relativa, significam parcelas de resultados materiais dos assentamentos rurais e recursos diversas (venda de artesanatos e símbolos do Movimento).

Parte desta formulação tem na sua raiz a origem das fontes de sustentação financeira do MST. A primeira e principal delas é constituída pelas agências religiosas

internacionais, notadamente as européias (que estão na base de grande parte dos movimentos sociais e organizações não governamentais do país, desde a abertura política da década de 80). Curiosamente cresce a proporcionalidade da sustentação financeira baseada em próprios fundos públicos, obtidos a partir da "disponibilidade de funcionários e agências governamentais simpáticas ao Movimento" facilitando do acesso a espaços institucionais, e à capacidade de pressão do próprio MST (veja-se, neste sentido, os programas de crédito da Reforma Agrária - PROCERA, hoje PRONERA, projetos de universidades, ações específicas de alguns ministérios, créditos especiais). As outras fontes, de menor importância relativa, significam parcelas de resultados materiais dos assentamentos rurais e recursos diversos (venda de artesanatos e símbolos do Movimento).

1.2 O ASSENTAMENTO: UMA ORGANIZAÇÃO RESULTANTE DO MST

Segundo o seu uso comum, o termo "organizar" significa, de acordo com HOLANDA, (1) Constituir o organismo de; estabelecer as bases de; ordenar, arranjar, dispor: (2) Dar às partes de (um corpo) a disposição necessária para as funções a que ele se destina, ou (3) Tornar definitiva uma organização; constituir-se, formar-se, ou, conforme BOUDON & BOURRICAUD (1993, p. 408) "pôr em ordem uma série de recursos para fazer deles um instrumento ou uma ferramenta a serviço de uma vontade que busca a realização de um projeto". Aplicando o termo às organizações humanas estes mesmos autores assim o definem:

Organizar um grupo de homens para formar a divisão de um exército é instituir entre eles uma hierarquia, que os tornará capazes de cooperar para a realização de um fim, que constituirá a regra para a ação de cada um, mesmo que escapem a mais de um participante o sentido e o resultado da própria ação. (BOUDON & BOURRICAUD, 1993, p. 408). Este raciocínio confere, portanto, à idéia de organização as características primordiais de hierarquia e cooperação.

Por outro lado, para FRIEDBERG (BOUDON. 1995, p. 375) "a expressão ' organização' remete, por um lado, a um objeto social, por outro a um processo social que está no cerne da ação humana", compondo "conjuntos humanos formalizados e hierarquizados com vistas a assegurar a cooperação e a coordenação de seus membros no cumprimento de determinados fins". Esta assertiva vem esclarecer com bastante propriedade a forma pela qual o MST tomou corpo no sudoeste do Estado do Paraná, visto que permite tomar o conjunto destes agricultores como objeto social, de um lado, e de outro, observar a lógica que ordena a sua dinâmica como um processo social em si mesmo. Reconhecer o assentamento como um conjunto humano portador das características apontadas por Friedberg equivale a conferir-lhe o status de ' organização' .

Pode-se dizer que o assentamento é um conjunto formalizado e hierarquizado na medida em que nele se pode detectar uma estrutura nítida de lideranças e quadros técnicos distribuídos em setores perfeitamente encadeados em suas ações, de conformidade com o mesmo FRIEDBERG (1995, p. 376).

[...] as organizações, enquanto estruturas de ação coletiva... são conjuntos organizados... que pressupõe sempre a regularização e a modulação, em suma, a organização dos comportamentos de um certo número de atores cuja cooperação é indispensável, mas que mantêm um grau de autonomia e que perseguem interesses que não são forçosamente convergentes.

Ora, o assentamento, dentro das particularidades que lhe são próprias, é uma organização fechada e estruturada, com regras definidas e uma hierarquia nítida.

Por outro lado, o próprio FRIEDBERG, citando...

GOULDNER (1954 e 1955), BURNS e STALKER (1961) e CROZIER (1961 e 1964b) revelam, por seu turno, que a estrutura formal de uma organização (suas regras, sua racionalidade, seus objetivos) pode e deve ser entendida como uma resposta aos problemas colocados pela gestão do controle hierárquico, do poder e da dependência.

Neste caso os propósitos organizacionais, de cooperação e coordenação, passam de uma variável exógena a uma variável endógena e, por conseguinte, confrontam-se com

os mesmos limites da racionalidade que caracterizam o comportamento humano em geral, muito embora os "efeitos organizacionais, ou seja, da autonomia do edifício organizacional e das dinâmicas endógenas a que dá origem" não sejam "reduzíveis aos dados do ambiente" (FRIEDBERG, 1995, p. 377). A considerar este raciocínio como válido cabe questionar o que deve ser explicado nos assentamentos rurais, se a sua lógica ou o seu propósito. É preciso "... saber de que modo, com que esquemas de referência e com que esquemas de interpretação, a coerência e a coesão organizacionais podem ser analisados e explicados" (FRIEDBERG, 1995, p. 377) Ou seja, que elemento desencadeia o êxodo dentro do que deveria ser a solução do êxodo, uma vez que a existência de um êxodo rural crônico no Brasil é um fato historicamente comprovado.

Há uma aparente contradição entre a lógica que orienta o Movimento dos Agricultores Sem-terra, do qual os assentamentos devem ser o efeito, e a que rege o assentamento propriamente dito. A dinâmica do MST não se harmoniza necessariamente com a dinâmica do assentamento ou com seus desdobramentos, o que pode ter sua matriz no que TOURAINE (1996, p. 11) apresenta como o perigo mais presente no século XX, isto é, "a dissociação crescente entre a instrumentalidade do mercado e do mundo técnico e o universo fechado das identidades culturais". O agricultor que acaba indo para um assentamento rural é, antes de tudo, um pequeno agricultor. Pequeno proprietário, filho de pequeno proprietário, meeiro, parceiro, arrendatário ou empregado, a sua relação com a terra é, sobretudo, de apego, até de uma certa teimosia, visto como quer permanecer na atividade agrícola mesmo quando as condições objetivas para tanto já quase desapareceram.

Significa dizer que os assentados, em sua condição anterior, eram donos de uma condição de sujeitos, de conformidade com a identidade cultural própria da comunidade a que pertenciam. Uma vez atirados para dentro do processo de êxodo rural, passam a ser elementos externos (marginais) à "instrumentalidade do mercado e do mundo técnico" (TOURAINE, 1996, p. 11). Para estes indivíduos integrar-se no assentamento significa retomar uma integridade cultural inerente à condição de sujeito. Ora, o movimento social

constitui-se como um espaço de construção de resistências e recuperar a condição de sujeito é, antes de tudo, antepor-se e resistir a tudo quanto significa o afastamento desta condição.

ALFHANDÉRY (1992, p. 133) explica o afastamento da terra (simétrico absoluto do apego à terra) como sinónimo de "desenraizar, racionalizar, estocar e vender", no rumo da satisfação de todas as necessidades da sociedade de consumo e do "desenvolvimento" —"pelo qual se entende a decolagem econômica e o acesso potencial à liberdade para os indivíduos libertados da opressão da comunidade". A combinação destes dois pressupostos resulta em que o agricultor que é lançado para dentro do processo de êxodo rural (afastamento da terra) é também arrancado de sua identidade cultural, ou seja, é alijado de sua condição camponesa, do âmbito das "cognições e valores típicos da sociedade camponesa" (SHANIN, 1979: p. 247). Ora, nesta sociedade uma família se caracteriza pela sua integração quase absoluta com a atividade agrícola (SHANIN, 1979: p. 25). Afastada da terra esta família e seus indivíduos perdem suas identidades. Surge então, junto com o esforço de reconstrução da condição de sujeitos a busca da autonomia, no interior do movimento que reivindica a terra. De acordo com ALMEIDA (1999, p. 147) "em seus diferentes aspectos, é contra uma determinada organização do trabalho que a autonomia é objeto de reivindicações, de proposições ou de aspirações".

Touraine designa "por sujeito a construção do indivíduo como ator, através da associação de sua liberdade afirmada com sua experiência de vida assumida e reinterpretada" (1996, p. 23-24). No assentamento acontece uma re-construção do sujeito, uma vez que ao redefinir sua identidade cultural o agricultor retoma sua liberdade exatamente quando reassume e reinterpreta sua experiência de vida, readquirindo com isto a capacidade de resistir ao domínio do poder social sobre a personalidade e a cultura. Neste caso o poder é exercido, no âmbito externo, pelo Governo e seus aparatos e, no âmbito interno, pelo MST e sua lógica coletivista.

1.3 O NOVO RETRATO DA REFORMA AGRÁRIA

Os processos transformadores ocorridos no campo, durante a década de 70, tanto no âmbito econômico como no político e no social, foram tão profundos que trouxeram novos aspectos para o debate sobre a reforma agrária, implicando num progressivo distanciamento do modelo anterior. Contornos desta nova modalidade se definem em experiências concretas, articulados em fórmulas mais amplas como cidadania, participação, democratização, desenvolvimento sustentável, de tal maneira a incorporar, em detrimento de alguns dos antigos, novos traços ao retrato da reforma agrária, conforme se pode vê-lo hoje.

O rumo escolhido pelo MST criou uma demanda extremamente viva e atual, que ganha expressão com as ocupações de terra e prossegue na luta pela permanência nela bem como pela viabilização econômica e social das áreas de assentamento e reassentamento ou se manifesta na denúncia da repetição das condições de exploração e ausência de direitos em que vive parcela significativa dos agricultores.

A agricultura familiar ocupa, neste cenário, um lugar central, muito embora os experimentos de assentamento tenham conferido relevância para questões situadas muito além das dimensões produtivas. As tentativas de imposição de modelos organizativos implicaram em diferentes formas de resistência, que trouxeram à tona a necessidade de os movimentos se indagarem sobre as experiências anteriores dos assentados e suas expectativas.

Mas não só a CONTAG rejeita esta leitura meramente produtivista da reforma agrária. Também a CPT a questiona, suscitando uma outra ótica do social que não nada tem a ver com assistencialismo. A modernização da agricultura e a instalação de grandes complexos agro-industriais parecem ter criado um espaço de produção que não pode ser tocado, a partir do qual a idéia de uma reforma agrária parcial ganha corpo (modelo bimodal). WANDERLEY, para quem

[...] a modernização da agricultura se efetuou sobre a base de relações sociais que cristalizaram o predomínio do proprietário sobre o produtor. Isto é, a propriedade da terra constituiu no Brasil um elemento organizador da atividade agrícola. O caráter produtivo da agricultura é aqui subordinado à dinâmica gestada a partir da propriedade fundiária. (WANDERLEY, 1990:2).

Os movimentos sociais, em suas diferentes vertentes, têm concepções distintas sobre o encaminhamento mais adequado para as lutas pela terra e seus diferentes imbricamentos: como essas formas se combinam, segundo a leitura de cada força política, de acordo com seus objetivos e conforme a avaliação da conjuntura do momento.

A reforma agrária precisa estar voltada para a ampliação do nível de emprego na agricultura e a redução do êxodo rural; aumento da produção de alimentos para abastecimento do mercado interno; aumento do nível de renda do trabalhador rural; diminuição das desigualdades sociais e regionais; aproveitamento racional dos recursos naturais e a proteção do meio ambiente; eliminação da violência no campo e nas cidades (CONTAG, 1992: 64).

Os novos sujeitos sociais e suas demandas particulares, emersos ao longo da história da luta pela terra no Brasil, notadamente nas duas últimas décadas, indicam que não é mais possível falar em um único modelo de reforma agrária e que qualquer que seja o encaminhamento desta questão ele deverá reconhecer a diversidade dos projetos individuais que a compõem e que não são apenas diferentes formas de produção, mas que estão ligados à reconstrução do sujeito, carregados das experiências acumuladas, as quais ganham sentido emoldurados pela dimensão cultural.

Também a questão ambiental deve ser articulada ao tema da reforma agrária. Aliás, a questão ambiental requalifica a questão agrária, no sentido de que, como aponta WANDERLEY (1990:5), esta "se estrutura em torno a duas perguntas absolutamente interligadas: qual a concepção de progresso que é legitimada pela sociedade e que classes ou grupos na sociedade são legitimamente portadores e implementadores dessa posição". Ligado à questão do meio ambiente converge para o centro da discussão o tema da orientação das políticas públicas voltadas para a pesquisa, extensão, apoio à produção,

etc. e, portanto, do próprio modelo de desenvolvimento, hoje fortemente marcado pelo debate em torno da "sustentabilidade".

A área do assentamento e seus moradores não se confunde com as comunidades naturalmente implantadas na região. O assentamento acaba por formar uma comunidade planejada, estranha ao seu entorno, com uma estrutura de funcionamento própria e fortemente hierarquizada. Também confere ao assentamento uma característica singular o fato de que suas propriedades foram formadas a partir de um quadro natural absolutamente bruto, possibilitando a oportunidade de uma propriedade melhor planejada do ponto de vista de uma agricultura sustentável, sem os efeitos perversos da chamada agricultura moderna. Um outro elemento diferenciador da população do assentamento foi o estado de fragilidade orgânica em que os agricultores foram nele instalados. Estas faces da realidade do assentamento requerem um tratamento diferenciado em diversos aspectos. O apoio externo demandado tinha que estar em consonância com as deficiências de saúde, com o estado bruto do ambiente natural e com a falta de capital com os agricultores foram para o assentamento, na fase de sua implantação.

1.4 A AGRICULTURA FAMILIAR NO CENTRO DA CENA

A luta pela terra no Brasil é um tema multifacetário. Seus atores são, ao mesmo tempo, objeto de exclusão e protagonistas do esforço de reconstrução da ruralidade representado pela demanda por reforma agrária. Levando em conta que não se pode estudar este assunto sem que se detenha sobre sua principal variável, a agricultura familiar, deve-se, inicialmente, considerar sua lógica de organização, definida por LAMARCHE (1993, p. 15) a partir do conceito em que "a exploração familiar [...] corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família". Ou seja, a não-separação do trabalho, da gestão dos meios de produção e da propriedade sobre os produtos da atividade, centrada em indivíduos que têm entre si relações de parentesco, coloca a agricultura familiar como uma forma de organização da produção na qual os critérios utilizados para orientar as decisões relativas

à exploração não são vistos apenas pelo ângulo da produção/rentabilidade econômica, mas que aí também são consideradas as necessidades e os objetivos da família como aspectos da lógica de reprodução desta.

Neste ponto colocam-se dois problemas: um, de natureza ontológica, que pergunta pela existência da categoria social denominada agricultura familiar no interior de uma sociedade determinada; outro, operacional, que diz respeito aos critérios que permitem separar um subconjunto de agricultores familiares. Deste modo, as diversas definições de agricultura familiar impõem no plano conceitual três condições: (i) a agricultura é a principal ocupação e fonte de renda da família; (ii) a maior parte da força de trabalho empregada na exploração provém de membros da família; (iii) a unidade doméstica e a unidade produtiva estão interligadas.

Postas estas três condições pode-se empreender a tarefa de compreender como se dá e qual a capacidade de reprodução da unidade familiar, o que implica em identificar o modelo de funcionamento em que esta se posiciona e a que classe social ela está ligada. Portanto, a análise da agricultura familiar demanda, de um lado, a avaliação das "condições objetivas de produção (superfície, grau de mecanização, nível técnico, capacidade financeira, etc." (LAMARCHE, 1993, p. 18), e de outro, a identificação da matriz a partir da qual ela se constrói. Toda a reflexão de Lamarche "se organiza em torno do eixo definido pelo grau de integração na economia de mercado... tanto no plano técnico-econômico quanto no plano sociocultural" (LAMARCHE, 1993, p. 19). Qualificando os agricultores familiares segundo este eixo, Lamarche se utiliza de um recurso metodológico onde o ponto inicial é denominado "Modelo Original" e a meta a ser alcançada vem a ser o "Modelo Ideal". Estes modelos representam "duas forças": o "Modelo Original" incorpora o "peso do passado e da tradição" e o "Modelo Ideal" sinaliza a "atração por um futuro materializado pelos projetos que ocorrerão no porvir" (LAMARCHE, 1993, p. 19). Um assentamento rural, feito a partir das ações que têm como escopo a reforma agrária, mais do que os outros, tem como matriz o modelo original, presente na terra e no modo de vida que ficou para trás, na experiência dos

agricultores tornados sem-terra que foram para estes assentamentos. Da mesma forma o ela que os impulsiona, o modelo ideal que os atrai para o futuro se configura num modelo [de agricultura familiar] produtivo mas não produtivista, capaz de se integrar no mercado e responder às demandas que caracterizam a família desta época e que, para o MST se toma possível no projeto coletivo (cooperativo) que é discutido e assumido pelo conjunto dos trabalhadores rurais que compõem o MST, conforme o documento de Fundação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST), de 24 de janeiro de 1984 (vide Anexo I).

Estes elementos estão presentes muito claramente na dinâmica que anima os movimentos pela posse da terra no Brasil, mas com muito mais clareza no MST, na medida em que este possui um projeto bem definido de qual agricultura quer praticar. Assim é que, dentro das noções propostas por LAMARCHE (1993, p. 20), o MST quer corresponder ao bloqueio enquanto tenta interceptar o processo que transforma o agricultor em sem-terra, pretendendo incorporar a ruptura na forma como rejeita a impossibilidade de melhorar as condições objetivas de produção dentro do projeto da sociedade como um todo.

A organização de agricultores sem-terra em torno da reivindicação de redistribuição fundiária sinaliza um esforço de reconstrução de um modelo de ruralidade que ficou para trás. Este retorno ao passado, este resgate das raízes significam "um sinónimo de regeneração" (ALPHANDÉRY, 1992, p. 163) do mundo conforme era conhecido pelos ancestrais e está presente na memória dos atores deste processo. A ferramenta de trabalho do agricultor familiar é a terra, mas esta não é vista só como um espaço físico onde se possa cultivar um certo número de vegetais e obter um determinado volume de produção. O meio de produção é a terra mas é também toda a natureza que ela circunscreve dentro de limites específicos. Um agricultor sem-terra é, portanto, um indivíduo excluído não só do processo de produção, mas também exonerado de sua dignidade e despojado de sua cidadania. Por isso Alphandery apresenta o "solo como fundamento de liberdade" (ALPHANDÉRY, 1992, p. 163). Significa dizer que a posse da

terra é mais que a possibilidade de viabilização econômica e a recondução do agricultor para dentro do processo produtivo: é, mais que tudo, o resgate da sua autonomia enquanto cidadão.

O princípio da autonomia é um conceito básico, tendo assumido diferentes perspectivas, por diferentes autores em diferentes épocas. Uma das bases teóricas utilizadas é o pensamento de John Stuart Mill, que propôs a autonomia enquanto soberania do indivíduo "sobre si mesmo, sobre seu corpo e sua mente" (MILL, 1909, p. 5).

Para Emile Durkheim a autonomia é a interiorização das normas (DURKHEIM, 1968, p. 112) enquanto Jean Piaget caracterizava "autonomia como a capacidade de coordenação de diferentes perspectivas sociais com o pressuposto do respeito recíproco" (PIAGET, 1973, p. 199).

Assim, uma pessoa autônoma é um indivíduo capaz de deliberar sobre seus objetivos pessoais e de agir na direção desta deliberação. O conceito de autonomia adquire especificidade no contexto de cada teoria, entretanto, virtualmente, todas as teorias concordam que duas condições são essenciais à autonomia:

- liberdade (independência do controle de influências) e
- ação (capacidade de ação intencional).

KAMII (1985, p. 103-108) também coloca a autonomia em uma perspectiva de vida em grupo. Para esta autora, que é filiada à corrente piagetiana, a autonomia significa o indivíduo ser governado por si próprio. É o contrário de heteronomia, que significa ser governado pelos outros. Autonomia significa levar em consideração os fatores relevantes para decidir agir da melhor forma para todos, não podendo ser entendida apenas como a auto-determinação de um indivíduo: esta é apenas uma de suas várias possíveis leituras. A inclusão do outro na questão da autonomia trouxe, desde o pensamento de Kant, uma nova perspectiva que alia a ação individual com o componente social. É desta perspectiva que surge a responsabilidade pelo respeito à pessoa. Esta concepção de autonomia é confirmada por ALMEIDA (1999, p. 147 e seg.)

Dentro do tema aqui tratado, a luta por autonomia é uma peculiaridade inerente à unidade de produção familiar. Uma propriedade familiar precisa construir sua independência em relação à comunidade. Para reproduzir-se ela necessita ser auto-suficiente em quase tudo quanto utiliza. Por isto se explica "a força com que nela se luta por sua autonomia" (WANDERLEY, 1989, p. 11). Ao mesmo tempo, há necessidade de uma relação de solidariedade (BRANDENBURG, 1998) que coloca a comunidade na posição de ambiente social dentro do que se desenvolve a autonomia da unidade de produção familiar. A comunidade é o elemento fornecedor da identidade cultural necessária para que o agricultor construa sua autonomia.

Olhando para o lote do assentamento transformado em propriedade familiar, pode-se observar, nesta busca de autonomia, uma organização interna, expressa na forma como cada agricultor procurou fazer uma revisão de sua experiência anterior para agir diferente na experiência atual; e uma organização externa, representada pelo modo como decidiu enfrentar o seu entorno. E aqui também emerge a 'dupla face' de que fala WANDERLEY (1989, p. 11). Tudo quanto os assentados do Vitória da União evitaram fazer para fugir do "capitalismo" tornou-os mais frágeis, subordinando-os, por fim, ao próprio capital. Ao irem para o assentamento aqueles agricultores conseguiram preservar a força de trabalho familiar e garantir o acesso à terra, mas não sabiam que tipo de meios técnicos seriam necessários para trabalhar na nova realidade.

Se o reconhecimento de si mesmos como "trabalhadores-proprietários" (WANDERLEY, 1989, p. 12) equivale à legitimação desta condição, "o trabalho familiar, o acesso à terra e os meios técnicos para produzir [constituem]... a base material sobre a qual repousa a autonomia da família camponesa. Trabalhar para si, com os seus próprios meios e segundo seus próprios interesses, sempre foi a marca registrada destes produtores". A autonomia torna-se pois, um espaço "em que trabalhar para si passa a significar uma forma específica de trabalhar" (WANDERLEY, 1989, p. 11).

Parece, pois, residir na questão da autonomia a aparente contradição existente entre a lógica que orienta o agricultor familiar assentado e a lógica que norteia os

objetivos do MST. Herdeiros de uma condição camponesa os assentados, ao assumirem o lote no assentamento os agricultores assumem mais que a condição de proprietários. Eles assumem um projeto de vida que inclui um novo modo de relacionar-se com a terra, no qual elementos como vínculo com a terra, relações de vizinhança e inserção na dimensão de localidade assumem novos significados.

Segundo BRANDENBURG (1999:282)

[...] o projeto do agricultor familiar pode ser definido como um projeto de vida 'moderno-camponês' [já que] planejar uma vida no campo é projetar um modo de viver que subordina a eficiência, a racionalidade econômico-instrumental ao gozo da vida, às aspirações do agricultor enquanto ser individual, e não o contrário. Quer dizer, trabalhar não apenas pelo prazer de produzir, de modernizar, de consumir, de ampliar os meios de produção e de acumular bens, mas trabalhar ou produzir para se viver uma condição de vida em que a liberdade, a autonomia, o reconhecimento, as várias dimensões do indivíduo se expressem e se realizem.

Assim se configura a continuidade entre a condição camponesa, ou seja, aquela em que, de acordo com SHANIN (1979, p. 27), a vida familiar permanece como a principal fonte de adiestramento ocupacional dos mais jovens, ao mesmo tempo em que a tradição atua como o principal guia profissional. Neste modo da vida os objetivos são determinados pelo consumo, pelos métodos de produção tradicionais, pelo uso da mão-de-obra familiar, pela escassa capacidade de venda do produto e, ainda, pela falta de verificação e controle mediante a contabilidade sistemática em termos monetários.

Há uma dificuldade, portanto, na conceituação de agricultura familiar. Desde as sociedades primitivas até os modelos vigentes hoje, a agricultura familiar tem se perpetuado enquanto categoria, sem, no entanto, conservar as mesmas práticas. Assim, a associação família-produção-trabalho é tão antiga quanto a própria história humana, mas "assume, no tempo e no espaço, uma grande diversidade de formas sociais" (WANDERLEY, 1996, p. 2). Na comunidade convencional, a transição entre uma forma e seu sucedâneo se dá de maneira gradual. Ao se transferir da condição de sem-terra para assentado a transição é radical e muito mais elaborada intelectualmente.

Conforme WANDERLEY (1996, p. 4)

Para enfrentar o presente e preparar o futuro, o agricultor camponês recorre ao passado, que lhe permite construir um saber tradicional, transmissível aos filhos e justificar as decisões referentes à alocação dos recursos, especialmente do trabalho familiar, bem como a maneira como deverá diferir no tempo, o consumo da família.

A multiplicação, nas sociedades modernas, de outras formas não camponesas da agricultura familiar (WANDERLEY, 1996, p. 7) parece endossar o surgimento, nos assentamentos, de experiências diferenciadas de práticas agrícolas e sociais. Aliás, para WANDERLEY (1996, p. 2) “[...] a utilização [da agricultura familiar enquanto categoria] com o significado e a abrangência que lhe têm sido atribuídos nos últimos anos, no Brasil, assume ares de novidade e renovação [...]” De todo modo, em se tratando da questão agrária a agricultura familiar continua no centro da cena.

Capítulo 2

A LUTA PELA TERRA NO BRASIL

A história brasileira, embora relativamente recente, apresenta, ao longo dos seus cinco séculos, a ação sistemática do campesinato pela posse da terra e a sua resistência contra a expropriação. A função da terra enquanto instrumento de trabalho sempre esteve em conflito com o seu uso como reserva de valor. Assim, de forma mais ou menos intensa, a temática relacionada à posse da terra sempre esteve presente no cotidiano nacional. Com o fim do sistema das sesmarias, em 1822, deixou de existir uma legislação especificamente agrária na ex-colônia portuguesa, recém-chegada à independência política. As divergências eram judicialmente resolvidas, no dia-a-dia, em geral, à luz das velhas Ordenações Filipinas, código de 1603 que permaneceu em vigor até 1917, e que, com a Proclamação da Independência, por determinação de D. Pedro I, passou a ter validade plena.

A questão da reforma agrária aparece no debate político nacional a partir de 1920, assumindo, nos vários momentos subsequentes, roupagens e significados diversos. Vários papéis lhe foram atribuídos: estratégia de promoção do desenvolvimento econômico-industrial; política de combate ao desemprego, à fome e à miséria; política social para impedir a continuidade do êxodo rural e suas sequelas; sinónimo de resgate da cidadania para os trabalhadores do campo e condição para a democratização do país, assim* como já foi associada ao tema da modernização da agricultura, à mudança das relações de trabalho no campo, à desapropriação massiva de terras, à colonização, ao assentamento de trabalhadores em terras públicas, à criação de empresas coletivas, à reconstrução do rural.

O "modelo nacional-desenvolvimentista" (MEDEIROS, 1993), do modo como estava articulado ao debate sobre a reforma agrária nos anos 60, esgotou-se, sucedendo-lhe a vinda de novas técnicas produtivas para o campo, trazidas pela modernização, conservadora ou não, de um lado, e pela globalização, de outro. A população das áreas

rurais ficou drasticamente reduzida em relação à população urbana; algumas formas das relações capital-trabalho que eram a base da demanda por terra nos anos 60 foram desarticuladas, enquanto o capital financeiro dirigiu-se também para os investimentos fundiários e novos interesses se constituíram, introduzindo outros personagens na luta por terra. As propostas ideológicas que preconizavam uma sociedade igualitária ao modo socialista entraram em crise, forçando seus partidários a repensar profundamente suas bandeiras. Entretanto, a reforma agrária enquanto palavra de ordem não perde sua contemporaneidade nem desaparece das demandas das organizações de trabalhadores rurais. Recém expropriados e trabalhadores já integrados no mercado de trabalho quer rural, quer urbano, alimentam seu imaginário com o sonho do acesso à terra. No país inteiro significativos contingentes de trabalhadores se fazem visíveis nos espaços públicos em sua luta pela posse terra.

2.1 REFORMA AGRÁRIA: O PERÍODO ANTERIOR AO GOLPE MILITAR

Para épocas diferentes atores diferentes para uma mesma problemática. Ou seja, o debate acerca da reforma agrária, apesar da mudança de seus termos, carrega marcas de momentos anteriores as quais, muitas vezes, implicam a constituição de novos significados para velhos termos, bem como o aparecimento de novos termos que atualizam antigos significados.

Conforme MEDEIROS (1994, p. 12) "posseiros", "arrendatários", "foreiros" nos anos 60; "posseiros" na década de 70; "seringueiros", "sem-terra", "atingidos por barragens" nos anos 80 são "personagens socialmente diferenciados, eixos geográficos diversos, identidades sociais e políticas distintas, que indicam a permanência da luta pela terra, mas também mostram que os seus termos mudam e que se transforma o sentido da questão" (MEDEIROS, 1994). Entender os desdobramentos e as implicações das diferentes propostas de reforma agrária hoje presentes no debate, partindo do pressuposto de que essa bandeira, em sua trajetória assumiu diferentes significados, em diferentes momentos, para diferentes agentes sociais, significa adequar-se às novas questões que vão

sendo colocadas para as forças sociais presentes. Alterações estruturais ou conjunturas políticas específicas impuseram, no plano nacional, alguns termos para a discussão, até mesmo porque os próprios atores da luta pela terra (trabalhadores, com suas formas de organização, representação, entidades de apoio e assessoria, o empresariado rural/latifundiários, as instâncias do Estado) também sofreram profundas mudanças. Como o aponta NOVAES (1993, p.4), "podemos nos perguntar até que ponto certas versões da reforma agrária desempenham o papel de um mito por meio do qual se insuflou a energia necessária para que trabalhadores ameaçados de expulsão da terra desencadeassem um combate cotidiano pela posse da terra".

GUIMARÃES (1989, p. 105) assim coloca a questão agrária brasileira:

Foram precisos três séculos de ásperas e contínuas lutas, sangrentas muitas delas, sustentadas pelas populações pobres do campo contra os todo-poderosos senhores da terra, para que, por fim, a despeito de tantos insucessos, despontassem na vida brasileira os embriões da classe camponesa. Só no limiar do século XIX e, portanto, há pouco mais de cem anos, começaram a surgir os frutos dessa irreduzível e prolongada batalha, abrindo-se as primeiras brechas nos flancos mais vulneráveis do opressivo sistema latifundiário, com a implantação, principalmente ao Sul do território nacional, e em bases estáveis, de outros tipos menos agigantados e mais modestos de propriedade agrária.

É possível verificar, assim, que a discussão em torno do poder dos proprietários fundiários sobre seus subordinados e a denúncia sobre seus abusos revelando os males do latifúndio bem como a defesa de uma reforma agrária não são questões politicamente novas. Desde 1920 alguns segmentos dos "tenentes" já começavam a falar em transformações fundiárias como condição para eliminar das eleições os vícios que as caracterizavam³. A análise de SANTA ROSA (1963, p. 123) dá conta de que a existência do latifúndio estava intimamente relacionada ao "voto de cabresto" e ao coronelismo,

³ A posição dos "tenentes" é tomada por referência apenas como um marco mais próximo. No entanto, o debate sobre a Lei de Terras de 1850 e as discussões sobre o fim da escravidão e seus reflexos sobre as atividades agrícolas, já apontam a questão da concentração fundiária e dos seus efeitos sobre a estrutura social e perfil político do país.

sendo a principal razão do atraso político do Brasil. Em decorrência, a reforma agrária aparecia como "indispensável e inadiável para a consolidação definitiva das conquistas sociais da revolução de outubro" (SANTA ROSA, 1963, p. 123), e setores "tenentistas" tentaram, na Constituinte de 1934, garantir condições para uma reforma agrária mas foram politicamente derrotados (CAMARGO, 1981). Algumas iniciativas governamentais indicavam a existência de questões a demandar intervenção estatal (CAMARGO, 1981; ESTEVES, 1990; STEIN, 1991), assim como a permanência de uma crítica socialmente elaborada ao "latifúndio".

A partir de 1950 os movimentos sociais do campo incorporaram ao seu discurso a demanda por reforma agrária. Nesse momento o Partido Comunista Brasileiro ocupou o lugar de importante mediador para as lutas dos trabalhadores rurais. A reforma agrária foi transformada em sua principal bandeira de luta, e este gesto teve como base as concepções e a atuação do PCB - Partido Comunista Brasileiro. Entretanto, foi somente no início dos anos 60 que a reforma agrária se tornou uma demanda ampla e uma proposta disputada por diferentes forças sociais, tornando-se a tradução política das lutas por terra que se desenvolviam em diversos pontos do país.

A luta pela posse da terra era feita então sob uma ótica de resistência na terra. A reforma agrária era compreendida como a eliminação dos latifundiários enquanto classe e como a divisão das terras entre os que nela quisessem trabalhar. Ela era vista então como o primeiro passo para a implantação de um modelo desenvolvimentista que promoveria um avanço mais rápido das forças produtivas, tanto no campo como na cidade, criando condições para uma revolução socialista.

A ação do PCB no campo voltava-se, assim, para o encaminhamento de lutas mais imediatas buscando, ao mesmo tempo, estimular a luta por reforma agrária, o que supunha um amplo conjunto de alianças políticas. Dentre elas, era valorizada a aliança com a burguesia industrial, considerada como interessada em mudanças estruturais que ampliassem o "mercado interno".

Tendo como matriz este quadro político, nasceu uma outra concepção de reforma agrária, tendo como porta-voz a principal liderança das Ligas Camponesas, Francisco Julião. Sem contar com o apoio de nenhum segmento da burguesia e guardando, em sua análise, alguma semelhança com a leitura feita pelo PCB sobre a situação do campo, Julião acreditava que a reforma agrária, ao quebrar a hegemonia do latifúndio e introduzir o campesinato como ator político principal, se constituiria no primeiro passo para fazer a revolução socialista no país (MEDEIROS, 1993, p. 6).

Disputando espaço com essas forças, a Igreja também se posicionava sobre o tema. De acordo com PAIVA (1985, p. 14),

[...] a ação da Igreja Católica brasileira no campo e seus pronunciamentos sobre a questão agrária desde o pós-guerra estiveram marcados por valores e ideais que fazem parte da tradição católica (que se manifestaram, por exemplo, na defesa da pequena propriedade rural como base para a estabilidade da família), mas sofreram o impacto da intensificação da urbanização e da industrialização substitutiva de importações dos anos 40/50 e viam-se influenciados pelo nacionalismo e pelo desenvolvimentismo que caracterizaram o período... Ela respondeu especialmente à constituição do campesinato como classe social emergente no cenário político a partir de meados dos anos 50 e à transformação das relações sociais no campo brasileiro desde então —em que pese a heterogeneidade de posições e ações desenvolvidas pelos seus diferentes setores.

Na interpretação de Vanilda Paiva as Igrejas, notadamente a católica e a luterana, reagindo à ameaça de penetração de "ideologias alienígenas" no campo, iniciou a formação de grupos de base cuja atuação estava baseada em denúncias das condições de vida das populações rurais que ali viviam, apoiando o acesso à terra e recomendando a formação de uma classe média rural. Defendia, assim, o direito instituído de propriedade, mas reconhecia a necessidade de uma reforma agrária feita através de desapropriações com a indenização justa. Com essa perspectiva passou a disputar a direção política dos trabalhadores rurais, estimulando a criação de sindicatos (CARVALHO, 1985). Neste período surgiram, espalhadas por todo o país, entidades de assessoramento a trabalhadores rurais, de orientação católica e com o claro objetivo de intervir na organização da categoria em movimentos sociais e sindicais.

As ações de resistência manifestas pelos movimentos camponeses eram fortes, mas o vigor ganho pela bandeira "reforma agrária" deve ser buscado também nas questões mais gerais da política brasileira e latino-americana. Vivia-se então o pós-guerra e a "guerra fria", e a ordem do dia era a necessidade de promover o desenvolvimento dos países latino-americanos estimulando a industrialização. Nosso modelo de agricultura voltada para a exportação, com base em grandes propriedades e baixo nível de aporte tecnológico, era um obstáculo estrutural ao desenvolvimento. A CEPAL — Comissão Econômica para a América Latina, que formava os principais economistas e planejadores latino-americanos de então e era um importante fórum elaborador de diretrizes de políticas econômicas, decidiu alterar esse quadro modernizando a agricultura, estimulando-a a produzir para o mercado interno. Surge então um novo ângulo de visão no qual se torna necessário elevar o padrão de vida das populações rurais, de forma que elas pudessem também se constituir em mercado para as indústrias emergentes.

Estas diferentes propostas convergem para uma posição crítica em relação à concentração da propriedade fundiária, potencializadas pela enorme quantidade de lutas por terra, travadas por "posseiros" (Goiás, Paraná, Rio de Janeiro/1958-1960), "moradores" / "foreiros" (Pernambuco, Paraíba/1962-1963), "arrendatários" (São Paulo, Goiás, Minas Gerais/1961), trabalhadores "sem-terra" que acampavam nos limites das propriedades, demandando terra (Rio Grande do Sul/1962), e transformam a reforma agrária, no início da década de 60, em carro-chefe das chamadas "reformas de base" e eixo de um projeto nacional-desenvolvimentista.

As profundas divergências existentes entre as propostas em pauta tornavam-se visíveis no interior da luta política travada entre os atores deste processo. Tendo como direção o desenvolvimento do país pela intensificação da industrialização os segmentos industriais apostavam em uma modernização da agricultura que não alterasse a estrutura fundiária vigente. O mercado que a agricultura poderia abrir, dentro dos interesses destes segmentos, era principalmente o de máquinas e equipamentos pesados, insumos químicos, etc., que não tinha como pressuposto uma redistribuição fundiária (MEDEIROS, 1983).

Do outro lado desta cena estavam os proprietários fundiários, preocupados em jogar para um segundo plano a concentração da propriedade da terra. Para tanto, defendiam que a melhoria das condições de vida e trabalho dos que viviam no campo seria uma decorrência "natural" do aumento de rentabilidade da agricultura, utilizando-se fartamente do argumento de que o desenvolvimento da indústria se fazia mediado pelo Estado e às custas do sacrifício da agricultura, penalizada pelo confisco cambial.

A revolução cubana, em curso nesta altura dos acontecimentos, foi percebida de diferentes modos em nosso país: Francisco Julião, das Ligas Camponesas, por exemplo, entendeu-a como exemplo a ser seguido. No pólo oposto, os setores dominantes usaram-na para alertar sobre os possíveis riscos da permanência das formas de exploração e da miséria existentes. A Aliança para o Progresso, de iniciativa do governo dos Estados Unidos, foi um dos resultados políticos desse processo, e a reforma agrária assumiu uma feição de programa preventivo, que eliminasse a concentração fundiária e se encaminhasse na direção da criação de uma classe média rural. Dele também resultaram os compromissos assumidos pelo Brasil na reunião de Punta dei Este⁴ (CAMARGO, 1981).

Em que pesem as pressões internacionais e as lutas por terra existentes de norte a sul do país, no entanto, os diversos projetos de reforma agrária, de diferentes matizes, apresentados ao Congresso Nacional foram sucessivamente derrotados, graças à enorme capacidade de articulação política dos proprietários fundiários que, desde cedo, contaram com o apoio dos representantes da indústria contra as tentativas de "subversão" do "sagrado direito de propriedade".

É neste momento da história da luta pela terra no Brasil que se firmam alguns conceitos, cujos significados marcaram profundamente o debate sobre a reforma agrária. O mais significativo talvez seja a palavra "latifúndio", sinónimo de grande propriedade,

⁴ É importante ressaltar que a criação de uma classe média rural era a proposta central do projeto de Revisão Agrária do governo Carvalho Pinto, em São Paulo, projeto esse datado de 1960 e que serviria

de atraso tecnológico e improdutividade mas também, e talvez principalmente, como o equivalente de relações de poder, opressão, ausência de direitos (PALMEIRA, 1968). Como aponta Regina Novaes, referindo-se às lutas camponesas dos anos 60 na Paraíba,

[...] o latifúndio a que se opõem (os camponeses) não é uma propriedade com tais ou quais características, é antes de tudo um conjunto de normas, atitudes e comportamentos atualizados pelo conjunto dos proprietários rurais, respaldados nas instâncias do poder local" (NOVAES, 1987, p. 98)⁵.

A crítica generalizada ao "latifúndio", socialmente constituída, legitimou politicamente a concepção de que a alteração na estrutura de propriedade seria condição para vencer o atraso, tanto econômico (entendido principalmente como aumento de produção) como político, com alteração das relações de poder. Ao mesmo tempo, no interior das principais forças que disputavam a direção das lutas camponesas, a reforma era entendida como condição necessária para o desenvolvimento e, portanto, como parte da questão nacional. Assim, ela aparecia como eliminação de resquícios feudais, etapa essencial da revolução democrático-burguesa ou mesmo como caminho para o socialismo, sempre significando um impulso ao desenvolvimento das forças produtivas no campo e, ao mesmo tempo, rompimento das estruturas de dominação tradicionais. Também foi nesse contexto que passou a ser valorizada a produção familiar, tanto por influência do PCB e da Igreja, como da Aliança para o Progresso (MEDEIROS, 1983).

OFFE, analisando os problemas estruturais no Estado capitalista (1984) aponta o modo como o aparelho estatal absorve e seleciona as diferentes formas de tratamento da questão agrária, de acordo com o perfil e o ritmo de criação de mecanismos institucionais e legais que usa para tratar do tema.

de inspiração para importantes propostas posteriores, como é o caso do projeto do IPES – Instituto de Pesquisas Especiais para a Sociedade, uma das fontes inspiradoras do Estatuto da Terra (IPES, 1963).

⁵ Novaes também mostra como o termo "camponês" tomou-se uma identidade política, em oposição a "latifundiário" (NOVAES, 1987).

No caso brasileiro, a Constituição de 1946 introduz a concepção de que "o uso da propriedade está subordinado ao bem-estar social" (Art. 147), a partir da pressão da bancada comunista, e as desapropriações quer por utilidade pública, quer por interesse social passariam a ser feitas mediante prévia e justa indenização em dinheiro (Art. 141, § 16). Apesar desses limites e, em consonância com a teoria de Offe, já no final dos anos 50, alguns governos estaduais realizaram desapropriações, em resposta a tensões sociais ou promoveram assentamento de trabalhadores em terras públicas⁶. A criação de comissões (CNPA - Comissão Nacional de Política Agrária, do segundo governo Vargas, ou o SSR - Serviço Social Rural, representando as entidades patronais do campo), indicava a intervenção do Estado sobre a questão, mesmo que ela fosse definida como objeto de assistência ou educação⁷.

A criação da SUPRA - Superintendência de Política e Reforma Agrária, independente do Ministério da Agricultura, tradicionalmente sob o controle dos proprietários fundiários - e a subsequente extinção do INIC (Instituto Nacional de Imigração e Colonização) e do SSR (Serviço Social Rural), no início dos anos 60, foi resultado da intensificação da demanda por reforma agrária.

2.2 O PERÍODO PÓS-64: NOVA LEI, NOVAS ALIANÇAS

O golpe de 1964 reprimiu as demandas emergentes dos trabalhadores mas, de alguma forma, a crítica ao "latifúndio", proveniente dos mais diferentes segmentos sociais, ficou definitivamente incorporado ao nosso capital cultural, e o mesmo Congresso Nacional que havia bloqueado dezenas de projetos de reforma agrária, acabou aprovando

⁶ As indenizações referentes a essas indenizações acabaram por não ser pagas, repondo as condições do conflito. No entanto, elas garantiram a permanência de trabalhadores na terra em condições políticas mais favoráveis e a ampliação dos espaços de luta. As expulsões só iriam ocorrer em situações politicamente desfavoráveis, como foi o caso do golpe militar de 1964 (GRYNZPAN, 1987; TOLENTINO, 1990).

⁷ Claus Offe dá interessantes indicações sobre o processo de decisão no interior do Estado, analisando os mecanismos de seletividade estrutural, que implicam não só na incorporação seletiva de temas, como também na sua redefinição (OFFE, 1984).

uma emenda constitucional permitindo o pagamento das terras desapropriadas com títulos da dívida pública e a suspensão da exigência de que essa indenização fosse prévia. Aprovou também o Estatuto da Terra, tornado espaço legal para a viabilização de transformações na estrutura fundiária.

A mensagem presidencial definia o Estatuto da Terra como sendo "mais do que uma lei de reforma agrária". Este deveria funcionar como uma lei de "desenvolvimento rural" (p. 4). O novo documento era composto de duas partes bem distintas. A parte referente à "reforma" (Título I) incluía uma tipificação dos imóveis rurais em "minifúndios", imóveis com área inferior a um módulo rural⁸ e, portanto, incapazes, por definição, de prover a subsistência do produtor e de sua família; "latifúndios por exploração", imóveis com área entre um e seiscentos módulos, caracterizados pela subexploração; "latifúndios por extensão", imóveis com área superior a seiscentos módulos, independentemente do tipo e características da produção neles desenvolvida; e "empresas", imóveis entre um e seiscentos módulos, caracterizados por um certo nível de aproveitamento do solo, racionalidade na exploração, cumprimento da legislação trabalhista e preservação dos recursos naturais, e outra ao "desenvolvimento" (Estatuto da Terra, Cap. I, Art. 4º). A outra parte (Título III), referindo-se a desenvolvimento e coerente com essa divisão, colocava como objetivo da reforma agrária a gradual extinção de "minifúndios" e "latifúndios", como fontes de tensão social no campo que, efetivamente, eram (Título II, Cap. 1, Art. 16). A "empresa", podendo até ser familiar, passava a ser o modelo ideal da propriedade rural. A desapropriação [em casos de tensão social] (Art. 17, a), a tributação progressiva e medidas de apoio técnico e econômico à produção eram o caminho para que o "latifúndio" se convertesse em "empresa" (Título III, Cap. 1, Art. 50, § 9). A lei também estabelecia, indiretamente, um módulo máximo [quando definia o latifúndio por extensão, passível de desapropriação como a propriedade

⁸ O módulo rural, regulamentado pelo DL 55891/65, constitui-se numa unidade de medida que exprime a interdependência entre a dimensão, a situação geográfica dos imóveis rurais e a forma e

que ultrapassasse 600 módulos rurais] (Art. 46, § 12, alínea b). Assim, os termos que haviam se politizado no debate "ganharam o estatuto de categorias legais, com critérios relativamente precisos de definição em termos de tamanho de área, formas e grau de utilização da terra, natureza das relações de trabalho, etc" (MEDEIROS, 1983). Entretanto, o contexto autoritário então vivido tornou a nova lei inoperante, pouco significando em termos de medidas concretas em direção às demandas por terra.

Os interesses vinculados à propriedade fundiária, na disputa havida no interior dos segmentos que apoiaram o golpe militar, fizeram-se prevalecer deixando-a, mais uma vez, intocada. O Estado viabilizou fortes estímulos para a transformação do "latifúndio" em "empresa", via modernização tecnológica, mas não cuidou dos princípios definidores da empresa rural: obtenção de índices de produtividade regionalmente definidos, observação da legislação trabalhista, preservação do meio ambiente e outros.

Em 1965, por força do próprio Estatuto da Terra, foram criados dois organismos para cuidar da questão agrária: o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) e o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA). A cultura institucional inaugurada com eles, e cujas raízes remontavam ao debate sobre a reforma agrária, colocava a questão agrária ao nível da ação do governo federal e separava questão agrária da questão agrícola, trazendo para a cena uma outra concepção de reforma agrária e traduzindo uma disputa pelo controle do poder de intervenção sobre o assunto.

Essa disputa se colocava não só em termos de um órgão próprio para realização da reforma agrária e sua subordinação ou não ao Ministério da Agricultura (disputa que vai permear os anos 70 e 80), mas também se referia ao poder dos governos estaduais, uma vez que, no período imediatamente anterior ao golpe, os estados perderam o poder de tributar a propriedade territorial e só detiveram a possibilidade de desapropriar por utilidade pública (MEDEIROS, 1983).

condições de seu aproveitamento. A unidade modular corresponde à área necessária, a partir dos elementos acima descritos, para prover a subsistência de uma família.

A extinção do IBRA e do INDA em 1972 e sua substituição pelo INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, manteve essa separação e promoveu a junção, em único órgão, de duas questões distintas, indicando o sentido que concretamente estava sendo dado à problemática da reforma agrária no regime militar. Instituíam-se, assim, uma vertente que levaria à recorrente tentativa de antepor à crítica à estrutura fundiária uma saída através da ocupação dos "espaços vazios", ou seja, as terras públicas das fronteiras. Na proposta dos organismos estatais, reforma agrária tornava-se "colonização". Em outra ponta, e bem mais tarde (17 anos depois) os trabalhadores rurais iriam criar o seu próprio espaço com a fundação, dentro da Central Única dos Trabalhadores, em 1989, do DNTR/CUT - Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais, como resultado de uma articulação que se constituiu a partir de "oposições" sindicais em diferentes pontos do país, no início dos anos 80. Algumas dessas oposições surgiram a partir de lutas por terra; outras, de lutas de pequenos produtores.

Em que pese a enorme diversidade de situações concretas que geraram essas "oposições", o que as articulava era uma crítica às práticas da CONTAG, em especial no que se refere à condução das lutas por terra. Intimamente vinculadas ao MST, trouxeram para o interior da CUT as propostas desse movimento, no que se refere à concepção de reforma agrária⁹, para quem ela aparece como tendo caráter estratégico para a tomada do poder compreendida como eixo de mudança do modelo de desenvolvimento, baseando-o na produção familiar e visando a distribuição de renda, a democratização política e dos recursos tecnológicos, assim como a mudança da estrutura fundiária e de mercado. O DNTR - Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais, embora enfatize a ocupação massiva de terras, diferencia-se do MST - Movimento dos Sem Terra, ao valorizar os campos institucional e ideológico como esferas nas quais também se deva travar a luta por reforma agrária.

⁹ Para a relação entre sindicalismo e luta por terra e algumas indicações sobre os complexos vínculos entre o MST e os sindicatos, ver Esterici (1991) e Torrens (1992).

Em meados dos anos 80, em meio a intensa mobilização popular, a luta por terra apresenta leituras diferenciadas em torno da sua natureza, de seus objetivos e das formas mais adequadas para atingi-los. Constitui-se a identidade de cada um dos movimentos envolvidos através da afirmação de projetos distintos e da defesa de formas de ação diferenciadas, sem excluir as alianças e a busca de unidade de ação nos momentos politicamente decisivos. Estas alianças se corporificaram na Campanha Nacional pela Reforma Agrária que, desde sua criação, em 1983, vem exercendo o papel de articulador de propostas comuns, de divulgador do tema e de espaço de discussão e problematização dos rumos da reforma agrária.

O IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, promovido pela CONTAG em maio de 1985, na mesma ocasião em que o governo da Nova República anunciava a sua Proposta de Plano Nacional de Reforma Agrária, representa um importante momento destas lutas. Propunha-se, entre outras coisas, abrir a possibilidade de desapropriação de empresas rurais, o pagamento de benfeitorias das terras desapropriadas em títulos da dívida agrária, o estabelecimento de uma área máxima, definida em módulos rurais, a perda sumária da propriedade acima de três módulos quando 50% de sua área agricultável não fosse utilizada, o confisco de terras griladas ou com titulação duvidosa, a distribuição gratuita de terras aos trabalhadores beneficiados pela reforma agrária etc.

Ampliando os objetivos do Estatuto da Terra, a proposta em pauta radicalizava o distributivismo, na medida em que ampliava substantivamente as possibilidades de desapropriação. Ao mesmo tempo em que mantinha o ideal da unidade familiar, mencionava a possibilidade de propriedade coletiva e, nos casos de grandes unidades produtivas, especificamente da cana-de-açúcar, referia-se à sua gestão coletiva pelos trabalhadores.

Se por ocasião do IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais foi possível um acordo no nível de propostas entre forças políticas distintas, no momento seguinte há um novo espaço de diferenciação.

O anúncio da Proposta do PNRA - Proposta Nacional de Reforma Agrária, aparece como ponto crucial. Contando com a ativa participação quer de conhecidos defensores da reforma agrária, como é o caso de José Gomes da Silva, fundador e diretor da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), quer de dirigentes e assessores sindicais vinculados à CONTAG - Confederação dos Trabalhadores na Agricultura, simbolicamente foi dado a público durante o IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais. Nele se consignava a reforma agrária como uma das prioridades do novo governo, destacando-se os seguintes pontos:

a) a desapropriação por interesse social passa a ser considerada o principal instrumento de reforma agrária (INCRA, 1985, p. 26), marcando uma ruptura com todos as propostas e medidas dos governos militares, que tenderam a encará-la como último recurso;

b) a indenização das terras desapropriadas passaria a ser feita com base no valor declarado para fins de cobrança do imposto territorial rural (INCRA, 1985, p. 49 e 50). Sendo este um preço reconhecidamente abaixo do vigente no mercado, a Proposta assumia, de forma explícita, a concepção de penalização dos proprietários fundiários pelo não cumprimento da função social da terra;

c) o programa básico da Proposta passava a ser o de assentamentos [colonização, regularização fundiária, mecanismos tributários, apareciam como complementares] (INCRA, 1985, p. 26). Propunha-se o reconhecimento das formas de organização da produção e o sistema de apossamento preexistente, o estímulo à exploração cooperativa, condominial ou comunitária da terra, da produção, da comercialização e da transformação agro-industrial e assumia-se a necessidade de evitar o deslocamento dos beneficiários de seus lugares de origem (INCRA, 1985, p. 39);

d) dever-se-ia assentar, no prazo de quinze anos, sete dos dez e meio milhões de trabalhadores rurais sem-terra ou com pouca terra (número estimado). Os restantes

estariam empregados no setor empresarial da agricultura, como assalariados¹⁰ (INCRA, 1985, p. 13);

e) estava prevista a participação das organizações representativas dos trabalhadores em todas as fases do processo (INCRA, 1985, p. 23);

f) embora com objetivos econômicos, a Proposta era considerada como um programa da área social do governo (INCRA, 1985, p. 11).

Tratava-se de um momento politicamente decisivo, e a disputa no interior da representação dos trabalhadores passou a se dar não apenas em termos do que deveria ser a reforma agrária enquanto ideal, mas do que era, concretamente, a reforma agrária "possível" e a natureza das formas de pressão utilizáveis para viabilizá-la. Por seu turno a CONTAG privilegiou a negociação e confiou na possibilidade de execução do Plano, tendo em vista a composição das direções do MIRAD e INCRA¹¹, enquanto o MST optou pelas ocupações massivas de terra, apoiado no ponto de vista de que a reforma agrária deveria ser feita pelos trabalhadores e de que a pressão direta e a política de fatos consumados seriam a garantia de que não haveria retrocesso por parte do governo.

A posição do governo, no entanto, passou a enfatizar a negociação eliminando o caráter punitivo das desapropriações, se usado o valor fiscal da propriedade como base de avaliação. Abriu-se aí uma polémica em torno do conceito de imóvel "produtivo" levando a que, na redação final do PNRA (e nos documentos subsequentes), ficasse preservado todo o imóvel rural, fosse latifúndio por exploração ou dimensão, desde que cumprisse a função social prevista no Estatuto da Terra. Conforme indica GOMES DA SILVA, (1995, p. 17), abria-se uma brecha para que, havendo uma parte produtiva, todo imóvel fosse

¹⁰ Era subjacente à Proposta a ideia de que, com esse enxugamento no mercado de trabalho, haveria uma elevação salarial e melhoria das condições de vida e trabalho no setor empresarial da agricultura.

¹¹ Tanto no MIRAD como no INCRA foram colocadas pessoas próximas ao movimento sindical ou mesmo ligadas a ele organicamente. Se isso significou uma mudança radical na relação entre os trabalhadores, suas entidades de representação e o Estado, no sentido de que as portas das suas instâncias literalmente se abriram para os trabalhadores, também implicou numa delegação ao Estado pelo movimento sindical das iniciativas em relação à reforma agrária.

preservado da desapropriação. Inicia-se, assim, no nível dos termos legais, a descaracterização do "latifúndio". Inverteu-se a leitura contida no Estatuto da Terra sobre os imóveis que tivessem alta incidência de arrendatários ou parceiros. Nesse caso, desde que os proprietários cumprissem os princípios legais reguladores dos contratos, não se fariam desapropriações. Com isso, criavam-se condições para a revalorização de formas de exploração da terra que se mostravam, de há muito, geradoras de conflito e que sempre tiveram a marca da precária utilização e do absenteísmo patronal, traço característico do que se considerava "latifúndio". Como esclarece MEDEIROS (1983), o desdobramento posterior dessa resolução seria a institucionalização das bolsas de arrendamento e parceria como alternativa para o acesso de trabalhadores à terra. Um outro aspecto foi a retomada da preocupação com a utilização das terras públicas, o que se agrega à tendência de não dar peso político às desapropriações. O decreto 7363, de outubro de 1987, que previa a extinção do INCRA e a exclusão das "áreas em produção" da possibilidade de desapropriação, consolidou essa tendência.

2.3 OS ALIADOS NA LUTA PELA TERRA

Na demanda por reforma agrária diversas forças se aliaram aos trabalhadores do campo. Dentre elas, destaca-se a Igreja Católica, as Centrais Sindicais e as ONGs.

Desde os anos 50 a Igreja Católica vinha se posicionando acerca da reforma agrária, mas foi nos anos 70 que ela passou a incentivar e apoiar as lutas de resistência dos trabalhadores rurais. O resultado concreto dessa prática foi a criação, em 1975, da CPT - Comissão Pastoral da Terra. O documento "Igreja e Problemas da Terra", aprovado na 18ª Assembléia da CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em 1980, denunciava a injustiça social institucionalizada, que "acontece quando a propriedade é um bem absoluto, usado como instrumento de exploração. Essa situação tornou-se exacerbada com o caminho do desenvolvimento econômico que vem sendo percorrido em nosso país, escolhido sem a participação popular" (CNBB, 1980, p. 13).

Uma importante contribuição conceitual é dada então, configurada na distinção entre "terra de exploração" ou "terra de negócio", "terra de trabalho" e "terra de produção" (CNBB, 1980, p. 13). "Terra de exploração" era aquela da qual o capital se apropriava para gerar lucro, que tanto podia vir da exploração do trabalho quanto da especulação. "Terra de trabalho" era a apropriada por quem nela trabalhava, expressa no direito popular de propriedade familiar, tribal, comunitária e na posse. Essas formas de uso, consideradas alternativas à exploração capitalista, viabilizavam o trabalho comunitário e a utilização de uma tecnologia adequada, mesmo em áreas extensas tornando dispensável a exploração do trabalho alheio. Quanto à "terra de produção", tratava-se da "propriedade rural que respeita os direitos dos trabalhadores, segundo as exigências da doutrina social da Igreja" (CNBB, 1980, p. 30). A diferença entre as formas de propriedade, portanto, estava baseada no fato de ser ou não instrumento de exploração, e valorizava a "terra de trabalho" com base no princípio de que o trabalho legitimava a sua posse e que a propriedade era condição indispensável para o homem ser livre e ter criatividade.

Num plano mais geral, a Igreja defendia a reforma agrária no mesmo registro em que diversas forças sociais a situavam: ela deveria ser acompanhada de uma política agrícola adequada e de indispensáveis medidas complementares, apresentando-se como saída, tanto para a crise política, econômica e social do país, como para a fome. A redistribuição fundiária aumentaria a produtividade e a oferta de alimentos para o consumo interno; baixando a inflação e o custo de vida, proporcionaria mais empregos, evitaria o êxodo rural e impediria as invasões precipitadas no campo, o inchaço das cidades, diminuindo a violência urbana. Também na sua concepção, a descentralização da propriedade e, conseqüentemente, da renda e do poder, seriam fundamentais para firmar a democracia.

Colocando-se a tarefa de colaborar no crescimento político dos trabalhadores, a CPT, no que diz respeito à reforma agrária hoje, tem enfatizado a preocupação de não isolar a questão agrária, fazendo dela o eixo central da luta pela democracia, além de apresentar o que ela chama um "novo enfoque", partindo da concepção desenvolvida por

José de Sousa Martins, de que a proposta de reforma agrária derrotada na década de 80 não foi a dos trabalhadores, mas a dos grupos de mediação, que reduziram a reforma agrária a uma questão econômica (MARTINS, 1984, p. 60). Este "novo enfoque" amplia a concepção de conflito, que deve dar conta da problemática social da década de 90, ou seja, a contradição existente entre as grandes massas sem possibilidades de vida e o pequeno número de beneficiados que cercam a terra, e reclama um conjunto de reformas sociais destinadas a preservar a vida, os camponeses e sua cidadania (CPT, 1991).

No contexto da representação dos trabalhadores os anos 80 registram um momento de intensa disputa entre as diferentes forças políticas que procuravam hegemonizar o sindicalismo. No hiato entre o I CONCLAT - Congresso da Classe Trabalhadora, de 1982, até o congresso de criação da CUT - Central Única dos Trabalhadores, em 1983, a questão da reforma agrária permaneceu em evidência, mostrando-se mais do que mera retórica. A presença dos "rurais" era fundamental na difícil correlação de forças então estabelecida e era um dos componentes das disputas que se delineavam entre as diferentes forças políticas presentes nesses encontros sindicais.

A CUT, concretizando aquilo que a conjuntura sindical apontava como um desembocar natural, constituiu-se no espaço principal de articulação das "oposições" à linha de ação da CONTAG, realçando temas como estrutura sindical, formas de luta, etc. (MEDEIROS, 1989; NOVAES, 1991). No que se refere à reforma agrária, as forças que convergiram para a CUT, defendiam algumas posições semelhantes às da CONTAG, como, por exemplo, a de que essa demanda se constituía em uma luta pela democracia e contra a concentração de terra, poder e renda. Nessa perspectiva, a luta pela terra teria um caráter nacional, amplo e somente os trabalhadores da cidade e do campo, unidos, poderiam levá-la até o fim. A CUT se diferenciava, no entanto, demandando garantia da propriedade da terra para quem nela vivesse e trabalhasse; desapropriação, sem indenização, dos latifúndios; assentamento nas terras conquistadas sob a coordenação das organizações dos trabalhadores e propondo-se a apoiar e organizar coletivamente ocupações de terras promovidas pelos trabalhadores sem-terra.

Mais recentemente, a reforma agrária continua a figurar entre as principais bandeiras das centrais. A CUT assume as posições do DNTR. A CGT, sem expressão política no meio rural, defende a desapropriação de áreas de conflito, a promoção de novos assentamentos e uma política agrícola voltada para a produção de alimentos, baseada no cooperativismo. A Força Sindical, fundada em 1991, também sem implantação no campo, inevitavelmente colocou-se a questão da reforma agrária, embora em novos termos, afirmando como princípio a "retomada da reforma agrária sob a ótica da contemporaneidade, sem ideologização da luta, buscando detonar de imediato o processo institucional de aproveitamento das terras devolutas, com prioridade para a produção e distribuição de aumentos" (DIEESE, 1991).

Ainda nos anos 70 ocorre a consolidação do que viria a ser um importante aliado das lutas populares: as organizações não governamentais (ONG' s), de diferentes perfis mas exercendo um papel decisivo no revigoramento destas lutas nos anos 80, especialmente no que se refere ao campo. De acordo com LANDIM (1988, p. 49),

[...] numa sociedade onde o Estado é forte e autoritário, marcando sua presença na quase totalidade dos espaços sociais, as ONG' s brasileiras surgem radicalmente voltadas para a sociedade civil. Redutos de iniciativas que caracterizavam uma resistência à ditadura militar, num primeiro momento; espaços institucionais voltados para a rearticulação de uma ' sociedade civil popular' , num segundo: é a partir daí que se define o papel das ONG' s.

No que se refere especificamente à questão agrária, elas desempenharam um papel importante, quer de suporte direto, através de atividades ligadas à assessoria e formação, como de publicização das lutas, num esforço de construção de um ampla rede de apoios. Suas publicações são exemplos disso. A ABRA – Associação Brasileira pela Reforma Agrária, criada em 1967 (SILVA, José Gomes da, 1992, p. 8), surgiu para funcionar como "núcleo de pressão" pela reforma agrária. Intimamente articulada com o sindicalismo rural, foi, nos anos 70, um dos significativos canais que manteve aceso o debate sobre a reforma agrária, constituindo-se, desde então em espaço de intervenção,

crítica e denúncia das questões ligadas ao campo. A FASE também foi um desses espaços, quer promovendo debates e socializando-os, através de suas publicações, quer aluando, por meio de suas regionais, diretamente nas experiências de organização de pequenos produtores e assalariados. O CEDI - Centro de Documentação e Informação, e o IBASE - Instituto Brasileiro de Estudos Sócio-Econômicos, seja no esforço de análise seja no monitoramento de políticas públicas e denúncia das desigualdades sociais e da violência no campo, também ajudaram a constituir o espaço articulador de um conjunto de instituições na defesa da reforma agrária. Por outro lado, a mobilização dos trabalhadores rurais por reforma agrária provocou forte reação das classes dominantes desde os anos 50/60. Para além do já conhecido recurso à violência e articulações políticas para se confrontar no espaço institucional com o poder que se gerava na ação dos movimentos sociais¹², é preciso também lembrar que o debate sobre a inadequação da agricultura ao projeto de desenvolvimento nacional — e um certo consenso antilatifundiário que se constituiu nesse contexto, atingiu os proprietários fundiários.

Ao mesmo tempo em que combatia, por todos os meios à sua disposição, as propostas de reforma agrária baseadas numa distribuição de terras, esse segmento absorvia o tema e apresentava a sua versão sobre ele, que consistia basicamente na modernização da agricultura com o apoio do Estado. Na ótica das entidades de representação patronal de então, a alteração da base técnica da agricultura não ocorria porque eram os recursos provindos desse setor que sustentavam a industrialização do país, enquanto as atividades agrícolas se descapitalizavam e necessitavam de crédito, assistência técnica, apoio à mecanização etc. Esse quadro deveria ser revertido, para permitir a superação do "atraso" e a melhoria das condições de vida do "homem do campo".

¹² A ação dos proprietários fundiários no início da década de 60 teve múltiplas formas: uma poderosa pressão parlamentar, participação ativa na organização de encontros e atos públicos em defesa do direito de propriedade, como é o caso da célebre "Marcha da família com Deus pela liberdade", participação na conspiração contra o regime, violência contra os trabalhadores e suas famílias. Entre outros autores, ver DREIFUS (1981), MEDEIROS (1983), NOVAES (1987), STARLING (1986).

A aprovação do Estatuto da Terra foi fortemente criticado pelos setores vinculados à propriedade fundiária e, no embate político que se seguiu, a perspectiva desse segmento acabou vencedora. Crédito farto e barato, apoio aos produtos voltados para o mercado externo, mecanismos de preços, pesquisa agrícola, etc. constituem os resultados desta vitória, representando um importante estímulo à agroindustrialização. Os incentivos fiscais e os "projetos especiais" transformaram a aquisição de terras num excelente negócio. Terras obtidas a baixos preços nem sempre eram destinadas às atividades produtivas e diversos analistas apontam que a pecuária extensiva foi a fachada que permitiu o acesso a recursos creditícios fartos, à exploração predatória de madeiras de lei, a riquezas do subsolo etc. (DELGADO, 1985; PALMEIRA, 1989).

A retirada de parte dos subsídios à agricultura, no início dos anos 80, a política de confisco da soja, envolvendo a mobilização de grandes e pequenos produtores, o anúncio da Proposta do Plano Nacional de Reforma Agrária e, principalmente, o revigoramento da demanda por terra com ações diretas dos trabalhadores, através de ocupações de áreas em diversos pontos do país, levaram os proprietários fundiários a atualizarem suas práticas, criando novas entidades de representação, como é o caso da UDR - União Democrática Ruralista, ou realizando grandes eventos tais como congressos, acampamentos em Brasília, leilões de gado para promover arregimentação política e arrecadar fundos para a campanha anti-reformista, e aumentando as ações de violência contra expressivas lideranças de trabalhadores. Além disto, seus lobbies junto ao Congresso Nacional e a busca de alianças com setores empresariais urbanos, relacionados com a tentativa de criação de um movimento em defesa da livre iniciativa, o MDU - Movimento Democrático Urbano (TAVARES, 1989) tiveram um resultado bem conhecido: não sobrou quase nada da Proposta do PNRA – Programa Nacional de Reforma Agrária. A resposta dos proprietários fundiários à luta por terra foi a defesa da inviolabilidade do direito de propriedade e o discurso da valorização da "produção", com o argumento de que reforma agrária se faz com crédito, tratores e máquinas e não com "agitação". Organizações portadoras de uma leitura extremamente crítica da política agrícola foram

constituídas e, reunindo em seu seio as principais lideranças empresariais rurais do país, a FAAB, Frente Ampla da Agropecuária Brasileira foi um dos principais efeitos desta nova ofensiva

Em linhas gerais, em que pesem as diferenças internas ao empresariado rural, o discurso de suas entidades de representação pautou-se pela defesa do direito irrestrito de propriedade, da utilização de terras públicas para assentamento de trabalhadores e principalmente da primazia da política agrícola sobre a agrária. Segundo eles, o apoio à produção, melhorando as condições de rentabilidade da agricultura, se reverteria em favor dos trabalhadores.

Foi, portanto, num quadro de mobilização dos trabalhadores rurais que o tema da reforma agrária reocupou a cena pública, impondo-se como um dos pontos programáticos da Manca Democrática colocando-se, depois de sucessivas redefinições, como a gama de projetos diferenciados que se abrigaram sob a mesma palavra de ordem, atualizando, pois, sua bandeira da reforma agrária. Isto impôs ao Estado, mesmo durante o regime militar, novas formas de tratamento da questão. A bem da verdade o tema jamais saiu de cena, mostrando que até mesmo a ditadura percebia a necessidade de respostas mais ágeis frente à crescente publicização dos conflitos por terra e, principalmente., a necessidade de lhes impor sua leitura, através de mecanismos de "seletividade" (OFFE, 1984). Isso fica bem demonstrado com a criação, no governo Figueiredo, do Ministério Extraordinário de Assuntos Fundiários, dando ao tema o status de governo central. A Nova República dá continuidade a este tratamento, criando agora um Ministério específico, o MIRAD - Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário, ao qual estaria subordinado o INCRA, e extinguindo o GETAT - Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins, e o GEBAM - Grupo Executivo das Terras da Amazônia, organismos regionais de intervenção fundiária os quais, como foi apontado por alguns analistas (MARTINS, 1984), sintomatizavam a militarização da questão agrária.

As dificuldades para encaminhar o processo reformista, no entanto, não se resolveram com a institucionalização do tema. O estudo dos caminhos percorridos desde a

Proposta de PNRA até a aprovação do Plano e, depois, do processo que deu origem à Constituinte, tornaram visíveis forças¹³ que pareciam diminuídas perante o crescimento urbano-industrial e os movimentos sociais no campo, explicitando tanto para os seus atores como para os seus estudiosos, a complexidade do jogo de forças que se desenvolvia no interior das diferentes instâncias do Estado. A presença de "aliados" ocupando diversos cargos decisórios não neutralizou a ausência de uma base parlamentar simpática a essa tese, a forte presença de lobbies empresariais no Congresso como em todos os corredores de salas onde decisões importantes eram tomadas, uma cultura institucional cuja marca era a contemporização e a burocratização do tratamento dos conflitos fiundiários como também não foi suficiente para garantir a realização das transformações desejadas pelos trabalhadores do campo. A luta, agora, se daria ao nível da Assembléia Constituinte¹⁴.

Pode-se ver portanto, que mesmo onde há consenso sobre a atualidade da reforma agrária, não é possível uma homogeneidade de opiniões sobre o seu lugar e objetivos. Evidentemente, a polémica entre o que é possível e o que não é, o que é programático e o que pode ser a ação do governo no plano imediato mal esconde concepções distintas sobre a natureza da questão agrária, sua importância econômica, social e política, perfil do desenvolvimento brasileiro e papel das forças sociais na definição dos seus rumos.

2.4 O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA - MST

No Brasil a luta pela terra começou com as primeiras expedições de ocupação do território nacional, e nunca cessou. Desde as capitâneas hereditárias até os latifúndios modernos, das lutas messiânicas ao cangaço, das Ligas Camponesas ao MST; a estrutura

¹³ O processo constituinte, que se desdobrou na regulamentação e agora na revisão constitucional, revelou a vitalidade de poderes que se julgava estarem oombalwk». Isso é particularmente visível quando se fala na questão agrária e se verifica a constituição de um fbrte "bloco ruraiista" no Congresso, extremamente ágil e eficiente quando o que está em jogo é a defesa do monopólio da propriedade (BRUNO, 1993).

¹⁴ As revistas da ABRA dos anos 1987 e 1988 acompanharam o processo e apresentam diversos artigos sobre o debate na Constituinte. Para uma kstora apaixonada, mas rica de informações sobte o processo, ver SILVA, fosé Gomes da (1988). Análises importantes soffro ela também aparecem em Tavares (1989), Santos Filho e Mello (1988).

fundiária brasileira vem sendo mantida pelos mais altos índices de concentração do mundo. Sempre houve, em nosso país, ocupações de terra. A análise deste processo deixa bem claro que é impossível dissociá-las da intensificação da concentração fundiária. A luta pela reforma agrária, como parte da questão agrária propriamente dita, possui, portanto, a seguinte configuração:

[...] a ocupação da terra como forma e espaço de luta e resistência camponesa; a intensificação da concentração fundiária como resultado da exploração e das desigualdades geradas pelas políticas inerentes ao sistema socioeconômico (e) a reforma agrária como política pública possível de solucionar o problema fundiário, mas nunca implantada. (FERNANDES, 1996a, P- 4)

Assim é que a partir de meados do século XX, novas feições e novas formas de organização foram criadas na luta pela terra e na luta pela reforma agrária: as ligas camponesas, as diferentes formas de associações e os sindicatos dos trabalhadores rurais.

Na segunda metade do século XX, com a contribuição do Partido Comunista Brasileiro - PCB - das Igrejas Católica e Luterana e de outras instituições que disputaram esse espaço político, iniciou-se uma outra fase: a da organização política.

O crescimento da luta pela terra dimensionava a questão agrária, colocando a reforma agrária na pauta política. Esse avanço foi acompanhado por disputas pela sua representação. A ULTAB - União das Ligas de Trabalhadores Agrícolas Brasileiros, era controlada pelo Partido Comunista. A Igreja Católica estava dividida em dois setores: o conservador e o progressista. O segmento conservador da Igreja Católica criou, no Rio Grande do Norte, o Serviço de Assistência Rural. Em Pernambuco surgiu o Serviço de Orientação Rural e nos estados do sul as Frentes Agrárias Gaúcha, Catarinense e Paranaense. O setor progressista da ação católica, liderado pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, formou o Movimento de Educação de Base - MEB, que trabalhava com a alfabetização e com a formação política dos camponeses.

No Rio Grande do Sul surgiu, no final da década de cinquenta, o Movimento dos Agricultores Sem-Terra - MASTER. Formavam este grupo agricultores sem-terra:

assalariados, parceiros, pequenos proprietários e seus filhos. Em 1962, os sem-terra começaram a organização de acampamentos e territorializaram a luta por todo o país. Receberam o apoio do Partido Trabalhista Brasileiro, comandado pelo então governador Leonel Brizola, e ficaram circunscritos ao Rio Grande. Com o golpe militar de 1964, todos esses movimentos camponeses foram aniquilados.

Ao reprimir a luta pela terra e não realizar a reforma agrária, os governos militares tentaram restringir o avanço do movimento camponês. Com a implantação do atual modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária, apostou-se no fim do campesinato. No entanto, por causa da repressão política e da expropriação, resultantes do modelo econômico, nasceu o mais amplo movimento camponês da história do Brasil: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra —MST. A ocupação da gleba Macali, Ronda Alta, Rio Grande do Sul, por 110 famílias, no dia 7 de setembro de 1979, inaugurou o processo de formação do MST. As terras da Macali eram remanescentes das lutas pela terra da década de sessenta, quando o MASTER organizara os acampamentos na região. Este processo foi consolidado no início da década de oitenta, quando as experiências com ocupações de terra nos Estados do Sul e em São Paulo e Mato Grosso do Sul, reuniram os trabalhadores que iniciaram o processo de formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.

Já denominado Movimento dos Agricultores Sem-terra, o MST teve suas primeiras manifestações no início dos anos 80, no Sul do Brasil, muito embora o final da década de 70 já tenha testemunhado o recrudescimento da luta pela terra, tanto no que tange ao acesso a ela quanto no que diz respeito a práticas de resistência na terra (FRANCO, 1992). Para FERREIRA (1987: p. 9) isto deveu-se "à ocorrência de problemas específicos como as desapropriações para construção de barragens, além de, principalmente, ao maior espaço que a conjuntura política permitiu à organização social no campo e à divulgação de suas reivindicações".

No Paraná, muitos dos agricultores expropriados pela Itaipu Binacional, que haviam conseguido ampliar o valor de suas indenizações mediante o movimento paredista

de 1979, haviam vindo comprar suas novas terras no Sudoeste. Todos os municípios da região, desde Mangueirinha até Capanema, receberam agricultores oriundos deste movimento. A presença deles, com a sua experiência de luta, juntou-se à insatisfação geral gerada pela concentração de terras observada nesta década. A atuação da ASSESOAR - Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural, e do Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais, congregando os mais politizados, forneceu o elemento agregador e assim nasceu o MASTES - Movimento dos Agricultores Sem-terra do Sudoeste do Paraná, na esteira do MASTRO, movimento nascido na região Oeste. O objetivo do MASTES era travar no Sudoeste uma luta que fosse além das inscrições para doação de terras que o INCRA recolhia e que jamais surtiram efeito. Foram necessários três anos de longas discussões acerca das táticas adequadas, e da diferença entre o legal e o legítimo, para que se chegasse à decisão de que a ocupação de terras ociosas era o caminho mais curto, embora mais duro, para a obtenção de terras para trabalhar.

Na época, na vigência do Estatuto da Terra (INCRA, 1985, p. 47), a existência de litígio fornecia a necessária justificativa priorizada pelo governo para a intervenção oficial por meio da desapropriação: o conflito social. Para os agricultores, no entanto, a ocupação não apenas criava o litígio. Também, e principalmente, desvendava um conflito anterior, que era a existência, ao lado de enormes contingentes de agricultores expropriados, de extensas áreas de terras servindo como reservas florestais de onde a madeira comercializável já havia sido tirada, esperando a reposição florestal natural. Os imóveis a serem ocupados eram cuidadosamente escolhidos entre grandes propriedades ociosas, inadimplentes com relação aos impostos e desocupadas de posseiros. A ocupação era feita sem intenção de luta armada, tendo-se claro que em seguida o acampamento seria levantado e reerguido em algum ponto da estrada mais próxima, como segundo passo da luta.

O MST foi oficialmente fundado em janeiro de 1984, no município de Cascavel - PR (Anexo I). A realização do Primeiro Congresso, em 1985, na cidade de Curitiba, abriu caminho para a organização do Movimento nas regiões Nordeste e Amazônia,

territorializando a luta pela terra e pela Reforma Agrária. Nesse período foi definida a ocupação da terra como forma de resistência da luta camponesa. O mesmo ano de 1985 assistiu a apresentação do Governo para a sociedade do Plano Nacional de Reforma Agrária. Em quatro anos, menos de 10% do previsto no Plano foi realizado. E mesmo as desapropriações que ocorreram deveram-se, em parte, à intensificação das ocupações.

Historicamente, o MST é a continuidade das lutas das organizações camponesas que, há décadas, lutam por justiça social no campo e por reforma agrária. Os fatores que contribuíram para o desenvolvimento dessas lutas formam, conseqüentemente, parte da história do MST.

O surgimento do MST, embora tenha sido iniciativa de alguns setores da esquerda nacional, encontrou ressonância no descontentamento de um amplo segmento de trabalhadores brasileiros, e nasceu no bojo de lutas concretas que estes trabalhadores rurais foram desenvolvendo de forma isolada, na região Sul, pela conquista da terra, no final da década de 70. As contradições existentes no campo possibilitavam a concentração da terra e a expulsão dos pobres da área rural, ao mesmo tempo em que a modernização da agricultura fortalecia o êxodo para a cidade e a política de colonização entrava em aguda crise. Nesse contexto surgiram várias lutas concretas que, ao se articularem gradualmente delinearam a estruturação do Movimento Sem-terra, tendo como nascedouro o acampamento da Encruzilhada Natalino, em Ronda Alta - RS.

Três foram os grandes objetivos do MST, desde o início: a terra, a reforma agrária e uma sociedade mais justa. Para isto propunha:

- Expropriação das grandes áreas nas mãos de multinacionais;
- O fim dos latifúndios improdutivos, com a definição de uma área máxima de hectares para a propriedade rural;
- Extinção dos projetos de colonização;
- Redefinição de uma política agrícola voltada para o pequeno produtor;
- Autonomia para as áreas indígenas, contra a revisão da terra desses povos;

- Democratização da água nas áreas de irrigação no Nordeste, assegurando a manutenção dos agricultores na própria região;
- Punição de assassinos de trabalhadores rurais; e, finalmente,
- Cobrança do pagamento do Imposto Territorial Rural (ITR), com a destinação dos tributos à reforma agrária.

2.5 O MST E SUAS RACIONALIDADES

Como foi visto anteriormente, o aparecimento do MST no cenário nacional não deve ser tido como algo novo em nossa história. Se novo na nomenclatura é, antes de mais nada, uma continuidade das lutas históricas do campesinato pela terra em nosso país.

O período anterior a 1978 marcou graves derrotas nas lutas por terra e, no momento posterior, mais precisamente o que vai até 1982, recrudesce a luta pela democratização do país, basicamente pela reconquista dos direitos dos trabalhadores. É o período das greves na região do ABC paulista. Nas áreas rurais começam a acontecer as ocupações massivas de terras. Primeiramente isoladas depois territorializadas e articuladas nacionalmente, estas lutas iriam se constituir no que se chamou de Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST. No intervalo 1978/1982, em plena ditadura militar, há uma retomada destas lutas. As grandes levas de trabalhadores rurais que haviam deixado suas terras, não encontrando o esperado emprego na cidade, passam a se organizar em busca de terra para trabalho.

Os episódios ocorridos nas Fazendas Macali e Brilhante, no RS e na fazenda Burro Branco, em SC inauguraram uma nova forma de luta: a ocupação, enquanto outras estratégias de luta continuavam a ser levadas a efeito, desembocando no encontro de em Medianeira - PR (1982), que reuniu toda a região sul, e que, por sua vez, impulsionou o encontro nacional de Goiânia, no mesmo ano, com 16 estados presentes. Em janeiro de 1984 realizou-se em Curitiba, Paraná, o primeiro encontro de caráter verdadeiramente nacional, que deu o nome e articulação própria ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

O primeiro congresso aconteceu em janeiro de 1985, e trouxe como palavra de ordem ' sem reforma agrária não há democracia' . A tática de luta assumida pelo congresso foi ' A ocupação é a única solução' . Com isso, o MST defendia que a principal forma de pressionar pela redemocratização da terra eram as ocupações massivas. Multiplicaram-se as ocupações durante todo o ano de 1985. A eleição de Fernando Collor de Mello acirrou novamente os enfrentamentos entre o MST e seus opositores, e a palavra de ordem passou a ser "Ocupar, Resistir e Produzir". O segundo congresso nacional aconteceu em 1990, em Brasília, com quatro mil delegados. O terceiro congresso nacional, realizado em 1995, ocasionou um avanço nos princípios do MST, e a palavra de ordem passou a ser "reforma agrária, uma luta de todos". Durante todo o período de 1990/1993, numa conjuntura adversa à implementação da reforma agrária, o MST priorizou as lutas e sua organicidade interna. Foi nesse período que o movimento procurou aprofundar a organização no setor de assentamentos, transformado em Setor Cooperativista dos Assentados, sinalizando a prioridade pela cooperação agrícola nos assentamentos. Foram estimuladas todas as formas de cooperação agrícola, com o surgimento de inúmeras associações, grupos coletivos, culminando com a formação de cooperativas de comercialização e de produção agropecuária coletiva. Muito embora indo além do recorte de tempo de que trata este estudo toma-se importante lembrar estes desdobramentos na medida em que eles desembocam no desvelamento de situações que, na época da implantação do Projeto de Assentamento Rural Vitória da União ainda eram embrionárias, como é a questão da racionalidade que se corporificaria na inclinação para o cooperativismo nos assentamentos orientados pelo MST.

As formas organizacionais de produção, vinculadas à discussão da cooperação agrícola nos assentamentos rurais adquiriram a conotação de estratégia para a viabilização sócio-econômica dos assentamentos, mas também tiveram a intenção de fortalecer politicamente a organização interna do MST. As formas de cooperação portanto, foram pensadas em função de dois objetivos: a dimensão econômica que propiciaria a melhoria das condições de vida nos assentamentos, e a dimensão da organização política que

fortaleceria grupos de discussão e a formulação de propostas alternativas a serem defendidas pelo movimento social.

A idéia da cooperação agrícola iniciou-se com os primeiros assentamentos, a exemplo do Vitória da União, com base na experiência nos primeiros grupos de ação coletiva, que já eram estruturados "com regimentos internos onde constavam os acordos feitos em assembléias, que orientavam a organização". (MST/CONCRAB, 1996). Esta fase, segundo a CONCRAB, refere-se ao período de 1980/1986. Era uma estratégia dos assentados para sobreviver na terra recém conquistada. Somente no segundo momento (1987/1989) predominaram as associações de trabalhadores, buscando melhorias iníra-estruturais. A adesão às formas associativas está relacionada à obtenção de créditos agrícolas e à compra de maquinários em conjunto configurando-se, portanto, numa estratégia de auto-estimulação para o início dos trabalhos de implantação dos assentamentos. No terceiro momento, que abrange o intervalo entre 1989 e 1992, foi criado o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), como um setor do MST, abrangendo todos os assentamentos rurais, não obstante a forma de cooperação ou de organização do trabalho adotada.

A linha política do MST para o funcionamento das cooperativas é denominada "produção: assentamentos e cooperação agrícola", e destaca os seguintes pontos para o desenvolvimento da cooperação agrícola:

1) Estimular e desenvolver todas as formas possíveis de cooperação agrícola nos assentamentos como uma política capaz de gerar o desenvolvimento rural permanente e que leve ao aumento da produtividade e da produção;

2) O estímulo à cooperação agrícola deve ser rígido na aplicação dos princípios e flexível em relação às formas de cooperação agrícola. Os princípios são:

A cooperação agrícola como organização econômica está inserida no sistema econômico vigente na sociedade, ou seja, apesar dela ser uma forma socialmente avançada de organizar a produção na agricultura, por si só não derrotará o capitalismo;

→ os assentados devem aderir voluntariamente a qualquer forma de cooperação;

→ se os interesses econômicos dos cooperantes não forem satisfeitos, não existirá forma de cooperação que possa ir para frente;

→ respeitar as várias formas de associativismo, descobrir formas de combiná-los;

→ estimular a organização de cooperativas como uma etapa superior da socialização e da cooperação agrícola;

→ garantir que o processo de desenvolvimento da cooperação agrícola não represente apenas avanços econômicos, mas que seja acompanhado por um processo de discussão política e de integração dos assentados, nas lutas e movimentos sociais;

→ dar prioridade à implantação do Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), que compreende:

→ formação de Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA), ao nível do

→ assentamento, para organizar coletivamente toda produção, armazenagem, transporte e benfeitorias;

→ formação de Centrais Cooperativas Estaduais dos Assentados, aglutinando as CPA's e outras formas associativas, para organizar coletivamente o comércio, o transporte, projetos agroindustriais, linhas de crédito rural e convênios de assistência técnica e administrativa contábil;

→ formação de uma Confederação Nacional das Cooperativas de Assentados, aglutinando todas as centrais estaduais, para defender os interesses do sistema, gestionar recursos junto aos governos, realizar planejamento de médio e longo prazo e atuar no comércio externo.

Quando o MST surgiu, ainda embrionário, em fins da década de 70, a principal preocupação era a "conquista da terra". A forma de trabalho seria decisão de cada assentado. Neste período alguns trabalhadores demonstravam preferência pelas roças comunitárias. O trabalho coletivo era apenas uma proposta concretizada em algumas associações formadas por um número pequeno de famílias. A partir de meados da década de 80, quando o movimento começou a se expandir nacionalmente é que aumentou o número de assentamentos, iniciando-se a preocupação com a "viabilidade" da Reforma

Agrária perante a sociedade e, conseqüentemente, com novas formas de organizações de cunho sócio-econômico nos assentamentos rurais.

Vê-se portanto, que a saída cooperativista incorporou a contradição expressa em duas pontas. De um lado, a fragilidade dos assentamentos e, mais ainda, dos assentados, forçava a ida para as soluções coletivas, como foi o caso das compras comunitárias no Vitória da União. De outro lado, a vanguarda do MST, tentando apressar o processo de adesão dos assentados a esta via, queimou etapas, afugentando dos assentamentos um número relativamente expressivo de pessoas.

Quanto mais perto do início de sua participação no movimento maior o choque do assentado ao se ver instado a dividir com pessoas que nem sempre conhece muito bem o fruto do seu trabalho. Sendo próprio da cultura do homem rural o pensamento linear é compreensível que as discussões que rumavam para a saída coletivista resultassem em alongadas controvérsias sem que se alcançasse nenhum consenso. Estava em construção a racionalidade que conduzia para o cooperativismo nos assentamentos.

Capítulo 3

O PROJETO DE ASSENTAMENTO RURAL VITÓRIA DA UNIÃO

Ao tecer este rápido esboço do panorama que se criou durante o processo de ocupação do latifúndio improdutivo denominado Imóvel IMARIBO o que se pretende é resgatar diferentes momentos da trajetória da população que compôs o Projeto de Assentamento Rural Vitória da União. Muitas alterações ocorrem nas relações sociais dos grupos envolvidos desde o momento em que uma questão "nova" se impõe enquanto problema político (no sentido de que as forças políticas locais e diferentes esferas do Estado - Judiciário, Executivo - reconheçam uma situação de tensão e busquem respostas para ela). No que se refere à região onde o assentamento é feito, trata-se de verificar as

condições de ocupação, produção, relações sociais e políticas pré-existentes, etc, processo em cujo encaminhamento lideranças foram geradas, alianças e oposições foram construídas, solidariedades e identidades foram produzidas.

3.1 A OCUPAÇÃO

No mês de junho do ano de 1984, na noite de 22 de junho, feriado de Corpus Christi, 81 famílias provenientes do Sudoeste do Paraná e organizadas pelo MASTES - Movimento dos Agricultores Sem-terra do Sudoeste do Paraná, ocuparam um pequeno espaço na entrada principal de uma área de 10.000 ha, denominada Imóvel IMARIBO, pertencente à indústria madeireira IMARIBO, enquadrado pelo INCRA - Instituto Nacional de Reforma Agrária, como latifúndio improdutivo e situado no então Município de Mangueirinha/PR¹⁵. Este gesto deu origem ao Projeto de Assentamento Rural Vitória da União, onde mais tarde foram assentadas 375 famílias, somando um total de 2.250 pessoas e compondo uma força de trabalho disponível de 1.297,5 em equivalente/homem, conforme dá conta o Estudo de Viabilidade Econômica para o Assentamento de Agricultores no Município de Mangueirinha/PR (EMATER, 1985).

3.2 PROCEDÊNCIA E CONDIÇÕES DE VIDA ANTERIORES À OCUPAÇÃO

Todas as famílias do assentamento eram procedentes do Estado do Paraná. Destas, 31% vinham do Oeste (Medianeira e São Miguel do Iguaçu) e 69% eram provenientes do Sudoeste (Marmeleiro, Ampere, São João, Chopinzinho, Coronel Vivida, Capanema, Santa Izabel do Oeste, Planalto, Dois Vizinhos e Nova Prata do Iguaçu), majoritariamente descendentes de italianos, alemães e portugueses. Antes da ocupação exerciam atividades agropecuárias como arrendatários (69%), bóias frias (20%), meeiros

¹⁵ O Município de Mangueirinha, que já foi um dos maiores em extensão no Estado do Paraná, chegou a ser o município com maior número de assentamentos rurais no país. Mais tarde, no início dos anos 90, foi desmembrado de Mangueirinha o Distrito de Honório Serpa, agora município.

(10,7%) e pequenos proprietários (73%). Por tradição exploravam culturas de feijão, milho, arroz, mandioca e criações de aves, bovinos e suínos.

No entanto, a população que foi para o assentamento era extremamente heterogênea, tendo encontrado enormes dificuldades em diferentes setores, como normas inadequadas para os programas de crédito rural, demora nas desapropriações, demora na demarcação dos lotes e na imissão na posse destes, dificuldade na viabilização de recursos, baixa fertilidade natural das terras, exigência de grande volume de investimentos, péssimas condições de moradia e alimentação aluando como fator de desgaste físico e exposição a todo tipo de enfermidades, enfraquecendo a resistência dos assentados na terra recém-adquirida e diminuindo-lhes a coesão em torno dos objetivos propostos. Também o fato de terem guindados abruptamente de suas comunidades de origem trouxe-lhes obstáculos. Nas comunidades naturais a teia de relações nem sempre é percebida claramente, em todas as suas nuances e gradações. Na comunidade planejada esta teia é desvelada e nem sempre é aceita com todas as suas conotações. A inserção de um assentado, não obstante seja orientada por um ambiente mais reflexivo no qual há, efetivamente, espaço para os questionamentos, ainda assim deixa lacunas que se transformam em dificuldades.

A estruturação do assentamento não se deu no momento imediatamente seguinte à ocupação do imóvel. O primeiro grupo de famílias que entrou no latifúndio foi despejado três dias depois. Eles acamparam às margens da rodovia de acesso ao Município de Mangueirinha e lá ficaram pelo período aproximado de um ano. Quando, em janeiro de 1985, foi finalmente publicado o Decreto de Desapropriação da área a população do acampamento já havia dobrado e outra vez decrescido. A imissão na posse da área foi autorizada em meados de 1985, às famílias acampadas em Mangueirinha e a mais de 100 famílias provenientes do Oeste, incluindo os que haviam sido despejados da Fazenda Mineira, em Medianeira, e os expropriados da Gleba Ocoí II, em São Miguel do Iguçu. A inclusão das famílias do Oeste se deu a partir de um acordo entre MASTRO e

MASTES, mediado pelo Governo de Estado, através da Secretaria da Agricultura, e pela ASSESOAR.

3.3 A DESAPROPRIAÇÃO DO IMÓVEL FAZENDA IMARIBO E A ESTRUTURAÇÃO DO P. A. R. VITÓRIA DA UNIÃO

O Projeto de Assentamento Rural Vitória da União, enquanto espaço rural concreto, teve origem nas áreas desapropriadas da firma IMARIBO S/A, pelos decretos n08. 30.811 e 90.812, de 11 de janeiro de 1985, medindo ambas 9.905,69 ha, então localizadas no município de Mangueirinha, Paraná. Foram assentadas 375 famílias, em módulos cuja área média era 25,550 ha. O tamanho dos módulos foi determinado em função da fertilidade do solo e da demanda de investimento de capital inicial. Segundo o Relatório Preliminar do Quadro Natural Expedido e Determinação do Módulo Familiar, elaborado em 18 de março de 1985, pela ACARPA-Embater/PR, "a alta concentração de alumínio no solo e a baixa saturação de bases determinavam uma baixa produtividade das explorações agrícolas". O mesmo relatório recomendava que fossem evitadas as situações em que fosse necessário o investimento de capital inicial, visto como os agricultores assentados não o possuíam. Da área total do assentamento apenas 5.662 ha compunham a área total agricultável. Desta, cada família recebeu um mínimo de 11 ha e um máximo de 19,2 ha, compondo uma área média total de 25 ha por família. Os agricultores assentados puderam ocupar legalmente seus respectivos lotes mediante Carta de Autorização de Ocupação fornecida pelo INCRA.

Como indica a Tabela I, no projeto do Governo apareciam cinco áreas destinadas à construção de agrovilas. Isto é, a proposta do governo era construir para cada assentado uma casa de madeira com 6 m², na área da agrovila, no centro da qual seria instalada a infraestrutura básica de saúde e educação. Os cultivos seriam instalados nos lotes, recebendo cada família o seu. Esta proposta foi modificada pela coordenação dos assentados, trocando as casas por telhas de cimento amianto, sendo que a madeira necessária para a construção das moradias do mato nativo que havia na área. As telhas do

INCRA jamais vieram, e os assentados tiveram que comprar as telhas com os recursos do FINSOCIAL. De acordo com as modificações introduzidas pelos assentados as sedes das agrovilas deveriam abrigar apenas a infraestrutura comunitária. Os agricultores preferiram habitar no próprio lote onde fariam seus cultivos e instalariam suas propriedades.

TABELA I - DISTRIBUIÇÃO DAS ÁREAS DO ASSENTAMENTO, COM ESPECIFICAÇÃO, NÚMERO DE LOTES, ÁREA MÉDIA E ÁREA TOTAL

ESPECIFICAÇÃO	Nº DE LOTES	ÁREA MÉDIA	ÁREA TOTAL
Lotes individuais	375	25,550	9.580,81
Áreas comunitárias (Sedes das agrovilas)	05	6,336	31,68
Reserva florestal legal comunitária	02	146,600	293,20
TOTAL GERAL	382	25,930	9.905,69

Fonte: Emater/PR

O assentamento Vitória da União ficou dividido em duas áreas distintas. A área I, com 313 famílias, estando o lote mais distante localizado a 30 km de Mangueirinha e o mais próximo a uma distância entre de 12 km da sede do município e dos mercados fornecedores e compradores. A área II, localizada no atual Município de Honório Serpa, há 45 km da sede. As famílias ocupantes desta área, em número de 62, foram alocadas a uma distância entre 4 e 22 km do Distrito, onde existe um entreposto de cooperativa — COAMO, Cooperativa Agropecuária Mourãoense, que fornece e adquire os principais insumos e produtos agrícolas

3.4 ASPECTOS NATURAIS DO ASSENTAMENTO

Um estudo do quadro natural do assentamento (EMATER/PR, 1985) mostrou que os solos das áreas desapropriadas eram de baixa fertilidade natural, embora apresentasse

matéria orgânica em boas condições, devido à altitude e à topografia das áreas. As áreas escarpadas são tecnicamente inviáveis para a exploração agrícola, sendo que o restante apresenta restrições para os cultivos anuais. Trata-se de um tipo de solo com abundante ocorrência de pedras soltas quando não de vastas lajes de pedra, impossíveis de serem cultivadas. Há também áreas de relevo ondulado e suave ondulado, com aptidão agrícola para culturas de ciclo anual uma vez que se executem práticas de controle da erosão. São ainda terras aptas para a exploração agro-silvo-pastoril.

Completando os tipos de solo do assentamento existem os trechos de relevo suave ondulado, aptas para mecanização e exploração de culturas anuais. Nelas podem ser encontrados, ocasionalmente, afloramentos rochosos em topos de morros. O solo é bastante profundo, com boa capacidade de armazenagem de água e pouca suscetibilidade à erosão. Em termos gerais a Área I (a maior das duas áreas em que ficou dividido o assentamento) apresenta condições de fertilidade deficientes, com alta saturação de alumínio, baixos teores de cálcio e magnésio, acidez elevada, baixo teor de potássio, baixa disponibilidade de fósforo e altos teores de carbono, sendo que na Área II a saturação de alumínio é média ou alta, alterando-se conforme a sua localização. Os teores de cálcio e magnésio variam de baixo a alto, os de potássio de médio a alto. O fósforo se apresenta com teores baixos e a matéria orgânica em níveis médios ou altos. Em ambas as áreas é necessário o investimento de grandes somas para correção da fertilidade do solo.

A vegetação era constituída de capões em regeneração natural, visto tratar-se de área da qual já havia sido tirado o material florestal comercializável. Nela podiam ser encontradas essências florestais como samambaias, taquaras, vassoura-branca, erva-mate, bracatingas, madeiras brancas em geral e todo o sub-bosque das matas de araucária. Por estarem em fase de recuperação a maior parte das árvores não tinham porte para serem aproveitadas como madeira para construção. Serviam apenas como lenha doméstica e para o fabrico de carvão vegetal. Mesmo assim uma parte dos assentados conseguiu fazer sua casa com madeira retirada da área, tendo a comunidade de Santa Izabel montado inclusive uma serraria comunitária. A lenha, existente em abundância, propiciou a

instalação de muitos fornos de carvão, que forneceu a algumas famílias a sobrevivência dos primeiros meses.

Existia na área um grande número de nascentes e riachos, formando uma boa composição de cursos d' água, assim como áreas de várzeas e banhados, principalmente ao longo do leito do Rio Covo, o principal subafluente do rio Iguaçu da região. Estes cursos d' água foram levados em conta quando da divisão dos lotes, feita de tal forma que cada propriedade estivesse servida de sua nascente e seu riacho.

3.5 A ESTRUTURAÇÃO DAS PROPRIEDADES

O momento seguinte ao levantamento técnico foi o da instalação da propriedade e retornada do processo de reprodução da dinâmica familiar, no qual foi preciso planejar e estruturar o lote no sentido de que ele se tornasse efetivamente uma unidade de produção.

A proposta da Comissão Central do Assentamento era de que cada passo no processo de instalação da propriedade fosse amplamente discutido. Em função disto as decisões de caráter geral seguiam um roteiro determinado. Os grandes problemas eram discutidos na Comissão Central, composta de representações de todas as comunidades tanto da Área I como da Área II, onde eram convertidos em conclusões ou em novas propostas, nos casos em que não se obtivesse consenso. Daí eram levados para as comunidades, onde eram transmitidos para o conjunto dos assentados. Quando havia necessidade eram chamadas as assessorias (técnicos do Governo ou das ONG' s ou, ainda, pessoal ligado aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais). Havendo anuência do grupo a decisão era levada a efeito, caso contrário o assunto fazia o fluxo de retorno até a Comissão Central, até que a decisão pudesse ser tomada.

Esta sistemática foi muito importante no começo do assentamento, quando havia um enfrentamento forte com os moradores mais antigos do Município e quando os assentados não conheciam bem as condições locais.

No caso do Vitória da União, composto de agricultores vindos de outra região, era preciso levar em conta que as condições de fertilidade natural do solo e as épocas de

plântio por cultura eram muito diferentes das situações por eles conhecidas. O clima também era diferente, muito mais rigoroso, e as longas estiagens próprias da região fatalmente provocariam frustrações nas colheitas. Foi feita então uma série de discussões com o objetivo de informar os assentados acerca da situação relativamente nova, na qual a racionalização no aproveitamento dos recursos naturais disponíveis era fundamental para a sobrevivência no período imediatamente pós-assentamento.

A vegetação original era típica de matas de araucária. Embora predominasse a vegetação terciária composta de vassoura branca, taquaras, samambaias, erva-mate e bracatinga, caracterizando elevada acidez do solo e baixa fertilidade natural havia, em recuperação, alguma madeira branca comercializável como diferentes variedades de canela, camboatá, angico, canjerana, e outras essências florestais típicas da região. O aproveitamento desta poderia ser feito com a instalação de serrarias comunitárias para beneficiar o material necessário para a construção de casas e eventuais benfeitorias e, ainda, extrair a lenha usada no fabrico de carvão. A erva mate poderia ser vendida já beneficiada e a bracatinga, leguminosa bastante frequente na área, poderia ser usada na alimentação de bovinos e suínos, na falta de forrageira mais qualificada.

Uma análise mais acurada da propriedade permitiu verificar a possibilidade de alocação da moradia em função de lavouras e chiqueiros, considerando a circulação na propriedade e o aproveitamento do esterco. Nas reuniões debateu-se a questão da segurança dos assentados, definindo-se que as casas seriam construídas de tal maneira que a comunicação entre os moradores se tornasse possível com o maior grau possível de praticidade. Elas serviram também para discutir e orientar a escolha da forma do roçado e sobre a queima e derrubada da mata onde fosse necessário.

Nesta fase da implantação do assentamento a EMATER e a SEAG (órgãos oficiais) distribuíram 1.500 kg de aveia para produção de semente e início das lavouras. Estas mesmas instituições, em parceria com os matrizeiros de Pato Branco, realizaram um programa de distribuição de pintos de um dia, remanescentes. Estes filhotes eram alimentados por uma semana e distribuídos aos assentados. Cada família recebeu, naquele

primeiro ano, em média, a doação de 50 cabeças, tendo sido distribuídas, ao todo, 20 mil cabeças. Da parceria entre instituições governamentais também resultou a eletrificação de 70% das propriedades do Vitória da União, através do Clic Rural¹⁶. Até o fim de 1987, todos os lotes já tinham instalado a energia elétrica. Por outro lado, a seca do primeiro ano deixou os agricultores sem sementes no segundo. Numa ação conjunta da Secretaria de Agricultura e da Companhia de Fomento Agropecuário do Paraná —CAFE do Paraná, foram distribuídas sementes de milho, feijão e arroz para cada família assentada, para serem devolvidas no final da safra em valor de grão, em equivalência-produto. No ano de 1987 foram entregues mais sementes de milho, arroz e feijão, além de 10 ton. de calcário por família, subsidiado em 50%, com carência de um ano. Antes disto, já no inverno de 1986, haviam sido distribuídos 1.200 kg de sementes de trigo doadas pelo IAPAR, para a formação de semente própria para os assentados.

Não obstante estes apoios, a situação econômica inicial dos assentados era muito precária. As duas safras vividas até 1986 foram efetivamente frustradas por seca ou por geada. A única alternativa possível era o cultivo tradicional de feijão e milho. O teor de alumínio tóxico era muito alto e a fertilidade natural muito baixa, tornando necessários grandes investimentos em corretivos e fertilizantes. Por outro lado, as condições climáticas no local do assentamento eram muito adversas e completamente diferentes dos locais de origem dos assentados, tornando a prática destas culturas um investimento de alto risco.

A produção animal e vegetal estava organizada de modo individual, assim como a compra de insumos. Na época, apenas parte dos assentados estava organizada em associações ou grupos informais, com possibilidades efetivas de realizar compras conjuntas. Apenas um grupo, constando de 25 produtores, estava formalmente organizado em associação, e tinha o objetivo de transformar a lenha em carvão vegetal.

¹⁶ Programa do Governo do Estado, de eletrificação rural.

Os sistemas de exploração estavam baseados em conhecimentos adquiridos empiricamente e o nível de informação era, em geral, extremamente baixo. A maior parte das lavouras era cultivada em áreas desmaçadas e não deslocadas existindo, então, uma média de apenas 2,5 ha de lavoura já destocada por família, onde havia sido feita uma aplicação parcial de calcário e adubo químico. O plantio de milho foi feito com semente de milho-variedade híbrida ou F2, e para o cultivo de feijão e arroz foi usada semente própria. Usou-se tração animal ou manual para o preparo do solo e para o plantio tendo havido, em alguns casos, contratação de máquinas de terceiros. Em períodos críticos de trabalho utilizou-se a contratação ou troca de mão-de-obra entre as famílias com menor número de braços. A conservação mecânica do solo foi feita somente nas áreas em que o enleiramento tivesse que ser executado em nível. Na maior parte dos lotes foram utilizadas práticas agronômicas de conservação e manejo do solo, como enterrio de restos culturais e uso de tração animal, evitando-se o uso de queimadas nas áreas já cultivadas.

3.6 TECNOLOGIAS UTILIZADAS

Boa parte dos assentados era composta de agricultores que foram expulsos da terra pela modernização dos anos 60/70. Com esta experiência na bagagem muitos deles não pensavam em fazer de novo o mesmo jogo. Queriam lutar por uma agricultura mais racional, poupadora de insumos modernos e mais reciclável, onde se pudesse diminuir os custos de produção e obter um produto mais competitivo. Neste contexto é que ganhou terreno a proposta na qual a cooperação agrícola se converteria em ponto central do sucesso do assentamento.

A partir da decisão de se privilegiar a agricultura alternativa como o modo de produção mais desejável nas novas propriedades foram escolhidos alguns assentados que aluassem como monitores, com a função de, uma vez adquirida a informação sobre as alternativas possíveis, repassá-las para a comunidade. Mas muitos erros também foram cometidos em nome desta posição. Alguns assentados chegaram a recusar a recomendação técnica de calcário e adubo, para não voltar para a agricultura "moderna" e

"conservadora", ou, no dizer deles, não aderir ao "capitalismo" (Depoimento 11). Entretanto, dentro da idéia de agricultura alternativa a EMATER/Acarpa cedeu, em regime de comodato, dois conjuntos de equipamento e arreamento de Tração Animal para a instalação de duas Unidades Demonstrativas, e de um esparramador de calcário a tração animal com capacidade diária de 10 toneladas.

A preocupação com formas alternativas de agricultura e alguns problemas tecnológicos surgidos fez com que fosse solicitada a presença do IAPAR - Fundação Instituto Agronômico do Paraná, como órgão de pesquisa, a partir do que se começou com a elaboração de uma proposta de trabalho tendo sido instaladas, mais tarde, Unidades de Observação para várias culturas de inverno, consórcio milho x feijão, plantas com potencial para alimentação humana e animal, búfalos e destocador rústico a tração animal.

3.7 PROBLEMAS ENCONTRADOS E SOLUÇÕES ENCAMINHADAS

Foi um período de muita inventividade, quando se tornou necessário incrementar novas linhas de produção, além da agricultura de subsistência. A produção de carvão, o beneficiamento da erva mate, a criação de vacas leiteiras e a produção de leite para consumo humano, por exemplo, poderiam render melhores resultados econômicos. A organização dos assentados em associações de produção e comercialização poderia também contribuir para alicerçar melhor estas alternativas, já que as condições de clima e solo não eram as mais indicadas para a agricultura. Mas este foi também um tempo de reposição de conflitos em que novas questões se colocaram: a necessidade, muitas vezes, de disputar os créditos de implantação (FINSOCIAL I e II) e do extinto PROCERA - Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária, a imposição de formas associativas, a diferenciação política que ela produz (ou consolida) entre os assentados, a busca de mercados para os produtos, a manifestação de uma série de carências com relação às formas de escoar o que estava sendo produzido, a obtenção de insumos, as carências com relação à saúde, educação, transporte, etc.

No caso do P.A.R. Vitória da União havia um esboço de infra-estrutura básica que foi melhorado com a implantação do projeto. As estradas principais receberam tratamento com cascalho, tornando-se transitáveis durante o ano inteiro, mas as estradas secundárias eram mal conservadas e a falta de cascalhamento dificultava o escoamento da produção em períodos chuvosos.

No tocante à escolaridade apenas 80% dos assentados eram alfabetizados, a maioria deles possuindo somente o primeiro grau incompleto. A implantação do assentamento deu ocasião a que se instalassem 18 salas de aulas. Desde a sua instalação estas classes funcionaram com o currículo mínimo das quatro séries iniciais, tendo algumas deles moradores do próprio assentamento como professores contratados pela Prefeitura Municipal.

A princípio os assentados desejavam que todos os docentes encarregados de dar aulas nas escolas do assentamento fossem selecionados entre eles mesmos. Muitas mulheres já davam aulas em suas comunidades de origem e, além delas, havia muitas moças com curso de Magistério, habilitadas para tanto. A principal justificativa para esta solicitação era que professoras escolhidas entre e pelos assentados dariam em suas aulas, as necessárias noções do valor da terra "conquistada". A proposta não foi aceita pela Prefeitura em sua totalidade, e apenas algumas destas professoras, já experientes, foram contratadas nos mesmos moldes dos outros professores municipais.

A proximidade da época de plantio das principais culturas fez com que as famílias fossem colocadas no imóvel ocupando uma área coletiva provisória, ainda em acampamento coletivo, do qual seriam posteriormente transferidas, quando da demarcação definitiva dos lotes. Os assentados passaram o inverno de 1985 que aliás, foi extremamente rigoroso, neste acampamento.

As moradias muito pobres, a maioria delas construídas com lâminas de madeira, cobertas com telhas de cimento amianto e tendo como piso apenas o chão batido ou, ainda, em barracos de lona sem nenhuma condição de habitabilidade, aliadas à nutrição deficiente, às dificuldades de adaptação ao clima frio pela maioria das pessoas, às

frustrações nas primeiras safras e à infra-estrutura deficiente da propriedade determinaram a falta de alimentos básicos e a impossibilidade da família obter uma dieta balanceada. Isto agravou o problema nutricional das famílias, além de reduzir a capacidade de trabalho da mão-de-obra. Não possuíam privadas higiênicas e nem proteção para as fontes de água, condições em que problemas de saúde como verminoses e doenças das vias respiratórias se agravaram enormemente. A construção de cinco postos de saúde, equipados com o instrumental básico do atendimento primário em saúde, resultou inútil visto que não podiam funcionar por falta de profissionais capacitados. A população assentada tinha que buscar na sede do município o atendimento médico e odontológico necessário. Essas problemáticas trouxeram os assentados para novas redes de relações, constituindo espaços de formulação de demandas, de reiteração de antigas mediações e de constituição de outras. Aprenderam-se determinadas regras da representação / delegação, que podiam (ou não) reproduzir antigas relações (de clientela, por exemplo), constituindo-se novos parâmetros para a vida em conjunto, explorando-se caminhos de sobrevivência.

3.8 O ASSENTAMENTO E O SEU ENTORNO

O assentamento pode ser, num raciocínio especulativo, o "ponto de partida", ou seja, a situação a partir da qual o assentado procura estabelecer-se num patamar diferenciado. A implementação de projetos tecno-produtivos, a prática de uma nova sociabilidade interna e a inserção num jogo de disputas políticas visando sua reprodução (sobretudo na sua relação com o Estado), busca fortalecer a possibilidade de gerar "efeitos multiplicadores" dessa experiência singular, com impactos significativos no meio social, político e econômico em que atua, constituindo importante diferencial. Mas o assentamento também pode ser visto como "ponto de chegada", ou seja, como uma possibilidade de mobilidade e integração social.

Compreender a teia que compõe um assentamento rural implica em conhecer desde a origem da população que constitui o assentamento (se do município ou da região), uma vez que esse fato pode implicar em dinâmicas distintas de relação política com os

assentados, as condições técnicas e de recursos naturais até os desdobramentos da política local. Se a população assentada é originária de outros municípios, é comum que a população local questione a pertinência da transferência e a introdução de novas relações, por uma decisão (a desapropriação) da qual, na maioria das vezes, as forças locais não participam ou sobre as quais, em grande parte dos casos, têm pouco poder de influência.

Um outro aspecto que surge com o assentamento realizado com pessoas "de fora" é que isto traz alterações demográficas as quais, por exemplo, se refletem sobre o colégio eleitoral, podendo significar mudanças na disputa municipal, bem como o nascimento de novas forças políticas.

Por outro lado, ao trazer novas demandas, os assentamentos trazem também a possibilidade de acesso a recursos antes inexistentes —que, não raro, chegam através das prefeituras —, promovendo disputas políticas pela implementação da infra-estrutura econômica e social prevista como forma de uso desses recursos. No caso do P.A.R. Vitória da União, a liberação dos recursos do PROCERA e do FINSOCIAL I e II, provocou uma intensa dinamização dos mercados local e regional, através da compra de sementes, insumos agrícolas, materiais de construção, etc. Uma questão que ficou imediatamente visível foi uma certa mudança na organização social e produtiva do município, caracterizada por uma agricultura com baixo dinamismo, uma vez que houve um rearranjo do processo produtivo. A diversificação da produção agrícola, a introdução de atividades mais lucrativas, algumas mudanças tecnológicas, etc., refletiu-se intensamente na composição da receita dos assentados afetando o comércio local, a geração de impostos, a movimentação bancária, etc., com efeitos sobre a capacidade do assentamento se firmar politicamente como um interlocutor de peso no plano local/regional.

Esta constatação, alavancada na experiência de compras em conjunto, quando da aplicação dos recursos do FINSOCIAL I e II incentivou a formação de grupos formais, os quais desembocaram em nove associações de produtores e treze embriões na forma de grupos informais organizados, totalizando 240 sócios. Estas associações e grupos

possuíam funções diferenciadas na organização e prestação de serviços, reguladas por estatutos e regimentos internos.

3.9 OS EMBRIÕES DA EXPERIÊNCIA COLETIVISTA

O primeiro ensaio associativista no assentamento se deu por ocasião do FINSOCIAL I, que tinha o objetivo de financiar a aquisição de insumos, implementos, material de construção e outros objetos. As aquisições foram feitas através de uma ação conjunta. Foi organizada uma comissão de compras que abriu concorrência entre os comerciantes, analisou as propostas e efetuou os negócios. Participaram desta experiência cerca de 200 famílias. Comparando-se a forma de compra comunitária e as compras individuais, uma família participante da saída coletiva ganhou até 30% em relação à família não participante.

Esta foi a primeira experiência coletivista feita no PAR Vitória da União. A partir deste primeiro sucesso passou-se a falar mais livremente nas "roças comunitárias". Alguns grupos chegaram a fazer, em forma de mutirão, o preparo do solo. A idéia era preparar em conjunto os lotes individuais, para depois colocar em comum a semente e fazer o plantio. Havia muita resistência quanto à divisão dos lucros. Embora o assunto houvesse sido amplamente discutido no tempo de preparação para a ocupação (que durou cerca de três anos) em razão desta proposta grupos foram desfeitos e graves divergências surgiram. Assim, nesse primeiro ano a colheita ainda deveria ser individual, embora todos devessem trabalhar para todos. Houve várias dessas iniciativas, mas nenhuma delas chegou ao fim, tendo estacionado em diferentes patamares.

Foram criados também grupos de vizinhança que atuaram em forma de mutirão nos trabalhos de formação dos roçados, como derrubada de matas, destoca, preparo do solo, plantio, etc. Estes grupos chegaram até a financiar uma ou outra máquina em conjunto.

Um outro modo de experiência coletivista foram as associações. Algumas delas tinham o objetivo de produzir carvão vegetal, e uma delas estabeleceu uma serraria. As

outras tinham como meta beneficiar a produção ali mesmo, dispensando o intermediário. O lucro era distribuído de acordo com o trabalho desempenhado (em horas), no caso dos fornos de carvão. No moinho de milho cada um levava o próprio grão e, por consequência, apropriava-se do fubá resultante. Quanto à serraria atuava-se de uma forma híbrida, parte remunerando o trabalho parte revertendo como material beneficiado. Estas experiências duraram um pouco mais.

Duas associações receberam recursos dos Projetos Comunitários Reforma Agrária EMBRATER/Acarpa. A Associação 22 de Junho pode, por exemplo, comprar um descascador de arroz, um moinho de fubá e um soque de erva mate. A Associação Vitória da União, composta de carvoeiros, adquiriu uma serra fita. Ao fim deste recorte funcionavam nove associações.

A organização dos assentados em associações de compra e beneficiamento acabou por trazer a público processos e demandas capazes de mexer com a dinâmica do município. No que diz respeito ao comércio local, por exemplo, essa nova população movimentou tanto o mercado ligado a bens de consumo, como vestimentas, calçados, alimentos, material de construção, quanto o de insumos agropecuários (adubos, inseticidas, etc.), principalmente a partir da liberação dos recursos do PROCERA.

O mercado local foi dinamizado também pela venda de produtos oriundos do assentamento, ocasionando um novo tipo de concorrência e oferta de produtos que, tendo em vista tratar-se de um município pequeno, teve um peso relativo maior. Aqui é preciso considerar também a organização de mecanismos que, além de movimentarem e modificarem as relações do processo produtivo (a montante e a jusante), muitas vezes alteram uma prática de comercialização muito conhecida dos pequenos produtores: a realizada por atravessadores. No caso aqui estudado a produção agropecuária, amparada pela política de preços mínimos, e a erva-mate foram, nos dois primeiros anos do P. AR. Vitória da União, comercializadas individualmente na sede do município, com os cerealistas, com os comerciantes locais e com a Cooperativa e ainda, em menor volume, com o comércio regional. A produção de carvão foi comercializada através da

Associação, com o mercado de Antonina / PR e com as indústrias metalúrgicas de Minas Gerais.

3.10 OS FINANCIAMENTOS

A chegada dos recursos de financiamentos conferiu ao assentamento a autoria de uma dinamização na movimentação bancária municipal, tanto mais que, além dos recursos oficiais, o assentamento, a exemplo de outros tantos, foi alvo de outros projetos como os da (extinta) LBA - Legião Brasileira de Assistência, da SETA - Secretaria de Estado do Trabalho e da Assistência Social, e de inúmeras organizações não governamentais que atuavam de forma mais independente. No presente caso, antes de ser aplicado o primeiro financiamento, discutiu-se internamente cada detalhe: o significado, os juros, as formas de pagamento e a elaboração de um projeto técnico individual.

Foram aplicados, dentro do recorte proposto, os seguintes financiamentos:

FINSOCIAL I —Custeio e investimento em torno de Cz\$ 6.200 (U\$ 448) por família. Este dinheiro serviu para financiar os objetos básicos, com que se começou a estruturação das propriedades. Resultou deste primeiro passo a implantação de 2.700 ha de milho, 762 ha de feijão e 195 ha de arroz, além de animais de tração, ferramentas e implementos agrícolas no assentamento.

FINSOCIAL II —Investimento individual no valor de Cz\$ 4.500 (U\$ 104) e investimento comunitário para alguns grupos e associações existentes. Foi adquirido um grande número de tijolos para fornos de carvão e telhas para cobertura de casas nos financiamentos individuais. Exemplificando o financiamento coletivo houve a compra de um trator para a Associação dos Carvoeiros e vários descascadores de arroz para as comunidades.

PROCERA I —Este financiamento, já num valor maior (Cz\$ 57.500 ou U\$ 1.029 por família), serviu para melhorar as lavouras. A utilização 4.290 horas/máquina na destoca, a compra de 15 mil toneladas de calcário, além da aquisição de 101 motosserras foram os principais investimentos.

É importante lembrar, no entanto, que a diferenciação dos canais de captação de recursos por parte dos assentados provocou reações entre os agricultores familiares da vizinhança (moradores mais antigos do município) os quais, beneficiários das linhas de crédito normais, reclamaram da não aplicação das taxas vigentes aos assentamentos nos recursos voltados a este último segmento.

3.11 A DINÂMICA DO ASSENTAMENTO

A forma como os assentamentos são organizados —e o P. A. R. Vitória da União como embrião desta forma organizativa—, introduzindo a pequena propriedade onde havia latifúndio e a agrovila onde a população era dispersa, tende a representar uma mudança pelo que traz de novidade em termos de ocupação do espaço. Esta é uma dinâmica que deve ser observada no tempo, uma vez que a própria organização interna dos assentamentos pode sofrer mudanças (do coletivo para o individual e vice-versa, por exemplo) e implicar, ainda, em mudanças territoriais de caráter político-administrativo, como é o caso de provocar criação de distritos, desmembramento de municípios¹⁷, resultado quer do crescimento econômico provocado pelo assentamento, quer das novas relações gestadas e da atuação de novos atores na política local. Estas alterações demográficas são mais visíveis quando envolvem a vinda de uma população "de fora" do município ou da região.

O aumento da população municipal decorrente de um assentamento implica ampliação do mercado de trabalho e de consumo, gerando efeitos sobre a dinamização do comércio local, não só com a demanda de consumo e oferta de produto como pelo aumento da arrecadação de impostos, etc. Também tende a gerar um aumento na pressão das demandas em torno de infra-estrutura e equipamentos sociais, uma vez que os assentados, em geral, reivindicam escolas, postos de saúde, melhores condições de

¹⁷ O distrito de Honório Serpa, pertencente ao município de Mangueirinha e onde estava localizada a Área II do P.A.R. Vitória da União, tomou-se município a partir do acréscimo populacional ocasionado pelo assentamento.

transporte e escoamento da produção, etc., o que coloca os assentamentos em contato direto com as autoridades públicas (locais, estaduais, federais), modificando a dinâmica das relações existentes entre autoridades e municípios.

Desse ponto de vista, a análise demográfica dos assentamentos pode rebater imediatamente na reflexão sobre sua dinâmica política, tanto no que se refere ao aumento do contingente eleitoral, como também no fato de implementar demandas que recaem sobre as disputas locais e extra-locais.

O dimensionamento da renda e da qualidade de vida no assentamento constitui-se em ponto de partida necessário no sentido de verificar que mudanças o assentamento trouxe às populações diretamente envolvidas nele, ou seja, os assentados. Trata-se do que poderia ser chamado de "impacto para dentro". Desde logo, isso implica, mais uma vez, a necessidade de introduzir uma dimensão histórica na investigação, uma vez que os dados atuais só podem ser avaliados se comparados com momentos anteriores, em especial no período que antecede o assentamento e, no caso de assentamentos mais antigos, como o P. A. R. em tela, dos momentos imediatamente pós-assentamento. Trata-se de verificar, comparativamente, as condições anteriores e posteriores ao assentamento, no que se refere à renda, técnicas de cultivo, vínculo com a terra, condições de moradia, acesso à saúde, escolas, qualidade alimentar, acesso a bens de consumo, etc.

A bem da verdade, conforme STIGLITZ (1998), as interfaces entre reforma agrária e crescimento / desenvolvimento econômico e social colocam-se no debate atual em novos patamares reforçando a busca de parâmetros voltados a captar o grau de intensidade e o significado das mudanças proporcionadas pela criação dos assentamentos rurais. Tais implicações serão mais sentidas com a ampliação desse processo, não mais atuando como política pontual, mas, sim, passando a compatibilizar a administração do fluxo de famílias assentadas e do estoque de patrimônio fundiário (arrecadado ou a ser arrecadado) de forma mais interativa e em um compasso mais estreito.

Ao optar pela potencialização dos assentamentos rurais no ambiente agrário que pauta o contexto institucional e espacial local/regional, os diversos atores em cena

(governo e movimentos sociais especialmente) acabam por definir uma estratégia de desenvolvimento, cujo êxito está intrinsecamente ligado às possibilidades abertas através das capacidades inovativas desencadeadas pelos assentamentos, cujos efeitos não só não são necessariamente mensuráveis a priori, como muitos deles são perceptíveis somente a médio e longo prazo a posteriori. A mensurabilidade dos resultados dos assentamentos ainda permanece como meta a ser alcançada, visto que a diversidade de tipos de assentamento ainda não permitiu a definição de uma metodologia adequada para aferir os seus diferentes perfis.

O Projeto de Assentamento Rural Vitória da União foi o primeiro assentamento no Paraná oriundo de uma ocupação, tendo sido também a primeira grande ação inter-secretarias do Governo Richa. O valor deste assentamento como experiência foi reconhecido tanto na esfera estadual quanto na esfera federal, tendo sido alvo das atenções das autoridades durante muito tempo. Parte desta atenção ficou demonstrada na visita do Presidente do ex-Sistema SIBRATER - Sistema Brasileiro de Extensão Rural e Assistência Técnica, Romeu Padilha, agendada como parte de um roteiro de visitas ao Estado do Paraná, no segundo semestre de 1987. Via-se na fachada da sede da agrovila em que foi feita a reunião, uma orgulhosa exibição dos nomes de todas as associações existentes no assentamento. Na oportunidade foi apresentado um extenso relatório de todas as atividades desenvolvidas e de como se dava a participação dos agricultores.

3.12 Os reflexos ambientais / territoriais

Assumindo a perspectiva de tratar as dimensões ambientais e territoriais das mudanças provocadas pelos assentamentos sob uma ótica econômica, política e social chama a atenção de imediato a impossibilidade de discutir os efeitos ambientais dos assentamentos sem referir-se à própria trajetória das políticas públicas que lhes dão origem.

Um dos pontos que devem ser destacados refere-se aos critérios que norteiam a seleção de áreas para desapropriação. A existência de assentamentos em áreas impróprias para o desenvolvimento da agricultura (com má qualidade dos solos, erosão, degradação, etc) é bastante recorrente. Pensar em impactos ambientais dos assentamentos implica ainda considerar o tema na sua dimensão temporal, incorporando as formas de uso do solo de maneira mais ampla do que a do "tempo do assentamento". Nessa direção, são várias as situações de redirecionamento da produção e possibilidades de recuperação, mesmo que parcial, dos recursos naturais.

Essas questões trazem para o âmbito da pesquisa a necessidade de discutir os critérios de seleção das áreas, a forma como ela é dividida entre os assentados, a natureza da assistência técnica recebida pelo assentamento, como condição para não transformar os dados ambientais em naturais e fixos e externos à dinâmica social e política dos assentamentos.

Capítulo 4

DE SEM-TERRA A SEM-TERRA

Entre o período em que famílias de pequenos agricultores, filhos destes, arrendatários, meeiros e empregados rurais, permanentes e temporários, lideranças e liderados, começaram a se organizar no Sudoeste do Paraná, com o intuito de obter novas

terras, no movimento de conquista da reforma agrária que depois foi denominado MST, e o momento posterior, em que alguns retornam à condição de sem-terra por terem desistido de seu lote no assentamento, há um hiato que precisa ser compreendido.

Os agricultores do Sudoeste do Paraná possuem em sua bagagem cultural uma tradição de lutas pela terra, como poucas populações de outras regiões do país, e ainda se pode encontrar na região de onde vieram os assentados do PAR Vitória da União participantes da revolta de 1957 (ver Revolta dos Posseiros). A indignação pela maneira como estavam sendo expulsos de suas terras, lenta mas inexorável, está, pois, na raiz do ímpeto coletivo que acabou por originar o movimento dos sem-terra no Sudoeste e, na sua face concreta, as ocupações de terras. A constatação de que estavam sendo vítimas de um modelo excludente de modernização da agricultura e de uma política de saúde discriminadora e o exemplo da Greve da Itaipu¹⁸ (1979), que saiu vitoriosa, constituíram três dos mais fortes elementos encorajadores para aquele tipo de luta.

Houve muitas aproximações e recuos ao longo de todo o período em que os agricultores daquela região do Estado construíram a sua organização. Uma vez decidida a ocupação e passado o primeiro grande enfrentamento, o espaço de tempo seguinte funcionou como um crisol, ocasionando uma primeira seleção entre os candidatos a um lote na terra conquistada. Foi quando se estruturou a hierarquia que depois manteve ativo o conjunto de mecanismos que funcionou como espinha dorsal do assentamento. Esta hierarquia tomou possível resolver uma série de problemas surgidos na primeira fase de implantação do projeto. Neste período ficou definida, para o grupo que primeiro entrou no imóvel e depois acampou em suas proximidades, a condição de movimento social, o qual, conforme a explicitação de MCCARTHY e ZALD (1987, citados por BOUDON, 1995), é

¹⁸ Paralisação dos agricultores que estavam sendo expropriados pela Bi-Nacional Itaipu, e que permaneceram acampados diante da administração da Hidrelétrica durante quinhentos dias, até obterem índices satisfatórios de indenização, melhores do que os ofertados pela empresa. Embora esta ação não tenha as características legais de uma greve, pois não se tratou de empregados regulares de alguma empresa, foi com esta expressão que aquele gesto coletivo ficou conhecido entre seus participantes.

um conjunto de opiniões e crenças comuns a uma população [ou segmento desta] que manifesta preferências pela mudança de alguns elementos da estrutura social.

4.1 DA CONDIÇÃO CAMPONESA PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

Resguardadas as particularidades individuais todos os agricultores que foram alocados no Projeto de Assentamento Rural Vitória da União trabalhavam antes em pequenas propriedades. Excetuando-se os que trabalhavam como empregados permanentes ou temporários, todos se faziam acompanhar das próprias famílias no desempenho do trabalho diário e tinham na unidade de produção seu local de moradia, bem como tiravam da propriedade a maior parte do que consumiam.

Todos os egressos, com exceção dos que foram empregados, trabalharam, em suas comunidades de origem, em pequenos pedaços de terra (ver Tabela 2), utilizando na propriedade mão-de-obra cem por cento familiar. Apenas 15% do produto obtido na propriedade, em média, era vendido como excedente no mercado local. De um modo geral pode-se dizer que o trabalho da família na agricultura era exclusivamente voltado para o consumo interno. As poucas vendas que eram feitas tinha o único propósito de suprir o que não se pudesse confeccionar ou produzir artesanalmente. Todas as aferições mostraram que muito raros entre os egressos analisados (5%) tinham conhecimento de administração rural e apenas 1% tinham antes algum controle financeiro da unidade de produção. Pouquíssimos analisados (1,5 %) tinham noção dos custos da produção. Mesmo entre estes, alguns não faziam o controle escrito do desempenho da propriedade.

Também se utilizavam de práticas de cultivos pouco diversificadas, já que apenas 12% tinham na propriedade mais que três culturas, predominando as culturas mais comuns na região (ver Tabela 3). Usavam uma tecnologia bastante rudimentar, sendo que a prática predominantemente utilizada era a tração animal (66%) e a colheita manual. Apenas uma pequena parte usava arado mecânico (22%), fertilizantes (36%), sementes fiscalizadas (35%) ou agrotóxicos (17%). Doze por cento ainda praticava a denominada

"roça no toco", que significa plantar sem fazer a destoca, sendo todos os tratos culturais feitos manualmente.

TABELA 2 - CONDIÇÃO ANTERIOR DE RELAÇÃO COM A TERRA

	Arrendatários	Pequenos Proprietários	Filhos de pequenos proprietários	Empregados permanentes ou temporários
	48%	10%	24%	18%
Módulo trabalhado antes do assentamento	(Trabalhavam em lotes de até 3 alqueires)	(40% possuía lotes entre 1 e 3 alqueires)	(destes, 25% trabalhava em ½ ha; 17% em 1 ha; 8% em lotes entre 1 e 3 alq e 50% em terras medindo entre 1 e 2 % ha.	(não possuíam terra)

Fonte: Pesquisa de campo - 1985 / 1987

A experiência dos agricultores do Vitória da União em estruturas formais de ação coletiva era muito pequena até então, estando mais ligadas à participação em associações de classe ou agrupamentos religiosos, de um modo mais informal, o que expressa a organização de uma comunidade tipicamente rural (BRANDENBURG, 1998). A instalação dos agricultores nas novas propriedades envolveu uma transição entre o tipo de organização que caracterizou o acampamento que sucedeu a ocupação e antecedeu o assentamento e, depois, o assentamento propriamente dito, quase fechada, a qual não se deu de modo harmonioso e contínuo para todos.

Em suas comunidades de origem, antes da ocupação, encontrou-se uma situação singular. Para além das diferenças entre as práticas sindicais dos vários municípios que mandaram agricultores para a ocupação, é preciso que se leve em conta uma sutileza: só participavam do movimento com vistas à ocupação os que fossem sindicalizados. Assim,

o fato de que alguém fosse filiado ao sindicato de sua categoria profissional não significava que ele acreditasse no movimento sindical. A carteira de sócio no Sindicato dos Trabalhadores Rurais - STR representava tão somente o cartão de ingresso nas reuniões do MASTES e na ocupação. Também com relação à participação nas Cooperativas é conveniente desvendar uma particularidade. O fato de que estas vendiam insumos e implementos a preços menores para seus cooperados acabava por constituir o motivo da cooperativização de muitos agricultores.

TABELA 3 - CULTURAS PRATICADAS PELOS EGRESSOS ANTES DO ASSENTAMENTO

Milho	Feijão	Mandioca	Frutíferas	Outras
38 - 80 %	39 = 82 %	16 = 34 %	8-16 %	6=12 %

Fonte: Pesquisa de campo -1985/1987

Embora todos eles tivessem tido alguma participação comunitária em seus municípios de origem apenas parte dos assentados (38%) havia tido alguma experiência de trabalho coletivo em suas respectivas comunidades, sendo a expressão máxima destes trabalhos coletivos os mutirões ou a organização comunitária de festas religiosas. Outros 44% nunca participou de nenhuma experiência de grupo. Assim, no período anterior ao assentamento 100% dos analisados eram sindicalizados, 94% participavam do Movimento dos Sem-Terra (MASTRO ou MASTES), 39% dos assentados provenientes da área de atuação da ASSESOAR eram associados da instituição, 42% eram sócios de alguma cooperativa e 2% participavam apenas do STR.

Dos que tiveram experiência coletiva em suas comunidades, 74% participava de mais de três organizações diferentes, como sindicato, cooperativa e igreja, ou outras combinações. É importante lembrar o caráter que tinha, para muitos deles, a participação nestas instituições, na maioria das vezes imposta pela coerção do grupo e que a filiação na

associação da igreja era muitas vezes tornada obrigatória pela autoridade eclesiástica local.

Já no assentamento, e tendo como elemento deflagrador a pressão que estava sendo exercida externamente pela comunidade local a partir da liberação dos recursos do FINSOCIAL I¹⁹, organizou-se uma ação de compra conjunta da qual todos fizeram parte do grupo. É deste período a participação de metade dos analisados em experiências de trabalho coletivo, dentro do assentamento. Vinte e quatro por cento (24%) dos analisados participaram de associações, com diferentes conotações e objetivos.

Tanto MENDRAS, apud LAMARCHE (1993), quanto o próprio LAMARCHE (1993), assim como SHANIN (1971) e BRANDENBURG (1997), colocam, sob enunciados diferentes, estas características dentro da chamada condição camponesa a qual, na proposta de LAMARCHE (1993), compõe, por sua vez, o Modelo Original. O mundo industrializado parece não reservar lugar para o homem do campo e para as culturas rurais (SHANIN, 1979). TOURAINE (1996, p. 19) identifica esta condição ancestral ao detectar a "dissociação crescente entre a instrumentalidade do mercado e do mundo técnico e o universo fechado das identidades culturais". Ir para assentamento significa, pois, ainda conforme TOURAINE (1996, p. 23-24) construir-se como sujeito construindo o "indivíduo como ator, através da associação de sua liberdade afirmada com sua experiência de vida assumida e reinterpretada". É com estes elementos —assumir e interpretar —que os agricultores do Vitória da União começam a reorganizar suas vidas.

Quanto ao nível de comprometimento com o discurso reformista constatou-se que 46% dos analisados, na época do início do assentamento, acreditava que o MST existia para ajudar os sem terra o direito pela posse da terra; 26% acreditava que o MST iria ajudar os segmentos mais pobres, de um modo geral; 20% pensava que o MST iria encaminhar a Reforma agrária; e 8% incorporou a noção de justiça social ao seu discurso.

¹⁹ Recurso financeiro a fundo perdido, sobras de recursos do Governo do Estado destinado a socorrer as vítimas das enchentes de 1983, primeiro a ser trazido para o município pela presença dos assentados.

Esses dados demonstram a artificialidade das comunidades estruturadas com o assentamento. Nas comunidades naturais a teia de relações sociais uniformiza, de uma certa forma, o grau de inserção na realidade local. Nas comunidades artificialmente estruturadas do assentamento a absorção das noções inerentes ao discurso das lideranças do movimento se deu de modo extremamente desigual.

4.2 A ORGANIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO

O P.A.R. Vitória da União, no município de Mangueirinha, foi, em todas as suas etapas, um ensaio do que se tornaria mais tarde o projeto do MST para os assentamentos, mas já era, então, uma estrutura de ação coletiva, conforme o conceito de FRIEDBERG (1995). Com as características próprias de uma organização, notadamente nos aspectos de hierarquia e cooperação, o grupo de agricultores que nele foi assentado esteve, desde o início das atividades que desembocaram na ocupação do Imóvel Imaribo, sintonizado com um objetivo comum —a obtenção de terras. Mas não só isso, também esteve articulado por um núcleo de lideranças que, depois, acompanhou-os até o projeto de assentamento, caracterizando, portanto, os aspectos primordiais de uma organização conforme BOUDON & BOURRICAUD (1993).

A transição do status de acampamento para o de assentamento foi resultado de uma série de etapas. A princípio os assentados não foram de imediato alocados em lotes, como era previsto. Os trâmites legais haviam sido demasiado lentos, ultrapassando o período de preparo da lavoura. Decidiu-se que os agricultores fariam novo acampamento, já dentro do imóvel onde seriam assentados, para plantar o suficiente para abastecer o grupo, numa tentativa de não depender mais das doações externas. O primeiro inverno (1985) foi passado assim, e neste período os dois técnicos da Emater e a autora deste estudo estiveram acampados junto com os agricultores²⁰. Os grupos foram separados por

²⁰ A decisão de permanecer junto aos assentados deu-se por dois motivos: (a) por segurança, já que na sede do município havia forte oposição ao assentamento e quem os apoiasse, (b) para obter uma inserção maior entre os assentados, conhecendo assim seus anseios e suas divergências.

município de origem e as áreas de plantio foram escolhidas aleatoriamente. Em termos de estrutura de organização funcionava um híbrido: já não eram necessárias todas as comissões do acampamento às margens da estrada e já se fortalecia a comissão central, num esquema próximo do que viria a funcionar no assentamento propriamente dito. O arcabouço estrutural ia se modificando ao sabor das necessidades, conforme elas iam se apresentando.

Apesar da proximidade em que viveram durante estes dois anos, nem todos os assentados ficaram conhecendo como funcionava a organização do assentamento. Aliás, este aspecto confirma o que dizem BOUDON & BOURRICAUD (1993, p. 408) acerca de que, em uma organização, as vezes escapa a alguns de seus membros o exato sentido de suas metas e os resultados desejados com suas ações. Entre os analisados neste estudo cerca de 84% estavam familiarizados com a sua estrutura e sabiam como se procedia à escolha dos representantes na Comissão Central, mas apenas 48% sabia como se escolhiam os representantes para as outras comissões (Educação e Saúde), enquanto 10% chegou a representar, em alguma ocasião, o assentamento. Seis por cento dos egressos (6%) chegaram a fazer parte da Comissão Central.

Se levarmos em conta a definição que CHAZEL (1995) atribui a movimento social enquanto estrutura de ação coletiva de protesto e de contestação visando impor mudanças no edifício social, aparentemente, no imaginário dos assentados a mudança que eles queriam já estava construída, não havia mais necessidade da organização elaborada no princípio. Atesta isto o Depoimento 29 segundo o qual "tudo o que a gente tinha que lutar com as autoridades foi feito até a gente entrar na terra, agora precisa trabalhar para fazer a terra produzir comida para nós". Embora as crenças e opiniões tenha continuado comuns (MCARTHY & ZALD, apud BOUDON, 1995, p, 284) ao conjunto dos assentados, de um modo geral, as preferências se modificaram. De um lado alguns continuavam querendo o trabalho coletivo, como atesta a Entrevista 08.

Trabalhar todos juntos era um sonho que todo mundo abraçou, pelo menos no gogó²¹. Depois, pelo menos pra mim, a prática confirmou que era preciso mesmo trabalhar em conjunto, porque a condição aqui é muito mais difícil do que na terra de onde viemos. Lá não era preciso máquina (nem dava mesmo pra usar porque a terra era muito dobrada), nem adubo, nem calcário e nem veneno. A gente trabalhava com os braços e dava tudo certo. Aqui a terra tira tudo da gente e não dá nada em troca se a gente trabalhar sozinho. Em conjunto ia ser bem diferente. Ia ser a força de muita gente pra enfrentar a terra ácida e a ganância do povo daqui.

Na outra extremidade parte dos agricultores assentados tinham medo do trabalho conjunto.

Isso de trabalhar junto é muito bonito na hora de falar, mas na hora de dividir o dinheiro não dá certo nunquinha. Sociedade nunca deu certo. Só serve pra terminar com a amizade da gente. Dos mutirões eu até participo. Sempre participei. Acho bonito trabalhar junto feito irmãos. Mas roça coletiva mesmo, até o fim, isto eu não quero. (Entrevista 22)

As divergências sobre o trabalho coletivo foi o principal foco de divisão no assentamento, mas houve outros. O que devia ser feito nas escolas também configurou-se em importante fator de divisão. Enquanto uns queriam que os professores fossem do próprio assentamento outros discordavam.

É muito importante pra nós que os nossos filhos tenham orgulho de como esta terra foi conquistada. Não roubamos nem matamos, como fazem os latifundiários. Usamos a lei para conquistar o direito de ter a terra e vamos pagar por ela, igualzinho a todo mundo. Só alguém do nosso meio pra compreender isto e passar pras crianças. Acha que alguém do meio deles [os de fora, os adversários] vai ensinar pras nossas crianças o sentido de a gente ter entrado na terra do jeito que entramos? Pra eles a gente é ' os favelados' , ' os invasores' . Eles chamam a ocupação de uma terra que estava aí só criando cobra de ' invasão' . Pra nós é ocupação. Esta diferença faz um professor ser certo ou não pró filho de um assentado. (Entrevista 08)

Na assembléia da Comissão de Educação foi tirado que vai ser tudo professor daqui mesmo, gente que já dava aula antes de vir pra cá. Acho isto errado. A nossa gente é

²¹ Gogó, ou pomo-de-adão, a saliência da cartilagem tireóide, frequente na anatomia do pescoço masculino, aqui utilizada pelo agricultor para significar "pelo menos no discurso".

como eu, tudo burro, sem instrução. Tem três só que podiam dar aulas, que é a da Medianeira, o da Nova Prata e o de Dois Vizinhos. Nas outras comunidades não tem ninguém. Filho de agricultor, seja assentado ou não, tem que ter instrução, que é pra vencer tudo o que a gente tem que enfrentar neste mundo. (Entrevista 43)

Depois esta querela sobre quem devia lecionar ou não nas escolas situadas dentro do assentamento foi decidida por imposição do Secretário Municipal de Educação. A solicitação dos assentados não foi aceita mediante o argumento de que a contratação dos professores municipais era feita através de concurso, portanto o procedimento para contratar professores assentados teria que passar pelo mesmo critério. Além do mais, uma vez contratados os professores deveriam passar também pelo mesmo crivo dos outros para escolha da escola em que deveriam trabalhar, ou seja, os melhores colocados tinham o direito de escolher primeiro.

Foram, portanto fatores tanto exógenos quanto endógenos que determinaram a dinâmica vivida no assentamento, em seus primeiros anos. Vale lembrar também muitos dos fatores considerados exógenos a princípio, como é o caso da estrutura de comissões, foram assumidos e internalizados tornando-se pois, fatores a rigor endógenos.

4.2.1 Dados do Ambiente

A primeira grande dificuldade encontrada pelos assentados foi de ordem técnica e ambiental. Segundo o Relatório Preliminar do Quadro Natural Expedido e Determinação do Módulo Familiar, elaborado em 18 de março de 1985, pela Acarpa-EMATER/PR, "a alta concentração de alumínio no solo e a baixa saturação de bases determinavam uma baixa produtividade das explorações agrícolas" fazia recomendar que fossem evitadas as situações em que se fizesse necessário o investimento de capital inicial, recurso que os agricultores assentados não possuíam.

O P.A.R. Vitória da União, obedecendo à sua localização em dois imóveis diferentes, Imaribo e Chopim, ficou dividido em Área I (Imóvel Imaribo - Mapa 1) e Área II (Imóvel Chopim - Mapa 2). Com o objetivo de obter subsídios para a elaboração de um

Plano Técnico de exploração "em moldes racionais de preservação do solo e do meio ambiente" (EMATER, 1985), o governo mandou elaborar um estudo de viabilidade do assentamento. Utilizando-se da carta geográfica do exército, da restituição aerofotogramétrica do Instituto de Terras do Paraná e dos mapas de desapropriação do INCRA, este relatório conseguiu separar três áreas diferenciadas em função de declividade, rede de drenagem, presença ou não de micro-relevo e afastamento das curvas de nível.

Em suas conclusões preliminares o relatório da EMATER (1985) assim classificou os tipos de solo encontrados no imóvel destinado ao assentamento:

Tipo a) Áreas não recomendadas tecnicamente para exploração agrícola. Apenas parte delas podem ser utilizadas em esquema de agrosilvicultura ou rotação com períodos de pousio de, no mínimo, 3 anos, depois do que é permitido receber, com segurança, explorações agrícolas. Nesta situação predominam solos rasos, litólicos²², altamente suscetíveis ao processo de erosão. Na maior parte da área assinalada em vermelho o afloramento rochoso é bastante visível, apresentando muitas pedras soltas.

Tipo b) Áreas mescladas predominando o Latossolo Roxo Álico²³ com manchas de Terra Roxa Estruturada²⁴. São terras capazes de suportar uma agricultura de ciclo anual desde que tomadas as providências em termos de práticas de controle de erosão e rotação de culturas. Para elas foi recomendado um manejo de solo pouco desenvolvido mantendo-se áreas de preservação permanente em algumas encostas de declive acentuado.

Tipo c) Áreas mais planas, situadas nas chapadas de morros com declividade mais suave. Nelas predominam os Latossolos álicos, existindo nelas algumas ocorrências

²² Solos minerais, pouco desenvolvidos, com grande quantidade de cascalhos, calhaus e matações, pouco ou nada decompostos (EMBRAPA, 1984, p. 713).

²³ Solos de textura argilosa, profundos, sem problema de drenagem, aerados e permeáveis, possuem baixa fertilidade natural e apresentam elevados teores de alumínio trocável. Feitas a adubação e a calagem adequadas possuem bom potencial produtivo (EMBRAPA, 1984, p. 246).

²⁴ Solos minerais não hidromórficos. As variedades álicas dizem respeito a solos extremamente ácidos e de alta saturação de alumínio trocável (EMBRAPA, 1984, p. 340).

de lajes. São solos relativamente profundos com boa capacidade de armazenamento de água e com susceptibilidade a erosão mais reduzida.

Em termos gerais a Área I apresenta condições de fertilidade deficientes, com alta saturação de alumínio no solo (73,5%) portanto bastante ácido, com teores de cálcio e magnésio abaixo dos níveis críticos, baixo teor de potássio (em torno de 0,07 me/100 g solo), baixa disponibilidade de fósforo e altos teores de carbono.

Na Área II a saturação de alumínio ainda é alta (média de 26,1%), menos ácida que a Área I mas com teores de cálcio ainda em níveis críticos, alterando-se conforme a sua localização. Os teores de cálcio e magnésio variam de baixo a alto, os de potássio de médio a alto. O fósforo se apresenta com teores baixos e a matéria orgânica em níveis médios ou altos. Os teores médios de potássio nesta área estão em torno de 0,36 me/100 g de solo.

De acordo com o estudo de aptidão agrícola feito pelo Ministério da Agricultura para o Estado do Paraná —que serviu de base para o levantamento do quadro natural do assentamento, os solos encontrados na área são inadequados para assentamento de agricultores descapitalizados. Com relação à declividade o estudo citado coloca os solos do assentamento no nível de manejo C, isto é,

[...] baseado[s] em práticas agrícolas que refletem um alto nível tecnológico. Caracteriza-se pela aplicação intensiva de capital e de resultados de pesquisa para manejo, melhoramento e conservação das condições das terras e das lavouras. A motomecanização está presente nas diversas fases da operação agrícola (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 1981, p. 109).

Complementarmente, o fato de serem solos álicos²⁵, ou seja, exigentes de altos investimentos para correção e adubação (EMBRAPA, 1985, p. 242), também os torna impróprios para um assentamento da reforma agrária, para onde vão pessoas basicamente desprovidas de recursos. Exemplo eloquente disto são os assentamentos feitos para

²⁵ Solos que apresentam alto teor de alumínio trocável, isto é, que são muito ácidos.

agricultores expropriados pelas barragens, cujos lotes são entregues para os assentados já corrigidos e com toda a infra-estrutura pronta (casa, galpão, proteção de fonte, curvas de nível, mais adubo e semente). Ratificando as informações fornecidas pelo relatório técnico anteriormente citado, os motivos alegados para a saída do lote (ver Tabela 4) vão refletir os aspectos financeiros da dificuldade representada pelas sucessivas frustrações de safra. O presente estudo pode coletar depoimentos como os que seguem:

Vontade de trabalhar não me falta. Eu, a mulher e os filhos trabalhamos desde que amanhece até o anoitecer. Mas falta dinheiro pró tal do calcário e sem o tal do calcário a terra não dá nada. (Entrevista 39).

Nós viemos pra cá pra trabalhar. Ninguém esperava vida boa. A gente sabia que o trabalho ia ser duro, por que ia ter que formar tudo, roça, pasto, casa, mangueira, chiqueiro, galinheiro, derrubar mato, abrir picada... E a gente veio com uma bruta vontade de trabalhar, porque ia trabalhar pra gente mesmo, sem dividir nada com ninguém. Era gente nova numa terra nova. Aí veio os técnicos falando em botar aquele mundo velho de calcário, e veio os financiamento que era pra fazer dar certo mas que chegava atrasado... e tudo foi dando errado, e não sobrou nada da lavoura... só os calos na mão e um peso nas costas... (Entrevista 17).

Trabalhamos muito aqui. Veio o financiamento, foi colocado adubo, calcário e muito suor, e nada foi suficiente. Isso aqui é terra pra rico, que põe toneladas e mais toneladas de produto químico e todas as máquinas que for preciso. Então a terra vira uma cadeira pra planta se desenvolver, no lugar da terra fica o adubo. Esses ganham dinheiro. Esta terra não serve pra reforma agrária. Terra de reforma agrária tem que ser terra boa, que não precise de químico nem de máquina, ou, se precisar, tem que ser em cooperativa. Nós aqui ainda temos que aprender muito pra dar certo. (Entrevista 24).

Quando nós viemos tinha a decisão de trabalhar, e trabalhamos demais. Mas a dificuldade era tão grande, tão grande que nós não aguentamos. Aí veio ajuda do governo. Veio uns financiamento pequenininho, uns tal de Finsocial, e veio dinheiro da LBA e da SETA. Tudo coisa pequena. Ajudou a gente, compramos comida e mais umas ferramentas que faltavam. Então apareceu uma conversa que o movimento ia conseguir um financiamento grande pra investimento, um tal de PROCERA. Conseguiu. Só que veio tudo atrasado. Foi uma desgraça. Quando o dinheiro chegou muita gente comprou comida, porque um colono não consegue ver os filho passando fome. Aí esses entraram pra lista negra do banco e não conseguir mais nada. Outros simplesmente não conseguiram comprar o que tinham planejado e ficou tudo pela metade. Na minha opinião o PROCERA só atrapalhou. (Entrevista 54)

Estes depoimentos dão conta de que havia, para muitos, uma firme decisão de permanecer no lote e fazer com que a propriedade "desse certo" (depoimento), isto é, se tornasse produtiva. Esta decisão só foi derrotada pelo absoluto insucesso financeiro do empreendimento.

TABELA 4 - MOTIVOS ALEGADOS PARA A SAÍDA DO ASSENTAMENTO

MOTIVO ALEGADO	%
Vizinhança	2 = 4%
Espaço (local, clima, etc.)	4 = 8%
Decepção com as lideranças	4 = 8%
O assentamento não correspondia ao que planejara	10 = 20%
Não se adaptou à forma de organização	14 = 28%
Insuficiência de lucros	17 = 34%

Fonte:- Pesquisa de campo (1985 - 1987)

Apontando nessa mesma direção a Tabela 5 mostra os dados de produtividade do assentamento comparados com os do município, em que fica visível a superioridade das médias municipais, nas culturas de milho e arroz. A diferença entre as médias na cultura do feijão das águas não é tão expressiva, muito provavelmente devido à tradição dos agricultores vindos para o Vitória da União nesta cultura. A tabela em questão foi elaborada a partir de dados adaptados da tabela que fez parte do primeiro registro escrito²⁶ acerca do Projeto de Assentamento Rural Vitória da União, com as informações do DERAL/SEAB para a safra de 1986/1987 (EMATER-Paraná, 1991, p. 09).

²⁶ Este registro foi feito pelo Engenheiro Agrônomo Jairo Kroepff Borges, na época Chefe do Escritório Regional da Etnater de Pato Branco. A atualização dos dados foi fornecida por Lady Trembulak Nascimento, secretária do Escritório Local de Mangueinnha.

TABELA 5 - PRODUTIVIDADE MÉDIA E ÁREA PLANTADA MÉDIA DAS PRINCIPAIS CULTURAS ANUAIS NA ÁREA DO ASSENTAMENTO E NO MUNICÍPIO.

Cultura	Ano	Média do assentamento		Média municipal	
		Área plantada	Produtividade (kg/ha)	Área plantada	Produtividade (kg/ha)
Milho	1986	1.343 ha	1.500 kg/ha	13.500 ha	1.800 kg/ha
	1987	1.850 ha	1.650 kg/ha	16.500 ha	2.358 kg/ha
Feijão das águas	1986	370 ha	560 kg/ha	2.500 ha	600 kg/ha
	1987	444 ha	498 kg/ha	4.500 ha	518 kg/ha
Arroz	1986	185 ha	720 kg/ha	1.800 ha	800 kg/ha
	1987	222 ha	720 kg/ha	1.800 ha	1.800 kg/ha

Fonte. Dados adaptados de EMATER-Paraná e SEAB/DERAL - Ano 1986/1987

As enormes dificuldades encontradas no tocante ao encaminhamento do trabalho na lavoura propriamente dita, como a necessidade de investir enormes somas em correção de solo; a exigência de muitas horas de trabalho árduo para vencer a espessa camada de raízes de taquara; o grande número de pedregulhos soltos à flor da terra, próprio daquele tipo de solo; o depauperamento orgânico em que se encontravam os agricultores depois de um ano de acampamento e de condições muito precárias de reprodução da vida aliaram-se ao fato de que as pessoas que vieram para o P.A.R. Vitória da União estavam habituados, em suas comunidades de origem, com solos de Níveis de Manejo A²⁷ e B²⁸, ou seja, fortemente declivosos, admitindo no máximo tração animal e com alta fertilidade natural,

²⁷ Baseado em práticas agrícolas que refletem um baixo nível tecnológico. Praticamente não há aplicação de capital para manejo, melhoramento e conservação das condições das terras e das lavouras. As práticas agrícolas dependem do trabalho braçal, podendo ser utilizada alguma tração animal, com implementos agrícolas simples (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 1981, p. 109).

²⁸ Baseado em práticas agrícolas que refletem um nível tecnológico médio. Caracteriza-se pela modesta aplicação de capital e de resultados de pesquisas para manejo, melhoramento e conservação das condições das terras e das lavouras. As práticas agrícolas estão condicionadas principalmente à tração animal (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 1981, P. 109).

e não sabiam trabalhar de outra forma que não fosse o "baixo nível tecnológico". Isto posto, a grande demanda de capital para correção do solo, reforçando os fatores sociais e culturais, talvez tenha sido o principal motivo do insucesso de parte das famílias assentadas.

4.2.2 Fatores Exógenos e Endógenos na Dinâmica do Assentamento

O Projeto de Assentamento Rural Vitória da União foi o primeiro assentamento, no Paraná, assumido pelo Governo do Estado e nascido de uma ocupação de terras feita nos moldes de uma estratégia definida pelos agricultores numa decisão coletiva. Desta perspectiva pode-se observar que muitas das iniciativas postas em prática vinham de modelos colhidos fora do assentamento. A estrutura de comissões utilizada no acampamento (Figura 1) e depois no assentamento (Figura 2) é um exemplo deste tipo de decisão. Outras iniciativas foram levadas avante para fazer frente às pressões exercidas pela população circunvizinha. A estratégia de compras coletiva levada a efeito quando da liberação do primeiro financiamento é uma amostra deste tipo de decisão. Uma outra classe de ação grupal pode ser detectada no modo operacional do assentamento. Trata-se das ações que foram tomadas a partir do reconhecimento de uma demanda própria da realidade local. A composição das comissões específicas (Educação e Saúde) foi o resultado deste tipo de desdobramento.

De um modo geral, entretanto, uma variável é exógena enquanto modelo, mas torna-se endógena quando objeto internalizado pelo grupo. Muitos aspectos da vida no assentamento Vitória da União foram modelos importados da experiência anterior ou reflexos do que então era visto fora do assentamento como algo para ser imitado ou ser evitado. A participação no sindicato de trabalhadores rurais local foi uma questão longamente discutida. A experiência anterior dizia que o apoio do sindicato era importante, desde que fosse um sindicato que apoiasse a reforma agrária. Não era o caso de Mangueirinha, que tinha um sindicato nitidamente controlado pelos latifundiários. A

opção foi por continuar recebendo orientação das diretorias dos sindicatos de onde eram originários. As comissões de serviço foram moldadas em matrizes copiadas de outras experiências e, assim, muitas outras estratégias utilizadas pelo grupo dos assentados no Vitória da União.

A organização dos assentados em comissões, por exemplo, veio do período em que estiveram acampados às margens da rodovia que dá acesso ao município de Mangueirinha. Ao tempo do acampamento as comissões estavam distribuídas em um patamar horizontal e tinham, principalmente, dois efeitos: manter o pessoal ocupado e prover a segurança do acampamento. A decisão de manter o pessoal ocupado estava relacionada com a preocupação de não permitir a deterioração moral do grupo, e a segurança estava ligada a não permitir que elementos estranhos pudessem impingir ao grupo ações que lhe fossem prejudiciais. A distribuição dos trabalhos no período de acampamento ficou estruturada em dezesseis equipes, definidas em assembléia conforme pode ser visualizado na Figura I e cujas funções são explicadas no Anexo II.

A organização dos assentados em comissões, por exemplo, veio do período em que estiveram acampados às margens da rodovia que dá acesso ao município de Mangueirinha. Ao tempo do acampamento as comissões estavam distribuídas em um patamar horizontal e tinham, principalmente, dois efeitos: manter todas as pessoas do grupo ocupadas e prover a segurança do acampamento. A decisão de manter as pessoas ocupadas estava relacionada com a preocupação de não permitir a deterioração moral do grupo, enquanto a comissão de segurança, além de impedir a entrada de pessoas indesejadas no acampamento, estava ligada a não permitir que elementos estranhos pudessem impingir ao grupo ações que lhe fossem prejudiciais. A distribuição dos trabalhos no período de acampamento ficou estruturada em dezesseis equipes, definidas em assembléia conforme pode ser visualizado na Figura I e cujas funções são explicadas no Anexo II.

O período de transição entre o acampamento da rodovia, chamado de Acampamento da Ganhada Funda, e o assentamento propriamente dito foi marcado por

outro acampamento, este dentro das terras desapropriadas mas ainda não nos lotes definitivos. Neste intervalo foram entabulados os entendimentos que deram origem à estrutura final de comissões, como ficou funcionando no assentamento. Sugerida pelas assessorias sindicais e pela ASSESOAR, passou a vigorar para o assentamento modificada de acordo com as circunstâncias.

A Comissão Central acabou incorporando a maioria das outras, assumindo algumas de suas funções e, composta de representantes de todas as comunidades, passou a ter representatividade para todo o assentamento. A Comissão de Saúde englobou a Comissão de Higiene. As Comissões de Mães, de Jovens e de Lazer passaram a compor a Comissão de Educação. Tanto a Comissão de Saúde como a de Educação estavam compostas com o mesmo critério de composição que a Comissão Central, isto é, com representação por comunidade. A escolha era feita em assembléias por comunidade nas quais eram eleitos três nomes: o mais votado ia para a Comissão Central, os outros dois dividiam-se entre as duas outras comissões. Enquanto a Comissão Central resolvia os problemas mais gerais, arbitrando algumas das questões internas, as Comissões de Saúde e de Educação encaminhavam os assuntos específicos de sua alçada, como levar à autoridade municipal as reivindicações de postos de saúde e escolas nas agrovilas²⁹, bem como a de que os cargos de professores nas escolas do assentamento fosse ocupado por assentados que tivessem habilitação para tanto. Até o fim do recorte de tempo focalizado no presente estudo ainda estava em vigência esta mesma estrutura, funcionando como espinha dorsal da organização dos assentados.

Também a distribuição espacial dos assentados nos lotes obedeceu a critérios relacionados aos municípios de origem. Embora a ocupação do Imóvel Imaribo tenha sido planejada e encaminhada pelo então MASTES (precursor do MST no Sudoeste do Paraná), as famílias que foram finalmente assentadas vieram tanto do Sudoeste quanto do

²⁹ De acordo com o projeto do INCRA estas agrovilas deveriam funcionar como sede das residências dos agricultores, sendo que estes trabalhariam nos lotes mais distantes. Por efeito de extensas

Oeste do Estado, em função de negociações posteriores entre o movimento e o governo, face ao tamanho do imóvel.

FIGURA 1 - HIERARQUIA UTILIZADA PELOS AGRICULTORES AO TEMPO DO ACAMPAMENTO DENTRO DO IMÓVEL (1384)

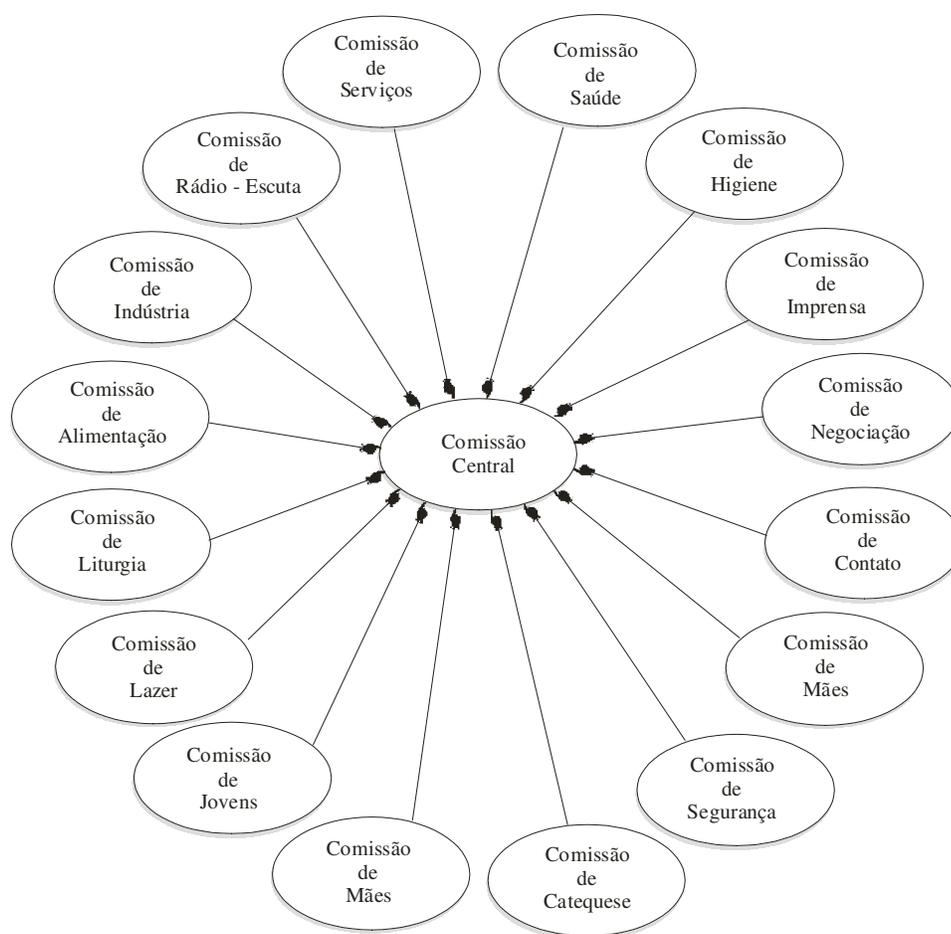


Figura 1 - Estrutura horizontal e circular de comissões ao tempo do acampamento da Canhada Funda. Esta estrutura tinha dois objetivos: (a) manter o pessoal todo ocupado, e (b) sustentar a infra-estrutura e garantir a segurança dos acampados.

Primeiramente a destinação das propriedades ficou submetida ao critério que privilegiava o município de origem dos assentados. Entre os analisados nesta pesquisa a

negociações as agrovilas passaram a funcionar como sedes de comunidades, abrigando a infraestrutura grupai necessária, como capela, posto de saúde, escola, campo de futebol, cancha de bocha. etc.

maioria (88%) ficou junto das famílias de suas antigas comunidades, sendo que parte destes ficou onde foram recebidas famílias de origens diferentes (52%). Foram para agrupamentos diferentes do seu município de origem 12% dos analisados.

FIGURA 2 - HIERARQUIA UTILIZADA PELOS ASSENTADOS NOS PRIMEIROS ANOS

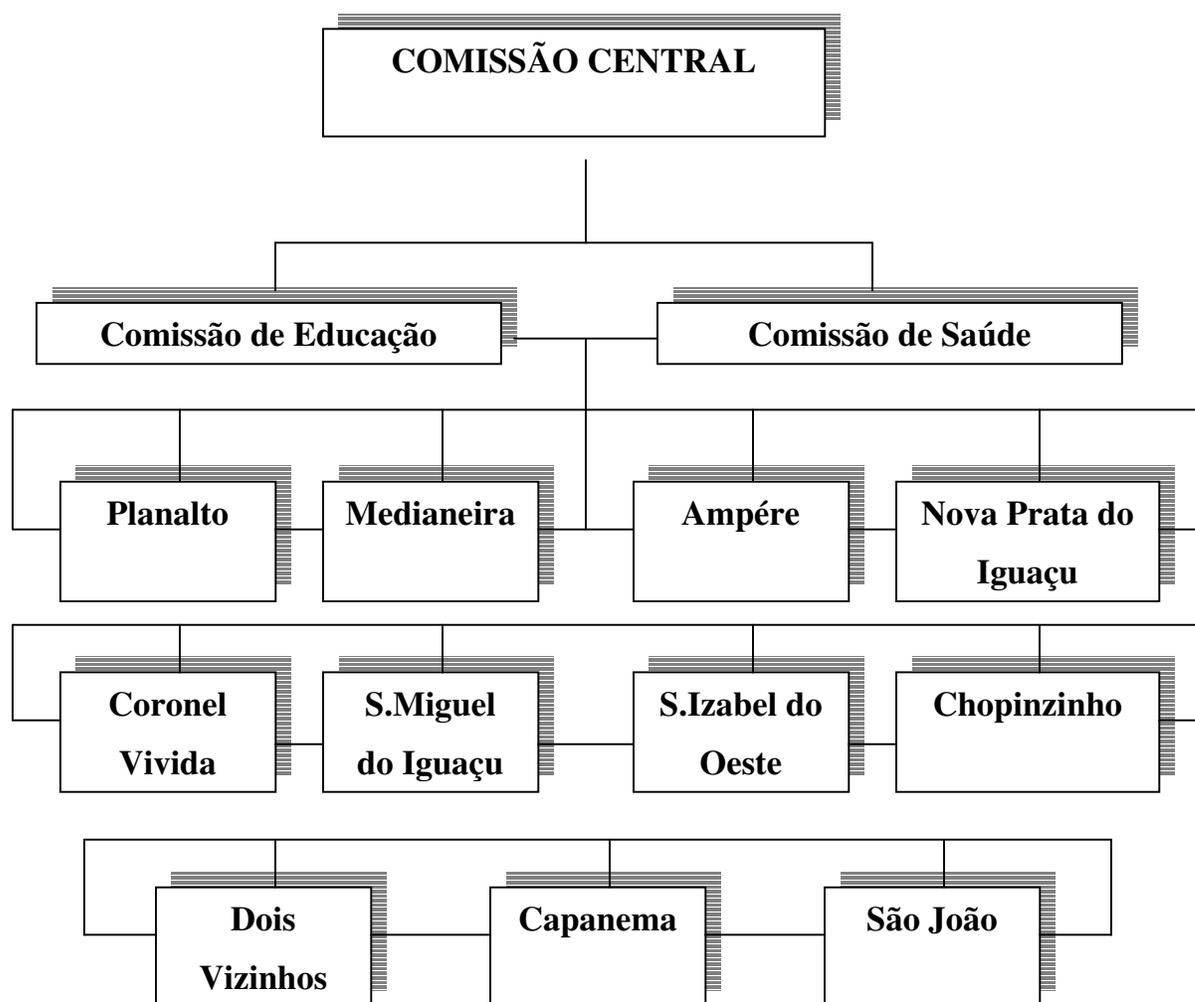


Figura 2 - Organograma da hierarquia utilizada pelos agricultores que formariam, depois, o assentamento, enquanto acampados às margens da rodovia que conduz à sede do Município de Mangueirínha - PR.

Foram alocadas no P.A.R. Vitória da União várias famílias que não estiveram nem na ocupação nem nos acampamentos posteriores, a saber, três famílias vindas da Fazenda Anoni, Marmeleiro/PR, acolhidas pela comunidade de Ampere, uma família de São Jorge, acolhida pelo grupo de São João, e uma família de Nova Prata do Iguaçu, acolhida por Planalto todas por decisão da própria comunidade e aprovadas pela Comissão Central. O grupo de Medianeira era o mais diversificado em termos de origem. Várias famílias estavam ali agrupadas, independente da origem, por terem participado da ocupação e do despejo da Fazenda Mineira, também em Medianeira.

Um caso totalmente atípico foi a inclusão de 11 famílias de Mangueirinha, que foram para o assentamento por exigência do pároco católico local. Esta inclusão foi exigida como contrapartida da mediação exercida pelo padre, em nome da Igreja Católica, para que os agricultores recebessem ajuda financeira da ONG alemã Misereor, a qual exige sempre a anuência da paróquia em que se está localizado o beneficiário da ajuda.

Algumas questões anteriores ao assentamento foram encontradas no exame da história de vida dos assentados. Uma delas diz respeito ao tamanho das famílias que vieram para a ocupação e, depois, para o assentamento. Os agrupamentos familiares assentados contavam, em médio, com aproximadamente seis pessoas. O segmento masculino era levemente predominante (54%). A distribuição dos assentados por sexo e por faixa etária pode ser visualizada na Tabela 6.

TABELA 6 - DISTRIBUIÇÃO DOS ASSENTADOS POR SEXO E POR FAIXA ETÁRIA

	Menos de 14 anos	Entre 14 e 18 anos	Entre 18 e 59 anos	Mais de 59 anos
Homens	23,5 %	9,5 %	45,5 %	1,5%
Mulheres	24,0 %	9,2 %	49,1 %	1,7 %

Fonte: Emater-Paraná - 1985

Este fator, aliado à presença de pessoas jovens, fortes e, na maioria, casadas (92,5%) vem demonstrar que aqueles que se engajaram no movimento sabiam que iriam enfrentar um período de trabalho muito duro.

Participar da organização de uma ocupação de terras, gesto a princípio ilegal, não configura apenas uma aventura inconsequente. Ao contrário, manifesta o drama em que se transforma a vida de um grupo familiar alijado de sua condição habitual. A maioria absoluta dos assentados foram, antes de passar pela condição de sem-terras —e mesmo tendo vivido experiências urbanas — profundamente enraizados em alguma paisagem rural. Embora alguns autores considerem-nos como parte de um mundo sem formato definido, fascinados pela modernidade mas atrelados às características e à ética própria do seu modo de vida, ou mesmo conservadores (HOBSBAWN, s. d., apud BRANDENBURG, 1998), porquanto têm em vista apenas o seu interesse imediato, nem por isto esses agricultores deixam de ter uma lógica e uma dinâmica próprias, de conformidade com o seu modo de vida.

A preservação, na medida do possível, das comunidades de origem, tinha a intenção de funcionar como uma forma de confirmar o sentimento de pertença. Entre os motivos alegados de saída são encontrados argumentos como "tinha gente estranha na minha linha³⁰ e não me acertei com eles" (Depoimento 32), ou "me puseram junto com um pessoal que eu não conhecia, então não pude me adaptar" (Depoimento 142).

Em outra ponta, a experiência anterior de terem sido expropriados da terra pela chamada modernização da agricultura fazia com que houvesse uma forte resistência em aceitar inovações, de um lado diferentes dos métodos a que estavam habituados e com os quais sentiam-se seguros, de outro representativas das "modernices" que fizeram a "desgraça" (Depoimento 05) de tantos. Assim, a recusa de um assentado em aceitar a instalação da energia elétrica (Depoimento 78) em sua propriedade não significa apenas a recusa do melhoramento como tal, mas a recusa de um modelo excludente que o expropriou no passado recente.

³⁰ Linha : Expressão utilizada pelos agricultores da região de Francisco Beltrão para designar a comunidade a que estão ligados. Guarda uma referência às propriedades que estão situadas às margens da mesma estrada, isto é, os lados direito e esquerdo de uma mesma estrada formam uma linha. Geralmente a capela, a escola e o centro comunitário estão construídos no ponto central da linha.

O modo de vida camponês possui, em sua dinâmica, para além do uso exclusivo da mão de obra familiar, um profundo enraizamento na terra em que trabalha, e que lhe retorna não só na renda auferida como também na propriedade produtiva e eficiente. Para um expropriado sair para o assentamento era como reinventar o próprio rosto com os traços que trouxera do passado. Era esta a lógica que os assentados buscavam ao assumirem o assentamento como sua nova comunidade.

Em contrapartida a lógica proposta pelo movimento sindical e pelas assessorias para o assentamento obedecia ao modelo produtivista de atendimento às demandas de mercado, em consonância com o modelo de desenvolvimento implementado pelos órgãos governamentais. Confirmando uma das hipóteses apresentadas neste estudo, uma vez trasladados para a nova terra nem todos os assentados conseguiram interiorizar a nova lógica, permanecendo num projeto de vida marcado pelo anseio de uma autonomia individual, mais próxima do que ALMEIDA (1999, p. 163) chama de "autonomia camponesa", ou da utopia nominada por BRANDENBURG (1998, p. 92), ou ainda, da autonomia demográfica, social e econômica citada por WANDERLEY (1996). Ainda conforme WANDERLEY (1996) a autonomia idealizada pelos assentados deve ser capaz de prover a subsistência do grupo familiar tanto no nível imediato, que é o da subsistência como no nível da reprodução do grupo familiar pelas gerações subsequentes. Da interação destes dois níveis resulta na construção de seus traços mais significativos: a especificidade de seu sistema de produção e a centralidade da constituição do patrimônio familiar (WANDERLEY 1996).

A agricultura familiar, enquanto "forma específica de produção" (WANDERLEY, 1995) não foi exatamente a pauta do projeto "moderno-camponês" idealizado pelas lideranças para os assentados, como forma de construir uma vida melhor, mais eficiente porém subordinada "às aspirações do agricultor enquanto ser individual" (BRANDENBURG, 1999, p. 282).

Há um ressurgimento do agricultor familiar como tema de debate, mas ele não é, absolutamente, um novo ator no cenário rural, totalmente diferenciado do homem do

campo mais tradicional. Tampouco é este camponês antigo travestido de produtor moderno. As particularidades que compõem a figura do agricultor familiar estão presentes no projeto do agricultor assentado a partir de um divisor de águas mais nítido. Se, de um lado, a agricultura familiar incorpora em seu bojo formas específicas e particulares (WANDERLEY, 1996) do outro, o campesinato engloba um modo de agir e trabalhar que compõe um estilo de vida, enquanto microcosmo, e uma forma particular de relacionar-se com o conjunto da sociedade na sua feição de macrocosmo (HOBSBAWN, s. d.), citado por BRANDENBURG (1998, P. 86).

Para reproduzir-se a agricultura familiar deve adaptar-se aos parâmetros sócio-econômicos pelos quais se orientam as sociedades em que se inserem, operacionalizando importantes retomadas de rumos em seus projetos, em seus valores e em sua forma de produzir. O assentamento é uma manifestação desta necessidade. Não só a forma de ocupação da terra é inovadora. As formas de cultivo e de trato com a natureza, de um modo geral, também obedecem ao um modelo diferenciado. Dentro deste contexto, o modo como as unidades familiares e as comunidades irão relacionar-se também irão se destacar pela diversidade. O agricultor assentado, assim como o agricultor moderno, não opera uma ruptura radical com as formas anteriores. Ele preserva grande parte de seus valores, de seus princípios e de suas cognições, adaptando-se, ao mesmo tempo, ao novo ambiente.

Conforme Hugues Lamarche "a agricultura familiar não é um elemento da diversidade, mas contém, nela mesma, toda a diversidade" (LAMARCHE. 1993:14). A forma camponesa da agricultura familiar se configura em uma forma social desta (WANDERLEY, 1996), ou seja, também está alicerçada sobre o tripé propriedade, trabalho e família. São as suas especificidades que a colocam no interior do conjunto maior da agricultura familiar e que dizem respeito aos objetivos da atividade econômica, às experiências de sociabilidade e à forma de sua inserção na sociedade global (WANDERLEY, 1996). As cinco características que Henri Mendras identifica nas sociedades camponesas, que são: (a) uma relativa autonomia face à sociedade global; (b)

a importância estrutural dos grupos domésticos; (c) um sistema econômico de autarquia relativa; (d) uma sociedade de interconhecimentos e (e) a função decisiva dos mediadores entre a sociedade local e a sociedade global (MENDRAS, 1976) também apontam para o fato de que o agricultor assentado possui um projeto e que este está ligado à agricultura familiar.

Presos ao passado por suas heranças e por sua vontade de reproduzir os elementos de segurança do seu modo de vida anterior mas chamados ao futuro pela mesma situação que os fez abandonar a segurança de antes todos os agricultores assentados no Vitória da União, tanto lideranças quanto liderados, não foram capazes de liberar-se da teia de contradições que caracterizou o início do assentamento. Observando o leque de motivos que ocasionaram as saídas dos lotes vê-se, por exemplo, pessoas que deixaram as suas terras porque não suportavam a liderança forte, e lideranças que foram para outros assentamentos em busca da experiência coletiva que não foi possível realizar no Vitória da União.

Em consequência de inúmeras reflexões em que se fazia notar a necessidade de buscar alternativas para as tecnologias utilizadas pela agricultura moderna foi chamada a atuar no assentamento a empresa de pesquisa do Governo do Estado, o IAPAR -Instituto Agronômico do Paraná. Experimentados nos fracassos da modernização agrícola caracterizada pelo uso intensivo de insumos e implementos, a maioria dos assentados respondeu inicialmente de modo positivo aos apelos das assessorias no sentido de produzir de modo mais racional e ecológico. Foram instaladas várias unidades de produção e de demonstração ligadas à pesquisa oficial, e muitos assentados passaram a atuar como monitores ou se associaram a eles, na expectativa de encontrar a forma de plantar e produzir com racionalidade.

No mesmo propósito articulou-se a venda dos produtos do assentamento diretamente a associações de moradores ou, de um modo geral, ao consumidor, com o objetivo de eliminar o intermediário. O Governo do Estado, através da Secretaria de

Agricultura, chegou a designar um funcionário para articular os contatos entre assentamento e consumidores.

Seguindo este fio condutor vinte e três associações foram articuladas e fundadas, no objetivo de dar sustentação econômica aos assentados, fortalecendo o indivíduo com a coesão do grupo. Ao mesmo tempo estimulavam-se todas as formas possíveis de trabalho conjunto, notadamente os mutirões, buscando a reeducação dos assentados para a solidariedade do coletivo.

Embora se configurando como uma continuidade da "condição camponesa" (WANDERLEY, 1996), o projeto de implantação de uma agricultura familiar no assentamento ofereceu dificuldades para alguns assentados, possivelmente porque não se conseguiu atender aos elementos da condição camponesa que continuaram necessários para aqueles agricultores.

4.3 CONFLITOS NA DINÂMICA DA ORGANIZAÇÃO E ABANDONO DO ASSENTAMENTO

A lógica que orienta o MST no chamamento que é feito aos trabalhadores em direção à ocupação de terras tidas como ociosas é diferente da lógica que orienta o trabalhador a participar da ocupação e, depois, do assentamento. Há um conflito efetivo surgido entre a luta pela Reforma Agrária, coletiva, abrangendo o conjunto da sociedade e de acordo com o ideário do MST, e o trabalho diário pela viabilização da unidade de exploração familiar dentro do assentamento, em um contexto em geral desfavorável. Este conflito torna-se palpável quando toca no âmbito do financeiro. Este é um momento de afastamento para alguns agricultores.

O indivíduo que se engaja em uma luta pela posse da terra vive um momento psicológico singular. É um momento absolutamente contraditório: de um total desespero, de um lado, e de uma esperança quase irracional do outro. Inquirido sobre suas razões de ir para a ocupação um agricultor de Ampere declarou que ia porque "nada tinha a perder" (Depoimento 09). A situação que seria encontrada no futuro assentamento era

extremamente inóspita. Para sustentar o ânimo e prosseguir na luta, agora para consolidar a decisão tomada, era preciso acreditar e assumir o discurso do movimento em defesa da reforma agrária. Palavras como trabalho comunitário, coletivização, áreas de plantio comum eram repetidas inúmeras vezes, mas passavam por um patamar superficial do conhecimento, sem que sua compreensão fosse internalizada.

Por outro lado, é preciso compreender que tanto alguns agricultores familiares quanto os assalariados fixos e temporários, têm grande dificuldade em modificar seu modo de produção em lapso de tempo muito breve. Sua capacidade de adaptação, tanto às exigências do mercado como aos meios técnicos necessários para produzir na nova realidade é bastante lenta. Os processos lógicos de apreensão das novas informações e de sua re-elaboração na forma de conhecimento próprio (aquisição do conhecimento) são mais demoradas para as populações adultas rurais, visto que estão mais familiarizados com a utilização de sua capacidade braçal de trabalho que com sua capacidade mental. Estes trabalhadores, ao assumirem seus lotes no assentamento e, com eles, sua condição de proprietário, nem sempre conseguem assumir a lógica correspondente, que é a da agricultura familiar, integrando a propriedade ao mercado no sentido de viabilizá-la como opção de sobrevivência. Alguns retomam à condição anterior, ou seja, reassumem a antiga lógica de subsistência, mais próxima da condição camponesa. Foram localizados ex-assentados do Vitória da União vivendo como catadores de lixo, em Pato Branco; como bóias-frias, em Nova Prata do Iguaçu e em Laranjeiras; como servente de pedreiro em Curitiba; como auxiliar de motorista de caminhão, em Francisco Beltrão; como ajudante de aviário, em Dois Vizinhos, e assim por diante.

A Tabela 7 mostra o número de assentados que abandonou o lote em comparação com o total de famílias assentadas. Notam-se algumas singularidades. Na análise dos que saíram do assentamento nos primeiros anos vêem-se os menores percentuais de egressos nos oriundos de municípios vieram de onde o movimento sindical era mais forte, da

corrente denominada sindicalismo combativo³¹, como foi o caso de São Miguel do Iguaçu, Planalto e Capanema. Também observaram-se percentuais baixos entre os municípios de onde vieram as famílias mais pobres, como Ampere, Dois Vizinhos e Nova Prata do Iguaçu. Os maiores índices de egressos ocorreram entre as famílias vindas de municípios onde o movimento sindical era mais frágil, como Chopinzinho, Cel. Vivida e São João.

Com relação ao município de São João é interessante notar que se tratava da adesão mais recente à orientação da ASSESOAR. Embora já tivesse passado pelos cursos e seminários da entidade a liderança ainda não tinha tido tempo de implantar no campo o que havia se proposto ao juntar-se à ala sindical que dava apoio às ações que tinham em vista a luta por terra no Sudoeste. Havia um grande esforço por parte da liderança, entretanto este esforço era neutralizado pela incipiência do estilo de sindicalismo chamado combativo, presente nos sindicatos da fronteira³². Também saíram percentuais maiores de onde a interferência política era mais forte, como Santa Izabel d' Oeste. Isto mostra o quão importante é a experiência em participação de estruturas de ação coletiva. Os agricultores que vieram de municípios onde os sindicatos da categoria eram mais atuantes adaptaram-se com maior facilidade às exigências da vida em acampamentos e às agruras dos primeiros tempos de assentamento, quando o trabalho encetado foi quase um desbravamento. Também tinham maior clareza quanto aos objetivos do movimento e aos seus próprios objetivos e de sua família. O agrupamento que marcou um número médio de egressos foi o de Medianeira, que reunia famílias de diversos municípios e que havia ocupado e sido despejado da Fazenda Mineira.

³¹ Assim se autodenominava a facção sindical que defendia o desatrelamento dos sindicatos da orientação do governo.

³² Havia um confronto na época, entre os sindicatos atrelados ao governo e mais preocupados com o atendimento da saúde e os sindicatos chamados combativos, comprometidos com as questões gerais da agricultura, inclusive a questão da terra, para os quais o atendimento da saúde era atribuição do governo e por este tinha que ser cumprida.

TABELA 7 - FAMÍLIAS QUE SAÍRAM AO FIM DE DOIS ANOS DE ASSENTAMENTO (1985 -1987)

COMUNIDADE	N.º DE FAMÍLIAS POR COMUNIDADE	FAMÍLIAS QUE SAÍRAM DO ASSENTAMENTO	
		Total de egressos	Egressos analisados
01 -Medianeira	84	21 (25%)	13 (15%)
02 - São Miguel	45	9 (20%)	5(11%)
03 - Planalto	17	3 (18%)	2 (12%)
04 - Santa Izabel	17	6 (35%)	2 (12%)
05 - D. Vizinhos	24	5 (21%)	5 (21%)
06 - Nova Prata	59	11 (19%)	6 (10%)
07 - Chopinzinho	14	5 (36%)	2 (14%)
08 - Cel. Vivida	17	7 (41%)	4 (24%)
09 - São João	32	10 (31%)	6 (19%)
10 - Ampere	31	5 (16%)	2 (6%)
11 - Capanema	35	6 (17%)	3 (8%)
TOTAL	375	88 (23,46%)	50 (13%)

Fonte. Pesquisa de campo - 1985 /1987

A organização social que se mostrou embrionária no assentamento não foi aceita por parte dos assentados. A hierarquia existente no assentamento impõe um vínculo de subalternidade que revela os conflitos da subserviência. O que antes era velado pela relação de compadrio ou de parentesco agora é visível na relação com a liderança. Embora movidos pelo modelo comunitário de organização social calcados nas relações de solidariedade próprias das comunidades rurais naturais (BRANDENBURG, 1998), e talvez porque a afirmação do sujeito necessite do entorno social (TOURAINÉ, 1996) para se configurar, o agricultor "resiste e afirma ao mesmo tempo por seu particularismo e seu desejo de liberdade, isto é, criação de si mesmo como ator, capaz de transformar seu meio ambiente" (TOURAINÉ, 1996, p. 24). Dentro deste entendimento é possível compreender por que, entre os que saíram do assentamento, 20% assumia que seu projeto de vida era

diferente do que foi proposto pelas lideranças e 28% não se adaptou à forma de organização implementada. Trinta e quatro por cento (34%) saiu por motivos econômicos, isto é, desistiram do lote porque não obtiveram compensação financeira suficiente para garantir a reprodução do grupo familiar.

Mais da metade (56%) dos que abandonaram seus lotes declararam motivos para não voltar a viver em outro assentamento. Para a maioria destes o desejo de autonomia em suas diferentes feições (ALMEIDA, 1999) é incompatível com a prática de uma liderança forte como foi o caso do assentamento Vitória da União, em muitos momentos invasiva e autoritária. A proposta coletivista, embora aceita pela maioria antes do assentamento, transformou-se em obstáculo depois. Aparentemente, para alguns assentados, aceitar o discurso da Reforma Agrária era uma forma de garantir a posse de um lote. Uma vez efetivada esta posse, e ao se ver diante da possibilidade de ter que colocar os rendimentos em comum para depois dividi-los, o discurso mudava para um eixo mais individualista. Concretizar um assentamento vai muito além da ocupação e da imissão na posse. Os primeiros anos da existência de um assentamento significa enfrentar uma enorme resistência da comunidade onde o assentamento está fisicamente inserido e de um esforço de adaptação interna muito grande. É um tempo em que as primeiras alianças se desfazem e as divergências aparecem. Tudo isto significa risco e perigo. Para alguns egressos este fato foi determinante no processo de sua saída.

Conforme a afirmação de BRANDENBURG, "condição camponesa e modernos meios de produção combinam-se para sustentar a reprodução social desses agricultores, cuja identidade social é também e ao mesmo tempo construída a partir do modelo comunitário de organização social". (1998, p. 99)

A experiência no assentamento parece ter tornado claro o significado da luta pela terra para aqueles que dela participaram. Assumir o modo de vida dos assentados implica em assumir alguns aspectos da vida em comunidade, diferentes dos conhecidos até então. A procura por uma identidade social que inclua dignidade e autonomia continua, mas enquanto para alguns ela pode se dar dentro de um assentamento para outros só a

comunidade convencional pode fornecer o entorno social capaz de possibilitar a construção do sujeito enquanto ator social. Assim, 50% dos que não se adaptaram não pensava em ir para outro assentamento. Também não voltaria a viver em outro assentamento 59% dos que saíram por desacertos com a liderança ou com a forma de organização. Dos que achavam que seu projeto de vida era incompatível com o assentamento 70% não repetiria a experiência. Não gostaria de ir para um assentamento outra vez 44% dos que saíram por motivos econômicos.

Uma pequena parte dos que deixaram seus lotes já havia exercido cargos de liderança como membros do Sindicato dos Trabalhadores Rurais antes de virem para o movimento, e outra parte participou das Comissões na época do acampamento, bem como da Comissão Central no assentamento. Para estes a impossibilidade de fundar, desde o início, um esquema de trabalho coletivo foi o motivo da frustração. Estes foram para outros assentamentos em busca da coletivização.

Um outro complicador foi o tratamento diferenciado que os chamados ' assentamentos da Reforma Agrária' recebem do governo. Em muitos momentos esta diferença determinou o fracasso de ações pela sobrevivência dos assentados, como no caso dos primeiros financiamentos (PROCERA e FINSOCIAL), cujos recursos chegaram sistematicamente atrasados, tornando-se ineficazes para as safras dos primeiros anos.

Constatou-se também que havia falta de amadurecimento na preparação para a vida no assentamento. O Vitória da União foi o primeiro assentamento da reforma agrária no Paraná, e teve seus problemas resolvidos de improviso na grande maioria das vezes. Por outro lado, a maioria dos assentados recebeu assessoria especial durante os três anos imediatamente anteriores ao assentamento. Este preparo, no entanto, mostrou-se insuficiente. Muitos dos egressos estavam frustrados com a experiência. Haviam acreditado em um modo de vida ideal que não se realizou.

Completando este quadro observou-se que a convivência com pessoas originárias de outras comunidades tornou-se empecilho insuperável para alguns, impossibilitando a

permanência no assentamento, embora estes representassem uma pequena parcela dos egressos analisados.

Constata-se, pois, a partir das análises realizadas, que não há um perfil definidor do assentado que deixa o assentamento. A passagem da condição camponesa anterior ao assentamento para a condição de agricultor familiar assentado, dentro dos parâmetros oferecidos por ALMEIDA (1999, p. 164), no período de implantação do assentamento, é que possibilita que haja uma potencialização dos quatro principais fatores de saída, isto é, (i) insuficiência de lucros; (ii) inadequação de recursos externos trazidos para o assentamento; (iii) inadaptação do agricultor aos métodos de organização do assentamento e (iv) falta de amadurecimento para a vida em assentamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurou-se com este trabalho trazer à tona uma questão demasiado inquietante: a temática dos assentamentos rurais no Brasil, enfocada a partir dos eventos que levam famílias a deixarem o lote duramente conquistado, depois de terem conhecido as dificuldades de não se ter terra quando só se sabe trabalhar com a terra. Encarados muitas vezes como verdadeiros laboratórios de experiências sociais, os assentamentos têm mostrado a importância do espaço local como objeto de investigação em suas inter-relações com esferas mais amplas de atividades econômicas e de poder. O Projeto de Assentamento Rural Vitória da União, em Manguêirinha, Paraná, prestou-se muito bem a isto, no recorte que aqui foi utilizado, visto que foi o primeiro assentamento no Paraná, originário de uma ocupação de terras, na estratégia proposta pelo movimento dos trabalhadores rurais sem terra. Para além de uma recuperação do assunto na literatura corrente, este estudo pretende contribuir com o debate, apresentando uma problematização de aspectos como "preparação para a vida no assentamento" e de "relações econômicas com a área do assentamento", procurando destacar suas potencialidades para a reflexão sobre os assentamentos. Muito longe de ser um texto conclusivo, esta pesquisa trata apenas de constituir alguns marcos analíticos para uma investigação futura, mais aprofundada.

Muito embora a avaliação feita no Brasil acerca de movimentos sociais esteja quase toda calcada nos paradigmas norte-americanos e a última década tenha presenciado mudanças radicais em todos os pontos do planeta, a estrutura de ação coletiva que se convencionou chamar de Movimento dos Sem Terra, conhecida em todos os rincões do planeta, pode ser, não só chamada de movimento social como classificada como uma organização popular.

Numa visada desde o edifício teórico até o projeto de vida individual de cada assentado o que desponta é a recorrência, em todos os períodos da história brasileira, da ação sistemática da população rural pela posse da terra e a sua resistência contra a

expropriação e, a partir de 1920, do surgimento da reforma agrária como tema no debate político nacional. Variados papéis lhe foram atribuídos, defensores e aliados se lhe acoplaram, opositores se fizeram presentes e, ainda assim, antes e depois do golpe militar a reforma agrária continua em pauta.

Desde a segunda metade do século passado diferentes movimentos sociais e partidos políticos incorporaram ao seu discurso a demanda por reforma agrária, enquanto mediadores ou como protagonistas. Feita sob uma ótica de resistência na terra ou compreendida como a eliminação dos latifundiários enquanto classe, a proposta de reforma agrária sempre pretendeu a reformulação da estrutura fundiária e a redistribuição das terras entre os que nela quisessem trabalhar.

Os cenários da luta por terra no Brasil também foram diferentes. No campo institucional, na esfera legal ou nos enfrentamentos ostensivos a questão da reforma agrária cresceu e se firmou, trazendo para a superfície do debate alguns conceitos, cujos significados foram de extrema importância para o debate sobre a reforma agrária. Um destes, quicá o mais proeminente, foi o conceito de "latifúndio" como sinónimo de grande propriedade, mas carregado com a conotação de atraso tecnológico, improdutividade, equivalente de relações de poder, opressão e ausência de direitos.

Como coadjuvantes neste processo destacaram-se a Igreja Católica, as Centrais Sindicais e as organizações não governamentais, como forças aliadas aos demandantes de terra no país, desempenhando importante papel na publicização das lutas desenvolvidas em todo o território nacional.

As classes dominantes, detentoras do direito da maior parte das terras produtivas do país, jamais aceitaram a legitimidade da luta dos trabalhadores pela posse legal das terras. As entidades de representação patronal defendiam o direito irrestrito de propriedade, da utilização de terras unicamente públicas para efeito de assentamento de trabalhadores e, principalmente, da primazia da política agrícola sobre a agrária. Em sua perspectiva o melhoramento das condições de rentabilidade da agricultura se reverteria imediatamente em favor dos trabalhadores.

A bandeira da reforma agrária reocupou a cena pública, passando a fazer parte inclusive do programa do partido situacionista pós-golpe militar, expressando a verdade de que este tema, de fato, nunca esteve ausente do complexo de problemáticas próprias de nosso país. O Movimento dos Agricultores Sem-terra, MST, no entanto, emerge desta realidade investido de uma representatividade que, antes, nenhum movimento social no país logrou obter embora seja, historicamente, a continuidade das lutas das organizações camponesas que, há décadas, lutam por justiça social no campo e por reforma agrária.

Na esteira das ações localizadas que tiveram como motivação principal a luta por terra, surgiram, a partir dos anos 80, os chamados assentamentos da reforma agrária, para diferenciá-los dos assentamentos e reassentamentos organizados pelos governos federal e estaduais. Estes assentamentos, configurando-se em organizações mais formalizadas, representaram a face visível da organização maior que era o MST, em ambas presentes as características primordiais de hierarquia e cooperação.

Portador, no entretanto, de grandes e graves contradições ainda, o MST já tinha, embrionário que era ao tempo deste recorte, a vocação coletivista que apresenta hoje. A vanguarda do movimento enxerga na saída coletiva a solução para a fragilidade que significa o isolamento do agricultor familiar. Para eles, enquanto se está só se é fraco; quando em conjunto se é forte. Esta é a racionalidade em que se ancora todo o projeto coletivista do movimento dos sem terra. A experiência do Assentamento Vitória da União demonstrou que nem sempre esta racionalidade corresponde ao que o agricultor que adere ao projeto da ocupação para obter terra de trabalho espera para sua própria vida.

A entrada de 81 famílias provenientes do Sudoeste do Paraná e organizadas pelo MASTES - Movimento dos Agricultores Sem-terra do Sudoeste do Paraná, na noite de 22 de junho de 1984, no Imóvel IMARIBO, pertencente à indústria madeireira IMARIBO, enquadrado pelo INCRA - Instituto Nacional de Reforma Agrária, como latifúndio improdutivo e situado no então Município de Mangueirinha/PR, deu margem a que fosse implantado, dois anos depois, o Projeto de Assentamento Rural Vitória da União, que

viria a modificar inteiramente a realidade política e social do município em que estava situado. Este foi o primeiro assentamento nascido de uma ocupação no Paraná.

Mas um assentamento é muito mais do que a sua história. Compreender o assentamento é compreender a teia que o compõe, conhecendo as dinâmicas distintas que o permeiam e os projetos individuais de que é constituído.

Ao lado das divergências surgidas por conta da questão do trabalho coletivo, os assentados tiveram que enfrentar um quadro natural que lhes era adverso. O tipo de solo encontrado não era propício para aquele público. Embora com matéria orgânica abundante e em boas condições o solo do assentamento era de baixa fertilidade natural, exigente de alto investimento para a devida correção. A falta de capital e um fluxo descontínuo na liberação das etapas dos financiamentos autorizados pelo governo ocasionaram sucessivas frustrações de safras, o que motivou uma forte decepção para uma parte dos assentados que abandonaram seus lotes nestes primeiros anos.

As dificuldades representadas pelos obstáculos do quadro natural levantaram a necessidade de que houvesse um aporte extra de recursos financeiros. Estes vieram primeiramente da LBA, da SETA, de agências internacionais como a alemã MISEREOR, mas eram recursos pequenos e cumpriram sua função paliativa. Foram os créditos do extinto PROCERA que sofreram os maiores atrasos, chegando a se constituir em mais um empecilho para um desempenho satisfatório do Vitória da União.

O descompasso entre o movimento, enquanto ator coletivo, e o indivíduo, enquanto ator solitário dentro de um processo se dá quando a proposta colocada pelo MST abrange um projeto posto para a sociedade como um todo, como é a reforma agrária em sua feição mais concreta, e o objetivo do cidadão que vai engrossar as fileiras do MST se restringe a obter um pedaço de terra para trabalhar e prover a reprodução de seu grupo familiar. No nível do discurso o indivíduo concorda com o programa do movimento. No limiar da realidade da reforma agrária enquanto lote conquistado e que precisa ser devidamente administrado o assentado se dá conta do significado concreto da proposta coletivista, para o qual muitas vezes não está preparado. Para aqueles que não conseguem

se adaptar ao modo coletivista a permanência no lote [e no assentamento] muitas vezes torna-se impossível. Na outra ponta deste nó também se coloca um outro conflito. Trata-se daqueles que foram para o assentamento acreditando que o trabalho coletivo seria possível e que, ao se depararem com o despreparo de seus pares para este estilo de vida também se frustram. É o caso de algumas lideranças que deixaram o Vitória da União em busca de outros assentamentos onde pensaram poder realizar seus ideais.

Os propósitos organizacionais, de cooperação e coordenação, efetivamente fizeram a transição de variável exógena a variável endógena, presente, no que tange a este recorte, no modo como a estrutura de comissões e o processo de tomada de decisões foi assimilado como sugestão das assessorias e assumido pelo conjunto dos assentados.

A aparente contradição entre a lógica do MST, do qual os assentamentos devem ser o efeito, e a lógica dos assentados que compõe a população do assentamento configura-se numa antinomia na qual o sujeito coletivo não significa o conjunto dos sujeitos individuais que compõe este coletivo. Há uma identidade cultural preexistente no agricultor que vai para o assentamento rural que não sobrevive neste. A herança cultural do assentado é válida na comunidade natural que lhe serve de origem, mas não prevalece na comunidade artificial em que se transforma o assentamento. A tentativa de conservar os assentamentos dentro de um ordenamento espaço-temporal semelhante ao que ele vivia na comunidade de origem funciona apenas em alguns aspectos. A necessidade inicial de encontrar novas práticas tanto no nível técnico quanto no nível social disfarça a lacuna deixada pelos laços cimentados pelo hábito e pelas tradições da antiga comunidade.

O conjunto de cognições e valores que permeavam o modo de vida anterior nem sempre consegue se fazer reproduzir na vida nova, e torna-se preciso reconstruir todos passos da integração família-trabalho. A busca de autonomia, que antes significava apenas a busca da dignidade como cidadãos ressurge, no assentamento, junto com o esforço de reconstrução da condição de sujeitos, somada à busca do sentimento de pertença como justificadora de uma ética, no interior do movimento que reivindica a terra.

Neste contexto é que surge o questionamento acerca da agricultura familiar enquanto categoria de análise. A idéia de que um certo estilo de prática da agricultura é chamada familiar exatamente porque tem a família como seu núcleo, seu ponto de partida e, ao mesmo tempo, de chegada, ganha corpo e se fortalece no ambiente do assentamento rural, onde a preocupação pela preservação do meio-ambiente se alia à preocupação pela reprodução do núcleo familiar.

O homem do assentamento traz muito claro em sua história a origem na condição camponesa e o futuro em sua transformação em agricultor familiar. Desde a realidade mais rústica das periferias dos municípios até a área do assentamento enquanto transformador da paisagem local, o projeto de vida do assentado tem como matriz o modelo original lamarcheano, e como meta o apelo do futuro para uma agricultura produtiva que lhe possibilite o sentimento de dignidade próprio de condições de vida saudáveis, e o sentimento de pertença que lhe fornece a inserção em uma comunidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, Ricardo e CAMARANO, Ana. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil:** panorama dos últimos cinquenta anos. Caxambu, XXXI reunião da ANPOCS, mimeo.
- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão.** Hucitec/Edunicamp/ANPOCS - São Paulo
- ALENTEJANO, Paulo R. R. O conceito de região e a problemática dos assentamentos rurais. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, mimeo.
- ALMEIDA, Jalcione. **A construção social de uma nova agricultura.** Porto Alegre : Editora da Universidade, 1999.
- ALPHANDERY, Pierre; BITOUN, Pierre e DUPONT, Yves. **O equívoco ecológico.** São Paulo: Brasiliense, 1992.
- BARROS, Elizabeth e FERREIRA, Brancolina.. Descentralização e novos arranjos institucionais para agilizar o processo de reforma agrária. Novos? **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v. 16, n. 2.
- BASTOS, Elide Rugai. **As Ligas Camponesas.** Petrópolis: Vozes, 1984.
- BENEDETTI, Adriane. **Na conquista da fronteira:** um estudo de caso dos assentamentos rurais de Hulha Negra/RS. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ.
- BERGAMASCO, Sônia M.P.P., FERRANTE, Vera L.S.B., D' AQUINO, Teresinha (1989) **Assentamentos em balanço:** a roda viva de seu passado/presente. Encontro Anual da ANPOCS, 12, Caxambu, mimeo.
- BERGAMASCO, Sônia. Assentamentos rurais: reorganização do espaço produtivo e processos de socialização. In: Medeiros, L. et ai. (orgs.) **Assentamentos rurais: uma perspectiva multidisciplinar.** São Paulo: Edunesp.
- BITTENCOURT, Gilson A; CASTILHOS, Dino S. B.,; SILVA, Hur-Ben C. e BIANCHINI, Valter e sob a coordenação de GUANZIROLLI, Carlos (1999). **Principais fatores que afetam o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária no**

Brasil - Projeto de Cooperação INCRA/FAO - Gabinete do Ministro Extraordinário de Política Fundiária

BONIN, Anamaria Aimoré et alii. **Movimentos Sociais no Campo**. Curitiba : Criar, 1987.

BOUDON, Raymond (Dir.). **Tratado de Sociologia**. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Ed., 1995.

BOUDON, Raymond & BOURRICAUD, François. **Dicionário Crítico de Sociologia**. São Paulo : Atica, 1993.

BRANDÃO, Antônio Salazar. P. Mercado da Terra e Estrutura Fundiária *apud Os Principais Problemas da Agricultura Brasileira*: Análise e Sugestões, BRANDÃO, A.S.P. (editor), vol. 18 IPEA, PNPE ano 1992 , 2ª edição.

BRANDENBURG, Alfio. **ONG's e a Agricultura Familiar**: A Experiência da RURECO no Desenvolvimento da Agricultura Familiar na Região Centro-Oeste do Paraná. Tese de Doutorado : Universidade Estadual de Campinas, Dezembro de 1997.

BRANDENBURG, Alfio. Colonos: subserviência e autonomia. *Apud FERREIRA, A. D. D. & BRANDENBURG, A. Para pensar outra agricultura*. Curitiba : Editora da U. F. P. R., 1998

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 17ª. ed. São Paulo : Saraiva, 1998

BRASIL, MARA/INCRA. **Avaliação do Plano Nacional de Reforma Agrária 1985-1989**. Brasília: INCRA.

BRASIL, MARA/INCRA. **Diretrizes para o Programa Nacional de Reforma Agrária**. Brasília. INCRA.

BRASIL, MEPP/INCRA **Metas da reforma agrária**.

BRUNO, Regina. Exposição no seminário "A reforma Agrária na Virada do Século" promovido pela ABRA. *Apud Reforma Agrária*, série debate, 1,1, ABRA, 25 anos. A reforma agrária na virada do século. 1993

BUSSINGER, Vanda V. As marcas políticas de um programa de governo. In: Medeiros, L. et ai. (org.) **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo, EDUNESP, 1994

CASTRO, Márcio H., CARVALHO, Mônica E., OTÁVIO, Luciano (1988). Reforma Agrária - um estudo preliminar. **Reforma Agrária**, Campinas, 18, 1, abr./jul.

CAZELLA, Ademir A. **Assentamentos rurais e cooperação agrícola: políticas conflitantes**. O caso do assentamento 30 de outubro-SC, Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, dissertação de mestrado.

CAMARGO, Aspásia A. de. "A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964)" *Apud* Bóris Fausto (org.), **História Geral da Civilização Brasileira**. O Brasil Republicano, v.3, t.III, São Paulo, DIFEL. 1981

CASAROTTO F°, Nelson e PIRES, Luis Henrique. **Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local** - Estratégias para a conquista da competitividade global com base na experiência italiana. São Paulo : Atlas, 1998

CARVALHO, Abdias Vilar de. 1985 "A Igreja católica e a questão agrária" *apud* Paiva, Vanilda (org.), **Igreja e Questão Agrária**, São Paulo, Loyola.

CEDEC. **Questão Agrária e Constituinte**, 3/4, julho/agosto. 1987

CHAZEL, François. Movimentos Sociais. *Apud*: BOUDON, Raymond (Dir.). **Tratado de Sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**. SP:Brasiliense, 1986.

CNBB. **A Igreja e os problemas da terra**. 1980.

CONCRAB - MST. Cooperativas de Produção. **Caderno de formação n° 21**. 2. Edição. São Paulo, abril de 1996.

_____. Perspectivas da cooperação agrícola nos assentamentos. **Caderno de Cooperação Agrícola n° 4**. São Paulo, dezembro de 1995.

_____. **Quatro anos organizando a Cooperação**. CONCRAB, 1996.

_____. Sistema Cooperativista dos Assentados. **Caderno de cooperação agrícola, nº5**. São Paulo, 1997.

CONTAG. **Resoluções do V Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais**. Brasília. CONTAG. 1992

_____. **Informativo CONTAG**, 2, julho 1990

COSTA, G. P. da. **O trabalho da extensão rural no Assentamento Vitória da União**. EMATER/PR. Documento interno, s/d.

CPT. Pastoral da Terra. **Boletim da CPT**, 95, julho/agosto. 1991

DELGADO, Guilherme. **Capital Financeiro e Agricultura**. São Paulo, Ícone / UNICAMP. 1985

DERENGOSKI, Paulo Ramos. **Os Rebeldes do Contestado**. Porto Alegre, Tchê Editora, 1987.

DIEESE. **Boletim Dieese**, 121, abril. 1991

D'INCAO, Maria C. e ROY, Gerard (1995). **Nós, cidadãos. Aprendendo e ensinando a democracia**. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado**. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis, Vozes: 1981.

DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico e Outros Textos**. 5ª Ed São Paulo: Nacional, 1968.

EMATER/Paraná, Escritório Regional de Pato Branco. **Estudo de Viabilidade Econômica para o Assentamento de Agricultores no Município de Mangueirinha/PR**. 3 de junho de 1985.

EMBRAPA. **Levantamento de Reconhecimento dos Solos do Estado do Paraná**. Curitiba: EMBRAPA - SNLCS/SUDESUL/I AP AR, 1984.

ESTERCI, Neide. Sindicalismo e luta por terra. *Apud*: Sindicalismo no campo: balanços e controvérsias. **Cadernos do CEDI**, Rio de Janeiro, 21.

ESTEVEES, Benedita Maria. **A Confederação Rural Brasileira**. Origens e propostas. Itaguaí, CPDA/UFRRJ, dissertação de mestrado, mimeo. 1990.

FACHIN, Luiz Edson. A função social da posse e a propriedade contemporânea. **Reforma Agrária**. Ano 18 n. 1, abr-jul/88, p. 77-82.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Gênese e desenvolvimento do MST**. São Paulo: MST, 1998.

_____. A Modernidade no Campo e a Luta dos Sem-terra. **Revista de Cultura Vozes**, número 1, ano 90. Editora Vozes. Petrópolis, 1996a.

_____. **MST: formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996b

FERRANTE, Vera L. B. Diretrizes políticas dos mediadores: reflexões de pesquisa. *Apud*: MEDEIROS, L. et al. (orgs.) **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: EDUNESP.

FERRANTE, Vera L. B. e SILVA, Maria A.M. **A política de assentamentos: o jogo das forças sociais no campo**. Perspectivas, São Paulo.

FERREIRA, B. e TEIXEIRA, J. G. **Constituinte e reforma agrária: embates de classe**. In Ciências Sociais, Hoje, 1988. São Paulo, ANPOCS/ Vértice.

FERREIRA, Angela Duarte Damasceno & BRANDENBURG, Alfio (Org.). **Para pensar outra agricultura**. Curitiba : Editora da UFPR, 1998.

FERREIRA, Brancolina & TEIXEIRA, João Gabriel. "Constituinte e reforma agrária: embates de classe" *apud* **Ciências Sociais, Hoje**, 1988. São Paulo, ANPOCS/ Vértice. 1988

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.

FRANCO, Mariana P. **Xagu: de sem terra a assentado**. Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, dissertação de mestrado.

FRANCO, Mariana P. Seringueiros e cooperativismo: o fetichismo das mercadorias nos seringais do Alto Juruá. *Apud*: MEDEIROS, L. et al. (orgs.) **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: EDUNESP.

FRIEDBERG, Erhard. Organização. *Apud*: BOUDON, Raymond (Dir.). **Tratado de Sociologia**. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Ed., 1995.

GARCIA JR., Afrânio R. Geração de rendas, sua distribuição e trajetórias diferenciais em assentamentos de reforma agrária no Brasil (1985-1989): comentários sobre um estudo da FAO. *apud*: Romeiro et. al.(orgs.) **Reforma Agrária: produção, emprego e renda - o relatório da FAO em debate**. Rio de Janeiro: Vozes/IB ASE/F AO; 1994.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo, EDUNESP.

GOMES DA SILVA, José. Estatuto da Terra (ET), Trinta Anos. **Revista ABRA**, Janeiro/abril, 1995, pg.7-38.

_____. "ABRA, uma idéia que deu certo". *Apud Reforma Agrária*, 22, 2, maio/agosto. 1992. Caíndo por terra. Crises da reforma agrária na Nova República. São Paulo, Busca Vida.

_____. **Buraco negro**. A reforma agrária na Constituinte. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais**. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo, Loyola: 1997.

GRAZIANO DA SILVA, José. **Por um Novo Programa Agrário**, ABRA, vol (23), maio-agosto, 1993.

GRYNZPAN, Mário. Mobilização camponesa e competição política no Estado do Rio de Janeiro (1950-1964). Rio de Janeiro, PPGAS/ MN/UFRJ. Dissertação de mestrado. 1987

GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Petrópolis: Vozes, 1991.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro Séculos de Latifúndio**. 6ª. ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1989.

HOLANDA, Aurélio Buarque de. **O Dicionário da Língua Portuguesa 2000**. Versão 3.0. Rio de Janeiro : Sony Music Entertainment, 2000. Dicionário. CD-ROM.

INCRA/FAO. **Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável para a Pequena Produção Familiar**, Brasília, agosto 1994, 98 páginas.

INCRA/Mirad. **1º. Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República**. Brasília . INCRA, 1985.

INCRA/Mirad **Estatuto da Terra. Lei n.º. 4.504**, de 30 de novembro de 1964. Brasília: INCRA, 1983.

IPES. Reforma Agrária, problemas, bases e soluções. **IPES**, sem indicação de local. 1963

KAMII C. **A criança e o número**. Campinas: Papims, 1985.

LAMARCHE, Hughes. **A Agricultura Familiar**. Comparação Internacional. Tomo I. Urna realidade multiforme. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.

LANDIM, Leilah. "A serviço do movimento popular. As organizações não governamentais no Brasil" *apud* **Sem fins lucrativos**. As organizações não governamentais no Brasil. Rio de Janeiro. ISER. 1988

LEITE, Sérgio. **A face econômica da reforma agrária**: Estado e assentamentos rurais em São Paulo na década de 80. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, dissertação de Mestrado.

LEITE, Sérgio. Por uma economia política da reforma agrária: custo de implantação e infraestrutura nos assentamentos rurais paulistas (1984-1989). *apud* MEDEIROS, L. et al. (orgs.) **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo, EDUNESP.

LEITE, Sérgio. **Assentamentos rurais no Brasil**: impactos, dimensões e significados. In: Stédile, J.P. (org.) **A reforma agrária e a luta do MST**. Petrópolis: Vozes.

LOPES, Eliano S. de A. **Conflitos de terra e reforma agrária em Sergipe (1985/1989)**, Aracaju, mimeo.

MALUF, Renato S., BILBAO, Santiago A. **Assentamentos em São Paulo e indústria rural**: uma discussão preliminar. Campinas: NPCT/UNICAMP.

MARTINS, José de Sousa. **A militarização da questão agrária no Brasil**. Petrópolis, Vozes. 1984.

MEDEIROS, Leonilde, BARBOSA, Maria V., FRANCO, Mariana, ESTERCI, Neide, LEITE, Sérgio (orgs.) (1994) **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. S.Paulo: EDUNESP.

MEDEIROS, Leonilde Servolo. **Reforma Agrária: concepções, controvérsias e questões**, in "Seminário sobre Reforma Agrária", Programa Movimento Camponês/Igrejas do CEDI, Rio de Janeiro, 1993.

_____. **História dos Movimentos Sociais no Campo**. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

_____. **A questão da reforma agrária no Brasil (1955-1964)**. São Paulo, FFCL/USP, dissertação de mestrado, mimeo. 1983.

MEDEIROS, Leonilde, BARBOSA, Maria V., FRANCO, Mariana, ESTERCI, Neide, LEITE, Sérgio (orgs.). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. S.Paulo: EDUNESP.

MEDEIROS, Leonilde S. de e LEITE, Sérgio. **Os impactos regionais dos assentamentos rurais: dimensões econômicas, políticas e sociais**. In: CPDA/Debates, 4, dezembro.

MEDEIROS, Leonilde S. de e SOUZA, Inês C. **Impactos: do que queremos falar?** Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, mimeo.

MORAES, Maria S. (1994) Reassentamentos de atingidos pelas barragens do Alto Rio Uruguai. *Apud*: MEDEIROS, L. et al. (orgs.) **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo, EDUNESP

MENDRAS, Henri. **Sociétés paysannes**. Paris, A.Colin, 1976.

MILL, John Stuart. **Sobre a Liberdade**. Boston: Collier, 1909.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA **Aptidão Agrícola das Terras do Paraná**. Brasília: BINAGRI, 1981.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Nas Fronteiras do Poder**: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro/Vício de Leitura, 1998.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA. **Documento Básico do MST**, aprovado no VI Encontro Nacional, São Paulo, MST. 1991

_____. A luta continua: como se organizam os assentados. **Cadernos de Formação**. N.º 10. s/d

_____. Princípios da educação no MST. **Caderno de Educação**, n. 8. 2.ed. SP, 1997.

_____. **Recuperando as definições políticas adotadas para a construção do SCA**. Mimeo, 1996a.

_____. **II Seminário Nacional**: perspectivas da cooperação no MST. Caçador, 1996b. Mimeo.

_____. **Memória do FIP**. Pitanga, 1992.

_____. **Síntese do Seminário Nacional do SCA**: perspectiva da cooperação agrícola no MST. S/D. mimeo.

_____. **Linhas básicas da proposta de educação do MST para as escolas de acampamentos e assentamentos (documento para discussão)**. Setor de Educação, São Paulo, 1990. Manuscrito.

_____. Memória. **1º Laboratório organizacional de campo**. Assentamento Santo Rei. Nova Cantu, PR. 1989.

_____. Elementos sobre a teoria da organização no campo. São Paulo. MST. **Caderno de Formação**, n.º 11, 1986.

NAVARRO, Zander. MST: decifrar é preciso. UFRGS. **Boletim Consultoria de Políticas Públicas**. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre, 1 de maio de 2000.

_____. Assentamentos rurais, formatos tecnológicos e organização produtiva - o caso do Rio Grande do Sul. Trabalho apresentado no **III Seminário Franco-brasileiro: perspectivas de mudança do padrão tecnológica na agricultura**. Campinas, Depto. de Política Científica e Tecnológica, UNICAMP. Versão preliminar.

NEVES, Delma P. (1997). **Reforma agrária em migalhas**. Niterói: EDUFF, 1997.

NORDER, Luís C. (1996) **Assentamentos rurais: Casa, comida e trabalho**. Campinas: IFCH/UNICAMP. (Dissertação de Mestrado). 1996.

NOVAES, Regina. 1993 "Reforma agrária e cultura política no Brasil" *apud Democracia na Terra*, mar/abr. 7-15.

_____. "Continuidades e rupturas no sindicalismo rural" in Armando Boito Jr. (org.) **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1991.

_____. **De corpo e alma**. Catolicismo, classes sociais e conflitos no campo. São Paulo, FFLCH/USP, tese de doutorado. 1987.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Geografia das Lutas no Campo**. São Paulo: Contexto, 1996.

OFFE, Claus. **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro. 1984

ORTIZ, Sutti. Reflexiones sobre el concepto de la "cultura campesina" y los "sistemas congnotivos campesinos" *apud* SHANIN, Teodor, comp. **Campesinos y sociedades campesinas**. México : Fondo de Cultura Econômica, 1979.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Igreja e Questão Agrária**. São Paulo, Loyola: 1985.

PALMEIRA, Moacir. **Estado, Questão Agrária e Campesinato**. Mimeo. 1989.

PALMEIRA, Moacir. **Latifundium et capitalisme**. Lécure critique d' un débat. Thése de 3ème. cycle. Paris. Mimeo. 1968

PEREIRA, Hamilton. "Reforma agrária: o velho e o novo". **Teoria e Debate**, 18, mai./jul. 1992.

PIAGET, Jean. **Estudos Sociológicos**. Rio de Janeiro: Forense, 1973.

PT. **Brasil Urgente**. Questão agrária. São Bernardo do Campo, Gráfica e Editora FG. 1989

SANTA ROSA, Virgínio. Que foi o tenentismo? **Cadernos do Povo Brasileiro**, 22. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira: 1963.

SANTOS FILHO, José dos Reis & MELLO, Maria Teresa Leopardi. **1988.: Matrizes e forças motrizes na discussão sobre questão agrária e constituinte**. Trabalho apresentado ao Encontro Nacional do PIPSA, Campinas, mimeo.

SHANIN, Teodor, comp. **Campesinos y sociedades campesinas**. México : Fondo de Cultura Económica, 1979.

SILVA, L. H. G. da & CAGLIONI, I. J. Projeto de Aproveitamento Econômico do Assentamento Vitória da União, Mangueirinha - Paraná. *apud*: Resumo do "**Relatório Técnico de Levantamento e Dados Climáticos e de Aptidão Agrícola na Área**". EMATER/PR: 1988, Documento interno.

SOUZA, Maria Antonia de. **As formas organizacionais de produção em assentamentos rurais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST)**. Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Educação da UNICAMP. Campinas, 1999.

SPEYER, Anne Marie. **Educação e Campesinato**: Uma educação para o homem do meio rural. São Paulo : Loyola, 1983.

STARLING, Sandra. **Os senhores das gerais**. Os novos inconfidentes e o golpe de 1964. Petrópolis, Vozes, 5a. Ed. 1986.

STÉDILE, João Pedro (org.). **A Reforma Agrária Hoje**. Porto Alegre:UFRGS, 1994.

_____. Assentamentos: a resposta econômica da Reforma Agrária. Petrópolis: Vozes, 1991. (org.). **A Reforma Agrária e a luta do MST**. Petrópolis: Vozes, 1997.

STEIN, Leila. **Sindicalismo e corporativismo na agricultura brasileira (1930-1945)**. São Paulo, PUC, Dissertação de mestrado. 1991.

STIGLITZ, Joseph (1998) – ‘Distribution, Efficiency and Voice: Designing the Second Generation of Reforms’ - **Conference on Asset Distribution, Poverty, and Economic Growth** - Ministry of Land Reform, Brazil and The World Bank - Brasília

TAPIA, Jorge. **Capitalismo e questão agrária**. Um estudo sobre as alternativas para a reforma agrária no Brasil, 1946-1964. Campinas, UNICAMP, dissertação de mestrado. 1986.

TAVARES, Ricardo. **Reforma e contra-reforma agrária na transição política**. Brasil (1979-1988). IUPERJ, Série Estudos, n. 70. 1989

TOLENTINO, Célia Aparecida F. **A Revisão Agrária do Estado de São Paulo: a proposta de modernização do governo Carvalho Pinto**. 1960. CPDA/UFRRJ, dissertação de mestrado. 1990

TORRENS, João Carlos. **Alianças e conflitos na mediação política da luta pela terra no Paraná**. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra - 1978/1990. CPDA/UFRRJ, dissertação de mestrado. 1992.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da Modernidade**. Lisboa : Instituto Piaget, 1992.

_____. **O que é a democracia?** 2ª. ed. Petrópolis : Vozes, 1996.

_____. **Cartas a uma jovem socióloga**. Rio de Janeiro . Paz e Terra, 1976.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. **XX Encontro Anual da ANPOCS**. GT 17. Processos Sociais Agrários. Caxambu, MG, outubro de 1996.

_____. **A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção**. Unicamp, 1995. Mimeo.

_____. **O Lugar dos Rurais: o meio rural no Brasil moderno**. 1990. Mimeo.

_____. **Trajatória Social e Projeto de Autonomia: os produtores familiares de algodão da região de Campinas, São Paulo**. Cadernos IFCH UNICAMP 2a. Ed. Dezembro de 1989.

ANEXOS

ANEXO I

DOCUMENTO DE FUNDAÇÃO DO MST - 24 DE JANEIRO DE 1984:

FUNDAÇÃO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA (MST)

Nessa data o MST se constituiu como um movimento nacional, depois de um longo período de lutas (1979-1983) localizadas em vários estados. A fundação aconteceu durante o 1º Encontro Nacional do MST, realizado em Cascavel, Paraná, de 21 a 24 de Janeiro de 1984. Nesse encontro foram definidos os objetivos gerais, as principais reivindicações e formas de organização e de lutas do MST. Participaram lideranças de luta pela terra de 13 estados do Brasil.

OBJETIVOS GERAIS

- 1 - Que a terra só esteja nas mãos de quem nela trabalha;
- 2 - Lutar por uma sociedade sem exploradores e explorados;
- 3 - Ser um movimento de massa autônomo dentro do movimento sindical para conquistar a reforma agrária;
- 4 - Organizar os trabalhadores rurais na base;
- 5 - Estimular a participação dos trabalhadores rurais no sindicato e no partido político;

6 - Dedicar-se à formação de lideranças e construir uma direção política dos trabalhadores;

7 - Articular-se com os trabalhadores da cidade e da América Latina.

O QUE QUEREMOS

1 - Legalização das terras ocupadas pelos trabalhadores;

2 - Estabelecimento da área máxima para as propriedades rurais;

3 - Desapropriação de todos os latifúndios;

4 - Desapropriação das terras das multinacionais;

5 - Demarcação das terras indígenas, com o reassentamento dos posseiros pobres em áreas da região;

6 - Apuração e punição de todos os crimes contra os trabalhadores rurais;

7 - Fim dos incentivos e subsídios do governo ao Pro-Álcool e outros projetos que beneficiam os fazendeiros;

8 - Mudança da política agrícola do governo dando prioridade ao pequeno produtor;

9 - Extinção imediata do GETAT e do GEBAM;

10 - Fim da política de colonização.

ANEXO II

ESTRUTURA DE COMISSÕES VIGENTE DURANTE A ÉPOCA EM QUE AS FAMÍLIAS QUE OCUPARAM O IMÓVEL IMARIBO E DEPOIS COMPUSERAM O P.A.R. VITÓRIA DA UNIÃO ESTIVERAM ACAMPADAS ÀS MARGENS DA RODOVIA DE ACESSO AO MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA - PR.

Comissão Central:- Tinha inicialmente a função de resolver os problemas mais corriqueiros, sem necessidade de reunir todos os acampados.

Comissão de Negociação:- Estava encarregada de preparar as propostas que seriam levadas ao Governo do Estado.

Comissão de Contato:- Era responsável por dialogar com as entidades e autoridades e, ainda, preparar a opinião pública para compreender os reais propósitos do movimento.

Comissão de Imprensa:- Devia preparar os documentos, entrevistas e *releases* para manter a imprensa atualizada.

Comissão de Indústria:- Tinha como encargo colocar no mercado a produção artesanal dos acampados.

Comissão de Alimentação:- Era responsável pela provisão de alimentos e pela sua distribuição aos acampados.

Comissão de Saúde:- Esta comissão tinha como finalidade providenciar os primeiros socorros quando necessários e encaminhar os eventuais doentes para os hospitais vizinhos.

Comissão de Higiene: Era responsável pela qualidade da água e pelo destino dos dejetos.

Comissão de Segurança:- Organizada por município de origem, controlava as entradas e saídas do acampamento, assim como pelo horário de recolhimento e pelo silêncio noturno.

Comissão de Lazer:- Tinha como função manter as crianças distraídas por todo o dia, e providenciar brincadeiras para jovens e adultos em períodos pré-determinados.

Comissão de Serviços:- Fazia os contatos para contratação de serviços dos acampados. A remuneração destes serviços era dividida entre o trabalhador (70%) e a caixa comum (30%).

Comissão de Rádio-Escuta:- Ouvia e conferia as notícias veiculadas pela imprensa falada, principalmente no que se referia a entrevistas dos sem-terra.

Comissão de Catequese:- Tinha o encargo de fornecer educação religiosa para os filhos dos católicos do acampamento.

Comissão de Liturgia:- Tinha a função de preparar os cultos católicos.

Comissão de Mães:- Era uma espécie de comissão pedagógica. Decidia os rumos das iniciativas educacionais e religiosas do acampamento.

Comissão de Jovens:- Reunia os jovens periodicamente para discutir os assuntos de interesse destes e aprofundar seu conhecimento sobre os princípios e objetivos do movimento sindical e dos sem-terras.

